



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – PRODEMA

CÉLIA MARIA CARDOSO DE REZENDE LIMEIRA

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA
DOS MORADORES DA ILHA MEM DE SÁ,
ITAPORANGA D’AJUDA/SE

JOÃO PESSOA/PB
2017

CÉLIA MARIA CARDOSO DE REZENDE LIMEIRA

**PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA
DOS MORADORES DA ILHA MEM DE SÁ,
ITAPORANGA D'AJUDA/SE**

Dissertação submetida ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção da titulação de Mestre em Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima.

JOÃO PESSOA/PB
2017

L733p Limeira, Célia Maria Cardoso de Rezende.
Percepção da qualidade de vida dos moradores da Ilha Mem
de Sá, Itaporanda D'Ajuda/SE / Célia Maria Cardoso de Rezende
Limeira. - João Pessoa, 2017.
118 f. : il. -

Orientador: Eduardo Rodrigues Viana de Lima.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN

1. Meio Ambiente. 2. Qualidade de Vida. 3. Percepção
Ambiental. 4. Atividade Turística - Desenvolvimento.
5. Desenvolvimento Sustentável. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 504(043)

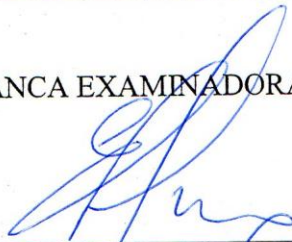
CÉLIA MARIA CARDOSO DE REZENDE LIMEIRA

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DA ILHA MÉM DE SÁ, ITAPORANGA D'AJUDA/SE

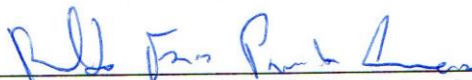
Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA como requisito para obtenção do grau de Mestre.

João Pessoa-PB, 18 / 07 / 2017

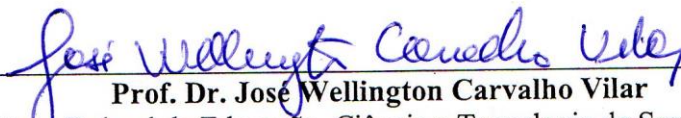
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Departamento de Geociências
Programa de Pós-graduação em Geografia
Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA



Prof. Dr. Reinaldo Farias Paiva de Lucena
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Departamento de Sistemática e Ecologia
Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA



Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo/UFS
Universidade Federal de Sergipe – UFS

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar a percepção das mudanças na qualidade de vida da comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda-SE, a partir dos projetos e ações de extensão do Instituto Federal de Sergipe-IFS, ocorridos durante o período de 2014-2016. Estes projetos e ações de extensão foram executados pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo/IFS e visaram contribuir para o processo de organização dos moradores da Ilha, bem como desenvolver propostas de desenvolvimento da atividade turística no local, a exemplo do Turismo de Base Comunitária (TBC) e do modelo de Gestão do Ecoturismo. Estas propostas são identificadas como ferramentas de promoção de geração de renda, promoção da equidade social e econômica de maneira sustentável. Quanto à questão da sustentabilidade, está evidenciada principalmente em virtude das potencialidades paisagísticas do povoado, como também pelas formas de manejo e práticas comunitárias de organização social em torno das condições ambientais da própria Ilha – seu bioma. Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma pesquisa de caráter exploratório, de cunho qualitativo e quantitativo, somado ao método fenomenológico, o qual nos possibilitou apresentar uma reflexão sobre a relação estabelecida entre o IFS e a comunidade estudada. Comunidade esta que forma a amostra não probabilista aqui utilizada, dos 24 (vinte e quatro) moradores da Ilha que participaram dos projetos e ações acima mencionados. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram, a saber: observação participante, entrevista semiestruturada, conversas informais com lideranças locais, bem como com a aplicação do questionário WHOQOL-*bref* – utilizado para apreender a percepção da comunidade quanto o seu sentimento nas mudanças da qualidade de vida. Desta feita, por meio dos dados analisados, foi possível perceber, apreender e confrontar os elementos obtidos através dos instrumentos de pesquisa com a realidade observada na Ilha, permitindo verificar as influências que o IFS teve na estética e dinâmica social deste povoado, como também sinalizar as principais mudanças de qualidade de vida desta população, no que diz respeito aos seus “desejos e necessidades”, reconvertidos em indicadores de qualidade de vida construídos pela percepção da própria comunidade local.

Palavras-chave: Percepção Ambiental; Qualidade de Vida; Extensão.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the perception of changes in the quality of life of the Mem de Sá Island community, Itaporanga D'Ajuda-SE, based on the projects and extension actions of the Federal Institute of Sergipe-IFS, which occurred during the years 2014-2016. These projects and extension actions were carried out by the Superior Course of Management in Tourism / IFS, aiming to contribute to the process of organization of the inhabitants of the Island, as well as to develop proposals of development of the tourist activity in the place, for example Community Based Tourism (TBC), and the Ecotourism Management model, identified as tools for promoting income generation, promoting social and economic equity in a sustainable way. As for the sustainability question, it is evidenced mainly by virtue of the landscape potential of the village, as well as by the forms of management and community practices of social organization around the environmental conditions of the Island itself - its biome. Methodologically, this study is characterized as an exploratory, qualitative and quantitative research, added to the phenomenological method, which allowed presenting a reflection on the relationship established between the IFS and the studied community. Such community that forms the non-probabilistic sample used here, of the 24 (twenty four) residents of the island who participated in the projects and actions mentioned above, and to obtain the data, these were acquired through the use of participant observation, interview application (Semi-structured), conversations with local leaders, as well as the utilization of the WHOQOL-bref questionnaire - used to capture the community's perception of their feelings about changes in the quality of life. In this way, through the data analyzed, it was possible to perceive, apprehend and confront the elements obtained through the research instruments with the reality observed in the island, allowing to verify the influences that IFS had on the aesthetics and social dynamics of this village, as well as to signal the main changes in the quality of life of this population, in terms of their "wants and needs", converted into indicators of quality of life built by the perception of the local community.

Keywords: Environmental Perception; Quality of Life; Extension.

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

CEFET-SE – Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EAA-SE – Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

MA-MICT – Ministério da Agricultura - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

TBC – Turismo de Base Comunitária

UNED – Unidade Descentralizada de Lagarto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations Children's Fund*)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Situação geográfica da Ilha Mem de Sá.....	49
Figura 2: Vista do atracadouro de chegada à Ilha Mem de Sá	51
Figura 3: Quadro explicativo do questionário de <i>WHOQOL-Bref</i>	54
Figura 4: Escola Pública Municipal na Ilha Mem de Sá	69
Figura 5: Canoas utilizadas na pesca.....	71
Figura 6: Pescadores em atividade	72
Figura 7: Localização dos principais pontos de caranguejo e aratu na Ilha Mem de Sá em 2016	73
Figura 8: Empreendimentos locais: armazéns na Ilha Mem de Sá - As “bodegas”	74
Figura 9: Barqueiro na condução de visitantes.....	76
Figura 10: Caminhos de acesso às casas	77
Figura 11: Manifestações folclóricas na Ilha Mem de Sá – Samba de Coco	79
Figura 12: Festas artísticas e culturais na Ilha Mem de Sá.....	80
Figura 13: Igreja Católica, dedicada a Santa Luzia na Ilha Mem de Sá.....	80
Figura 14: Empreendimento turístico: Pousada Local na Ilha Mem de Sá	82
Figura 15: Manguezais e Catadoras de Marisco na Ilha Mem de Sá	83
Figura 16: Aratu.....	84
Figura 17: Passeio fluvial na Ilha Mem de Sá	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias de análise, tipos e parâmetros para a composição dos indicadores	56
Quadro 2: Qualidade de vida na comunidade da Ilha Mem de Sá	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Consolidado de facetas do <i>WHOQOL-Bref</i> , aplicada à amostra da população da Ilha de Mem de Sá (2016)	90
Gráfico 2: Resultados baseado na estrutura de domínios da Qualidade de vida WHOQL-Bref aplicada à amostra da população da Ilha de Mem de Sá (2016).....	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, TURISMO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL: EM BUSCA DE BASES TEÓRICAS DE ANÁLISE.....	19
2.1 Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável	19
2.2 Desenvolvimento e Turismo sustentável	24
2.3 Meio ambiente, percepção ambiental e psicologia ambiental.....	33
2.3.1 Meio ambiente e percepção ambiental	34
2.3.2 Psicologia Ambiental: a relação pessoa-ambiente	37
2.4 Indicadores de qualidade de vida	40
2.4.1 A amplitude e complexidade dos indicadores	40
2.4.2 Qualidade de vida: breve discussão	44
2.4.3 A questão da qualidade de vida para interpretação do meio ambiente	46
3 METODOLOGIA.....	48
3.1 Área de estudo.....	48
3.2 Métodos e tipo de pesquisa	51
3.3 Coleta e Análise dos Dados.....	52
3.4 Categorias de Análise.....	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
4.1 Para além dos muros do IFS: uma interpretação das ações e dos projetos de intervenção na Ilha Mem de Sá.....	57
4.1.1 Breve histórico do Instituto Federal de Sergipe e do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.....	57

4.1.2 Projetos de intervenção do IFS na Ilha Mem de Sá: ações do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	60
4.1.3 As transformações advindas da execução dos Projetos na Ilha.....	66
4.2 A Ilha por seus moradores.....	68
4.2.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados.....	68
4.2.2 Trabalho, cooperação comunitária e infraestrutura básica	70
4.2.3 Atividades culturais, lazer, pertencimento e bem-estar social	79
4.3 Turismo e meio ambiente: novas perspectivas para os moradores da Ilha	82
4.4 Desejos e necessidades na percepção da comunidade	85
4.5 Indicadores qualitativos de qualidade de vida	87
4.6 A percepção de qualidade de vida segundo o questionário de WHOQOL-Bref.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICES	106
Apêndice A - Declaração de anuência	106
Apêndice B – Roteiro de entrevista	107
ANEXOS.....	111
Anexo A - Termos de consentimento livre e esclarecido.....	111
Anexo B - Questionário de WHOQOL-Bref	115
Anexo C – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	118

*Nada lhe posso dar que não exista em você mesmo.
Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens, além daquele que há em sua própria alma.
Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o impulso, a chave.
Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo.*

Hermann Hesse

AGRADECIMENTOS

Vencer uma etapa nos proporciona um prazer imensurável, dificuldades ultrapassadas com muita determinação e agora eu sinto a alegria da vitória, prosseguir não foi em vão. Vou saborear o fruto do meu trabalho e agradecer a todos que para ele contribuíram. Primeiramente agradecer a Deus por me permitir viver e ser agraciada com tantas coisas boas e ter o universo conspirando a meu favor, sempre. Somos parceiros inseparáveis. Gratidão eterna.

A minha mãe, mulher inteligente, bem humorada, modelo para todas as mulheres da família, minha maior incentivadora na busca do saber.

Ao meu orientador, Professor Eduardo Lima e ao meu coorientador, Professor Lício Valério, pela compreensão e paciência.

Aos meus queridos colegas do Minter, o meu afeto sincero pela partilha de conhecimento e acolhimento em todos os momentos em que estivemos juntos. Vocês estarão sempre nas minhas lembranças boas. Quero agradecer especialmente a Glaucia, Luca, Juliano, Diná e Aryana por estarem sempre dispostos a me ajudar.

Aos meus filhos Carla, Cauê e Tom por vibrarem com as minhas conquistas. Vocês me fazem muito bem, amo incondicionalmente.

As minhas irmãs Jau e Mariza adoro ter vocês ao meu lado, tudo fica mais leve.

Ao meu companheiro, parceiro Carlos por me entender e participar ativamente da minha caminhada.

Dizer obrigada, às vezes, não é suficiente para agradecer a tão amável e gentil pessoa que nos momentos das nossas vidas, aqueles mais difíceis, nos estendem a mão amiga e nos oferece amparo. Wellington, você foi meu porto seguro quando me encontrava a deriva. Deus te proteja e abençoe, sempre. Sou sua eterna admiradora.

Fagner é um privilégio quando temos ao nosso lado pessoas tão maravilhosas como você. Nunca terei como agradecer-lhe pelo apoio que você me ofereceu em um momento em que eu tanto precisei. Amigo querido nada que eu escreva vai definir a gratidão que tenho por você.

A todas as pessoas da Ilha Mem de Sá que participaram desse trabalho. Obrigada!

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a questão ambiental assume extrema relevância, principalmente no tocante às interferências no meio ambiente por ação direta ou indireta do homem. Tais intervenções antrópicas provocam impactos positivos e negativos modificadores do ambiente natural e construído.

O desmatamento, a diminuição da biodiversidade, a poluição cada vez mais acentuada e a erosão, entre outros, são exemplos de impactos negativos que provocam prejuízos imensuráveis ao ambiente. Mas também impactos positivos da ação humana no meio ambiente também podem ser apontados, como por exemplo, os projetos de reflorestamento para contenção de encostas, a criação de unidades de conservação, as práticas ambientais de recuperação das matas ciliares, os projetos de limpeza dos rios, replantio de árvores, proteção de espécies ameaçadas de extinção, respeito cultural às comunidades autóctones, entre outras práticas que colaboram para a recomposição, conservação e preservação do meio ambiente.

Na história dos movimentos ambientalistas são muitos os caminhos percorridos e muitos os desafios a serem enfrentados, principalmente quando se trata das ações positivas para a preservação do meio ambiente, que envolvam mudanças comportamentais, tanto na esfera do poder público quanto na sociedade. Faz-se necessário construir valores que ultrapassem os atuais e impulsionem a melhoria das condições e da qualidade de vida.

Neste contexto, os olhares do mundo estão voltados para o futuro dos biomas e dos ecossistemas, para a qualidade de vida e da sustentabilidade do planeta, que passam a ser consideradas de maneira mais globalizada e ao mesmo tempo localizada. Entretanto, os paradigmas econômicos e sociais vêm sofrendo mudanças significativas que exigem intensa exploração dos recursos, provocando forte impacto ambiental (FIGUEIRA; FERREIRA, 2006). Em virtude da consolidação destes paradigmas que emergiram na década 1970, e a partir de reflexões acerca da interação humana com a natureza de forma sustentável, convida-se a uma forma de desenvolvimento associada à qualidade de vida e do meio ambiente para as gerações atuais e futuras.

Esta interação prima pela sustentabilidade dos recursos naturais com vistas à garantia da qualidade de vida da população, e configura-se em um dos princípios básicos da análise sobre a relação sociedade e natureza. O cidadão e a coletividade interferem de maneira direta na natureza e recebem influências desta relação, que acaba se confundindo com o

próprio homem envolto com a crise ambiental e com o colapso do modelo civilizatório. Para a ciência, é expressivo o desenvolvimento de pesquisas que proporcionem debates e atitudes positivas em relação ao meio ambiente, para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida. Possibilitar um desenvolvimento sustentável é prover as necessidades da geração atual sem prejudicar as futuras, respeitando o meio ambiente, o bem estar do indivíduo e as exigências do mercado globalizado (MOSER, 2003).

Nesta relação sociedade/natureza trava-se um confronto ideológico de atuação em torno de problemas socioambientais que se revestem em conflitos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens ambientais coletivos de uso comum, seguindo concepções próprias de cada um deles. Estes grupos ideológicos defendem práticas efetivas de uso sustentável do meio ambiente, visando contribuir para a equidade produtiva e social, por meio de medidas protetivas imbricadas em propostas de desenvolvimento sustentável que articulam participação cidadã e políticas públicas de promoção à diversidade ambiental e cultural. Como exemplo destas práticas estão às ações de educação ambiental, que atreladas a uma metodologia educativa, visam de maneira intencional à promoção da prática cidadã, imprimindo no desenvolvimento individual um caráter social em relação com a natureza e com os outros seres humanos, com vistas a potencializar a atividade humana e torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 1999).

Envolto nesta perspectiva de desenvolvimento sustentável e de ações de sensibilização e preservação ambiental, é que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), por meio da Coordenação do Curso Superior em Gestão de Turismo, desenvolve na Ilha de Mem de Sá, no município de Itaporanga D'Ajuda/SE, um conjunto de ações e projetos que buscam a promoção do turismo comunitário. Para tanto, incentiva-se a organização dos moradores da Ilha e o fortalecimento de políticas públicas de sustentabilidade. Em síntese, o objetivo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS é implementar estudos e atividades de extensão para a promoção do Turismo de Base Comunitária (TBC). Neste propósito, os projetos identificados buscam promover a sensibilização dos residentes para as práticas de turismo comunitário, além do desejo de implementar atividades de fomento do turismo, como ferramenta de geração de renda e promoção da equidade social e econômica de maneira sustentável, além de vislumbrar a construção de um atrativo turístico nos moldes de gestão comunitária estabelecidos pelas políticas de ecoturismo. Destacam-se, inicialmente, 03 (três) projetos, a saber: (i) A Importância dos Espaços de Diálogos na comunidade da Ilha Mem de Sá, objetivando a implementação do modelo de gestão do Ecoturismo para que ela se aproprie desse segmento

como forma de conservação ambiental e fonte de renda; (ii) Oficina de Capacitação de Condutores Locais, com o intuito de habilitá-los para a condução de turistas na localidade, considerando os aspectos de conservação e identidade local; (iii) Sabores, Saberes e o Desenvolvimento do Ecoturismo na Comunidade Mem de Sá, que contemplando a gastronomia e os aspectos históricos, pode estimular a manutenção ou ressignificação da identidade cultural pela própria comunidade, e também, ser uma ferramenta do ecoturismo na promoção de um desenvolvimento local.

Estes projetos se desdobram em uma característica em comum, que é a busca de valorização da interação da comunidade local com as propostas de uso sustentável do meio ambiente por meio da atividade turística. Para tal proposta, a comunidade da Ilha foi submetida à participação direta nas intervenções educacionais promovidas pelo IFS por meio destes projetos, que visam à melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade local.

Estes aspectos serviram para estimular a realização desta pesquisa, justificando-a como área de interesse para os estudos direcionados à promoção do desenvolvimento e do meio ambiente, tomando como ponto de partida uma análise da qualidade de vida da comunidade local, visando compreender sua realidade por meio do uso de indicadores sociais que demonstrem aspectos significativos na mudança social desta comunidade.

Esta pesquisa tem por objetivo geral avaliar a percepção das mudanças na qualidade de vida da comunidade da Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda-SE, a partir das ações de extensão do IFS. Especificamente, têm-se como objetivos: (i) caracterizar as ações e os projetos desenvolvidos na Ilha Mem de Sá que buscaram melhorar a qualidade de vida da população; (ii) Verificar as mudanças socioeconômicas e ambientais que afetaram a qualidade de vida dos moradores da Ilha no período de 2009 a 2016; (iii) Avaliar a percepção dos moradores locais quanto aos aspectos atuais de qualidade de vida e da qualidade do meio ambiente.

Por meio desses objetivos, considera-se a hipótese de que os projetos de extensão desenvolvidos pelo IFS, através do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, promoveram mudanças socioeconômicas e ambientais para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos nestes projetos. Diante desta hipótese, acredita-se que a Psicologia Ambiental pode ser um elo de análise quanto às questões de pesquisa vinculadas à percepção ambiental dos moradores da Ilha referentes às ações do IFS e como estas contribuíram para a aplicação dos projetos na comunidade e para a melhoria da qualidade de vida local.

Através desta hipótese e dos objetivos apresentados, é importante apresentar o problema de pesquisa, a saber: Quais as mudanças socioeconômicas e ambientais percebidas

pelos moradores da Ilha Mem de Sá, no município de Itaporanga D'Ajuda, quanto à qualidade de vida dos que participaram dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IFS através do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo? A partir deste problema de pesquisa, as seguintes questões norteadoras foram definidas:

1) Quais as ações e os projetos desenvolvidos na Ilha Mem de Sá pelo IFS, que buscaram melhorar a qualidade de vida da população?

2) Quais as mudanças socioeconômicas e ambientais que foram observadas na Ilha, no o período de 2009 a 2016?

3) De que forma pode-se avaliar a percepção dos moradores locais quanto aos aspectos atuais de qualidade de vida e da qualidade do meio ambiente?

4) De que maneira podem-se verificar as possíveis transformações advindas da execução dos projetos de extensão e ações promovidas pelo IFS na Ilha?

Para avaliar essas questões é importante desmitificar o estereótipo de que a psicologia deveria apenas lidar com problemas emocionais e não ecológicos, desta forma, amplia-se o seu objeto de estudo aliando-a a outros saberes. Neste sentido, o estudo tem relevância tanto para a comunidade a ser pesquisada, quanto para o IFS, pois é interessante que se busque uma avaliação das ações implementadas e desenvolvidas, permitindo ter uma visão holística do processo, bem como os resultados e consequências para a população.

Ademais, a não verificação de *feedback* das pesquisas realizadas pelo IFS na Ilha Mem de Sá cria uma lacuna tanto para a comunidade pesquisada quanto para os pesquisadores, quando deixa de investigar as avaliações das ações implementadas e desenvolvidas na comunidade local por uma instituição federal.

Considera-se, portanto, que o IFS é o elemento promotor de intervenções, sensibilização e organização comunitária para o turismo, enquanto que a Ilha torna-se um território de intervenções em busca do protagonismo local a partir de uma comunidade autônoma e propositiva.

O produto que se espera com o presente trabalho é a compreensão da percepção da comunidade da Ilha no que diz respeito ao meio ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida. Torna-se imperativo ter um *feedback*, proporcionando sentido e significância no envolvimento nos projetos do IFS. Por fim, para o IFS é importante esta pesquisa para se observar como se desdobram suas linhas de ação e sua contribuição para a sociedade, cumprindo o compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, gestão democrática, pesquisa e extensão, princípios norteadores do instituto.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, além da introdução e das conclusões. Inicialmente a preocupação está voltada para a fundamentação teórica a partir da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, meio ambiente e turismo. As reflexões sobre percepção ambiental e indicadores de qualidade de vida complementam a discussão teórica.

No tocante ao capítulo metodológico, foi apresentada a área de estudo, o método qualitativo e as técnicas de pesquisa.

No momento seguinte, a discussão gira em torno da avaliação dos projetos de extensão do IFS na área, no segmento turístico desenvolvido na Ilha Mem de Sá. Por último, a discussão está voltada para a percepção ambiental dos moradores da Ilha sobre as mudanças ocorridas a partir das intervenções do IFS.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, TURISMO E PERCEPÇÃO AMBIENTAL: EM BUSCA DE BASES TEÓRICAS DE ANÁLISE

2.1 Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável

É instigante pensar inicialmente a respeito do termo desenvolvimento sob o viés do crescimento econômico, como tema para essa reflexão. Mas para se obter uma definição mais precisa a respeito do termo desenvolvimento, faz-se necessário, principalmente, distinguir entre o conceito de crescimento e o conceito de desenvolvimento.

Crescimento e desenvolvimento são sinônimos, entretanto cientificamente, ganham outras perspectivas. Para melhor entender o contexto do desenvolvimento, Souza (1993) enfatiza a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, onde se encontram os modelos da tradição clássica e neoclássica da ciência econômica. Já na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica formados nas correntes marxistas que consideram que crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. A discussão sobre o conceito de desenvolvimento é frequente na academia e revela ideias descontínuas e contrapostas.

Scatolin (1989, p. 24) aponta que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam”. Esta abordagem soma-se ao pensamento de Oliveira (2002, p. 38), que analisa: “o crescimento econômico é considerado como uma das principais condições para alcançar o desenvolvimento, ou seja, o próprio desenvolvimento”. O termo desenvolvimento assumiu um caráter positivista, passando para a população uma falsa impressão de que desenvolvimento socioeconômico significaria sempre um futuro sedimentado em avanços rumo às melhorias das condições materiais de vida.

Entende-se por desenvolvimento um processo de produção de riqueza que inclui partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça social. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. Esse tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra em si uma revolução de ideias e práticas sociais que passam a orientar as pessoas e as organizações para a produção e consumo partilhados (CORIOLANO, 2003, p. 14).

Os países desenvolvidos definem e determinam padrões de desenvolvimento especialmente para os países ditos subdesenvolvidos e em estado de subjugação e domínio. Esta ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo e ainda prevalece na época atual. Apesar desta constatação, o homem, nesse novo contexto, é visto como fator de transformação social e ambiental.

Assim, o desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Estudiosos de destaque desta última corrente, que defende o desenvolvimento como um aporte para a reestruturação da dinâmica sociocultural e econômica, são os economistas Raul Redisch e Celso Furtado. Nesta interpretação, o desenvolvimento passa a ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.

Tomando por base as mudanças e transformações econômicas, políticas, sociais e humanas, identifica-se a dialética sobre os estudos direcionados ao meio ambiente, pois em meio à incessante demanda do crescimento econômico mundial globalizado, a questão do desenvolvimento atrelado ao meio ambiente se estabelece numa espécie de balança desequilibrada e/ou um tanto quanto destoante dos preceitos teóricos do desenvolvimento. Por esta via de análise, e em consequência dos problemas ambientais enfrentados resultantes da demanda do desenvolvimento, pensou-se na criação de um novo desenvolvimento calcado numa base social.

Nesta perspectiva, encontra-se uma relação recíproca entre desenvolvimento e meio ambiente: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social. Contudo, essa relação pode ser feita de uma forma controlada, mitigando impactos e agressões. Vale ressaltar que o agravante é o uso e a exploração da natureza, pois são grandes os impactos para atender ao consumismo, à acumulação de riquezas, à ganância e ao lucro desmedido.

Somando-se aos estudiosos que discutem crise ambiental e crescimento econômico, Leff (2008) apresenta a crise ambiental com questionamentos sobre a racionalidade e os paradigmas teóricos, que alavancaram o crescimento econômico, sem observar os parâmetros inerentes da natureza. Isso faz da sustentabilidade ecológica uma normativa de construção puramente econômica, como condicionante da sobrevivência humana, sem suporte para questionar as próprias bases de construção, não se constituindo num conceito duradouro.

Leff (2006) desenvolve a ideia de racionalismo ambiental, onde questiona os limites do sistema econômico corrente e a rigidez que lhe assegura uma base teórica,

sustentada na lógica do crescimento limitado, onde a questão ambiental problematiza as próprias bases da produção. Aponta também para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

Nas últimas décadas, a humanidade toma consciência notável e generalizada sobre a importância de se preservar o meio ambiente. Se por um lado, nunca houve tanta riqueza, fartura no mundo, por outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam gradativamente e de forma socialmente excludente. Tudo isso em favor de um modelo econômico que se desenvolveu alicerçado em uma busca precisa e significativa da globalização, e que prima pela equidade, crescimento e desenvolvimento puramente econômico, enquanto a preocupação com a questão social se estabelece na perspectiva de meritocracia, ou seja, numa perspectiva alicerçada nas disparidades e diferenciações social, econômicas e culturais, a qual é marca significativa do retrato de um desenvolvimento desigual e desequilibrado.

Ainda na década de 1960, a comunidade internacional passou a se preocupar efetivamente com a repercussão do desequilíbrio ambiental, refletindo-se claramente em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, promovida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). Naquela oportunidade, foram discutidos vários temas, tais como: poluição, degradação dos recursos hídricos, lixo atômico e tantos outros. No mesmo ano, diante da problemática ambiental, Dennis Meadows (1972)¹ e pesquisadores do Clube de Roma discutiram o limite do desenvolvimento do planeta, que seria atingido no máximo em 100 anos, conclusão que se chega através de pesquisas sobre a manutenção dos níveis de industrialização, produção de alimentos, poluição e exploração dos recursos naturais.

Diante do panorama apresentado, Meadows (1972) propõe em sua tese o fim da sociedade industrial, levando a não aceitação pelos países desenvolvidos. No entanto, a divulgação internacional leva a questão ambiental a participar da agenda política mundial (OLIVEIRA, 2006) e principalmente a desnudar problemas que ficaram sempre encobertos pelos economistas defensores da ideia do desenvolvimento econômico, dando notoriedade a problemas fundamentais do desenvolvimento, ampliando bastante esse conceito (FURTADO, 1998).

¹Dennis L. Meadows, cientista americano, professor emérito de Sistemas de Gestão, e ex- diretor do Instituto de Política e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade de New Hampshire. Ele é presidente do Laboratório para a Aprendizagem Interativa e amplamente conhecido como o coautor de *The Limits to Growth* (Os limites do Crescimento). Outros grandes títulos são: Além dos limites: da catástrofe total ao futuro sustentável.

Nesta perspectiva, o conceito de ecodesenvolvimento foi elaborado em 1973 por Maurice Strong e teve seus princípios formulados por Ignacy Sachs, e contém aspectos prioritários que podem ser entendidos como metas, são eles: a) satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer); b) solidariedade com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que eles tenham chance de viver); c) participação da população envolvida (todos devem ter consciência da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal); d) preservação de recursos naturais (água, oxigênio, dentre outros); e) elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito, do massacre de populações oprimidas, como por exemplo, os índios) e a efetivação dos programas educativos (SACHS, 2002).

De acordo com Sachs (1986), o ecodesenvolvimento pode ser compreendido como uma forma de desenvolvimento em que cada ecoregião² vai à procura de resolver questões próprias e específicas na escala local, considerando os dados ecológicos, culturais e, dentre estes, também a realização das necessidades imediatas e de longo prazo.

Entretanto, o termo ecodesenvolvimento perde espaço na discussão teórica acadêmica e na esfera de análise da economia mundial, sendo substituído por um novo termo, que privilegia a junção de desenvolvimento atrelado com crescimento, sem deixar de dar respaldo às questões sociais e ambientais. Trata-se da categoria do desenvolvimento sustentável, que prima pela articulação entre desenvolvimento, crescimento econômico, equidade social, conservação e preservação do meio ambiente (homem e natureza), num viés integrado e com a perspectiva de atender as gerações atuais e futuras.

De acordo com este ponto de vista, reflexões críticas sobre a possibilidade de um desenvolvimento sustentável destacam-se como a “tábua de salvação” para a sociedade industrial, a qual se caracteriza por um fluxo único, mediante o qual “matéria e energia de baixa entropia se convertem continuamente em matéria e energia de alta entropia, não integrados aos ciclos de materiais da natureza” (CAVALCANTI, 1994, p. 17).

Acredita-se na viabilidade deste conceito que se tornou referência e é exatamente o que propõem os estudiosos em desenvolvimento sustentável, que defendem o equilíbrio entre tecnologia e ambiente, oferecendo aos diversos grupos sociais um caminho na busca

²O que é ecoregião? O conceito de ecoregião considera um conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria das suas espécies, condições ambientais e processos ecológicos, que são fatores críticos para a manutenção de sua viabilidade em longo prazo. Além disso, o conceito empregado pelo WWF considera todos os aspectos da atividade humana local, bem como a capacidade de gestão integrada. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/anuario/mata_06_smar_varias_ecor.asp>. Acesso em 23 de set. 2016.

pela equidade e justiça social. O desenvolvimento sustentável é então definido como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 44).

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável foi contestado e não é entendido de maneira consensual entre os estudiosos do tema. Dentre estes pesquisadores vale ressaltar a visão crítica de Herculano (1998), ao avaliar a percepção dos moradores locais quanto aos aspectos atuais de qualidade de vida e da qualidade do meio ambiente, que aponta dois significados para o desenvolvimento sustentável:

[...] é uma expressão que vem sendo usada como epígrafe da boa sociedade, senha e resumo da sociedade humana. Neste sentido a expressão ganha foros de um substituto pragmático, seja da utopia socialista tornada ausente, seja da proposta de introdução de valores éticos na racionalidade capitalista meramente instrumental [...]. Na sua segunda acepção desenvolvimento sustentável é um conjunto de mecanismos de ajustamento que resgata a funcionalidade da sociedade capitalista. [...] Neste segundo sentido, é um desenvolvimento suportável, mediante o, ruim, que dá para levar, que não resgata o ser humano da sua alienação diante de um sistema de produção formidável (HERCULANO, 1998, p. 306).

O que se soma à dualidade proposta por Rodrigues (2002), que afirma a existência de um duplo sentido atribuído entre desenvolvimento e sustentabilidade. Ou seja, existe uma dualidade entre desenvolvimento e sustentabilidade, visto que os próprios termos apresentam contradições, onde ‘desenvolver’ é uma meta a se atingir, que compreende o mundo moderno e pós-moderno na produção de mais e mais mercadorias. Estas mercadorias quando produzidas continuamente carecem de lugares que possam usar como depósito para colocar os resíduos, modificando o meio ambiente de forma dupla ou o destruindo. À medida que a natureza é vista como mercadoria para o consumo desenfreado, o desenvolvimento contínuo é insuportável.

No mesmo diapasão, Rodrigues (2002) sinaliza que a “sustentabilidade” nada mais é do que a permanência das condições, e não tem sido propícia na produção de novas e contínuas mercadorias. Levando em consideração os recursos naturais esgotáveis, o pensar na sociedade futura e no mercado interessado apenas no lucro, não consegue satisfazer as necessidades básicas dos seres humanos.

Somando-se aos críticos do desenvolvimento, Ribeiro *et al.* (1996) sugere identificar:

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável de sua função alienante e justificadora de desigualdade de outra que se ampara em premissas para a reprodução da vida bastante distintas. Desenvolvimento sustentável poderia ser então, o resultado de uma mudança no modo da espécie humana se relacionar com o ambiente, no qual a ética não seria apenas entendida numa instrumental, como desponta no pensamento eco-capitalista, mas, embasada em preceitos que ponderassem as temporalidades altera à própria espécie humana, e, não, também as internas à nossa própria espécie (RIBEIRO *et al.* 1996, p. 99).

Em síntese, ao se discutir o desenvolvimento sustentável, espera-se que este possa servir de referência para construir novas formas de relação entre os próprios seres humanos, e destes com o ambiente, sinalizando que o grande paradoxo do desenvolvimento sustentável é manter a sustentabilidade, que precisa ser construída socialmente, ou seja, pensar no desafio de se construir uma sociedade sustentável.

2.2 Desenvolvimento e Turismo sustentável

Pode-se perceber que os estudiosos do desenvolvimento sustentável divergem em suas análises e sobre a operacionalidade efetiva deste conceito. Segundo Bellen (2005, p. 45), os pesquisadores voltados para a tendência tecnocêntrica acreditam “que a sustentabilidade se refere à manutenção do capital total disponível no planeta e que ela pode ser alcançada pela substituição de capital natural pelo capital gerado pela capacidade humana”. Ou seja, a visão tecnocêntrica, também chamado de paradigma tecnocêntrico, enfatiza como tese a ideia de que o crescimento econômico é o motor do desenvolvimento, que deve ser alcançado a qualquer custo. Esta tese cria sua antítese no ecocentrismo, que situa a conservação do meio ambiente e as preocupações sociais como focos principais da humanidade. Assim, a síntese natural é o paradigma sustentocêntrico, que vê harmonia entre o homem e a natureza, em um contexto institucional, ambiental, social e econômico. Contudo, para Fearnside (1997), não podem existir limites para o desenvolvimento quando é pautado em concepções frágeis de sustentabilidade exercida como manobra da sociedade contemporânea, para fugir das concepções de limites naturais.

Sob o olhar de Coriolano (2003), o desenvolvimento e o turismo ocorrem em escalas globais, regionais e locais. Há de se identificar, no entanto, as tônicas e abordagens dadas ao processo de desenvolvimento e ao desenvolvimento do turismo nos diversos lugares, porque elas podem vir associadas aos grandes grupos econômicos, ou vir associadas ao capital ou vincular-se ao capital local privilegiando o lugar, os residentes e a cultura local. Neste

sentido, o desenvolvimento implica mudanças sociais, culturais e econômicas, mudanças, sobretudo qualitativas. Neste contexto, encontra-se em relações recíprocas o desenvolvimento, o turismo e o meio ambiente. No caso específico do meio ambiente, verifica-se a transformação por atividades econômicas, que se torna uma restrição para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, esta relação pode ser feita de forma controlada, diminuindo impactos e degradações ambientais.

O turismo sustentável pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, mantendo, simultaneamente, a integridade cultural e ecológica. Pode ser benéfico para os anfitriões e para os visitantes, enquanto protege e melhora as oportunidades para o futuro. Contudo, turismo sustentável também envolve a adoção de políticas vigorosas baseadas em trocas complexas em nível social, econômico e ambiental. O turismo sustentável requer uma visão que abranja um maior tempo e espaço do que aquele que é tradicionalmente usado nas políticas de planejamento, ao tomar decisões relacionadas com a comunidade isoladamente (SWARBROOKE, 2000a).

Diante do conceito de desenvolvimento sustentável, passou-se a considerar que o desenvolvimento sustentável do turismo, ou simplesmente turismo sustentável é:

Aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras (...) ligando-se a sustentabilidade do meio natural e cultural, considerados como atrativos básicos do turismo. No entanto, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável não podemos dissociá-lo da dimensão econômica e social (RUSCHMANN, 2001, p. 41).

A operação do turismo deve fazer parte das estratégias de conservação ou de desenvolvimento sustentável para uma região, ou nação. Para que o turismo ganhe “status” de turismo sustentável é necessário lembrar que este requer um planejamento que reflita em ações de desenvolvimento. Ademais, a operação e o desenvolvimento do turismo devem ser inter-setoriais e integradas, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo deste modo obter o maior número possível de benefícios.

É bom salientar a importância do envolvimento dos segmentos da sociedade para o desenvolvimento do turismo sustentável. De acordo com Swarbrooke (2000b), os parceiros para o desenvolvimento do turismo sustentável são: o *trade* turístico – os proprietários e gerentes de empreendimentos comerciais de turismo; os apoiadores das causas ambientais; os defensores da conservação ambiental; a comunidade; os residentes; grupos e líderes

comunitários; e as autoridades locais. Alguns membros da comunidade também podem estar envolvidos no setor turístico ou serem apoiadores de causas ambientais.

Os estudos sobre desenvolvimento local tornaram-se grandes debates da contemporaneidade, partindo principalmente de dois pontos de vista diferentes. O primeiro, os que interrogam o padrão de desenvolvimento atual e o segundo, os que questionam este padrão.

No entender de Sérgio Buarque (2002, p. 25), desenvolvimento local é:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Independentemente de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa – a esfera global, da qual recebe influência e pressões positivas e negativas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Inserido nas condições contemporâneas de globalização e num intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização.

O termo local, como afirma Franco (2003, p. 27), “não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução”. O conceito de local adquire a conotação de alvo socioterritorial das nações e passa, assim, a ser definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, em geral quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Não obstante, quando se fala de desenvolvimento local, faz-se referência, habitualmente, a processos de desenvolvimento que ocorrem em espaços subnacionais, sendo que no Brasil, na maioria dos casos, tais espaços são municipais ou microrregionais, envolvendo certa quantidade de municípios dentro da mesma unidade federativa.

Pode-se perceber na literatura acadêmica, que outra referência, nem sempre explicitamente reconhecida do conceito de desenvolvimento local, é a ideia de comunidade. De certo modo, desenvolvimento local troca a generalidade abstrata de uma sociedade global configurada à semelhança ou como suporte do Estado, pelas particularidades concretas das minorias sociais orgânicas que podem projetar (endogenamente) futuros alternativos para a coletividade e, sobretudo, antecipar estes futuros em experiências presentes.

O fator econômico, como caracteriza Franco (2003), era o único determinante do desenvolvimento, e hoje se sabe que o desenvolvimento tem muitas dimensões, tais como a econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, que mantêm umas em relação às outras, relativo grau de autonomia. Todas estas dimensões compõem no processo de desenvolvimento, em conjunto, determinando-o, ou em particular, considerando-o.

Desta forma, ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, integrando a economia mundial, surgem as novas e crescentes iniciativas no nível local, com ou sem integração na dinâmica internacional, que viabilizam processos diferenciados do desenvolvimento no espaço. Assim, uma análise sobre a globalização e o desenvolvimento local enfatiza a questão de se tratar de dois polos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo força de integração e desagregação, dentro do intenso jogo competitivo mundial.

Além disso, a globalização tem um efeito contraditório sobre a organização do espaço. Por um lado, demanda e provoca um movimento de uniformização e padronização dos mercados e produtos. Por outro lado, com a diversificação e flexibilização das economias e dos mercados locais, criam e reproduzem diversidades, decorrentes da integração dos valores globais com os padrões, articulando o local e o regional ao global.

Na análise sobre desenvolvimento local no contexto da globalização, Buarque (1999) afirma que é uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas potencialidades e na matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, “isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica de recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica” (BUARQUE, 1999, p. 15).

Vale ressaltar que uma comunidade ou atores sociais só se desenvolvem quando suas potencialidades tornam-se dinâmicas, extrapolando os confins advindos da

globalização, e dá visibilidade à palavra desenvolvimento como o sentido de desenrolar, dar segmento a uma tendência, realizar uma predisposição, tornar viável um programa herdado, ou seja, tornar dinâmica uma potencialidade.

Existem estudiosos que comungam desta argumentação. Dentre estes, Franco (2003), quando assegura que para que se torne possível essa potencialidade, necessita-se da junção de vários fatores, tomando como modelo o nível educacional da população, a existência de pessoas que tenham condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios, ou seja, a determinação do poder local e de outros níveis de governo de apostar em um caminho de transformações. Isto porque, desenvolver implica sempre em mudança. E neste sentido, a participação da sociedade é fundamental para que isso aconteça.

Em decorrência da insatisfação das formas convencionais de turismo que, num sentido geral, ignoram os elementos sociais e ecológicos da região, surge um enfoque mais antropocêntrico e concentrado nas possibilidades turísticas associados à natureza, que é o ecoturismo.

No entanto, deduz-se que os recursos naturais e seu potencial turístico com sustentabilidade econômica e ambiental por meio da geração de renda e do manejo constituem-se nos principais aspectos emergentes da relação turismo-ambiente. “É a partir dessa base de relações que se desdobram os diferentes enfoques atribuídos ao ecoturismo” (PIRES, 2002, p. 140).

Ainda sob o olhar de Pires (2002), os principais segmentos da sociedade interessados no desenvolvimento do ecoturismo são: o *trade* turístico; a área governamental e os organismos oficiais; as organizações não-governamentais; as populações; o público turista; o meio acadêmico e a mídia, cada um com sua própria ideia de ecoturismo. Quando se reveem as várias definições que têm sido dadas ao termo “ecoturismo” evidencia-se uma ampla variação de significados, como também divergências conceituais ou de enfoques.

Para uma compreensão científica do ecoturismo, Ziffer *apud* Fennel (2002, p. 49) ressalta que este está inserido num novo modelo de gestão para a atividade turística. Assim, desenvolve seu pensamento, argumentando que o ecoturismo,

É uma forma de turismo inspirada principalmente na história natural de uma área, inclusive de suas culturas nativas. O ecoturismo visita áreas relativamente não desenvolvidas com o espírito de apreciação, participação e de sensibilidade. O ecoturista utiliza os recursos naturais e de vida selvagem de forma não predatória e contribui para a área visitada por intermédio de meios financeiros ou com seu esforço pessoal com o objetivo de beneficiar

diretamente a conservação do local e o bem-estar econômico dos visitantes. [...] o ecoturismo também pressupõe a prática de uma gestão de um país ou de uma região anfitriã, que se compromete a planejar e manter os locais com a participação dos habitantes locais, realizando um marketing apropriado, reforçando os regulamentos e usando os lucros do empreendimento para investir na gestão da área e no desenvolvimento da comunidade.

Reafirmando a opinião do autor acima citado, o ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza, principalmente, a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não é predatório e é localmente orientado para promover o controle, os benefícios e minimizar os impactos ambientais e sociais. Ocorre tipicamente em áreas naturais e deve contribuir para a conservação ou preservação desses territórios.

Em 1994, particularmente no Brasil, as preocupações pertinentes às atividades ecoturísticas começaram em Goiás Velho (GO), quando um grupo de trabalho interministerial (MA-MICT), integrado pelos setores público e privado, reuniu-se com objetivo de desenvolver e propor as diretrizes do “Programa Nacional de Ecoturismo”. Naquele momento estabeleceu-se o marco conceitual brasileiro do ecoturismo, que a partir de então foi definido como um segmento das atividades turísticas que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (FENNEL, 2002).

De acordo com Dias (2003, p. 123), com base no cenário identificado durante a realização da oficina de planejamento das diretrizes para a Política do Programa Nacional de Ecoturismo, no Brasil foram direcionados ao atendimento dos seguintes objetivos básicos:

(i) fortalecer a cooperação interinstitucional; (ii) possibilitar a participação efetiva de todos os grupos de interesse do setor; (iii) compatibilizar a atividade com a conservação de áreas naturais; (iv) promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo; (v) promover o aproveitamento da atividade como veículos de educação ambiental; e (vi) empreender, incentivar e estimular a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade de ecoturismo.

Analisa-se com essas diretrizes a questão fundamental pertinente aos estudos destinados à prática ecoturista, que estabelece a necessidade de informações sobre os pilares dessa atividade, ou seja, a comunidade anfitriã deve estar inserida no contexto desse desenvolvimento, primando pela preservação do meio ambiente e pela fomentação da atividade turística como geração de renda e divisas.

Na contemporaneidade, a base turística emana de um conjunto de interações entre os fatores condicionantes das motivações dos turistas, do marketing e dos geradores do imaginário do homem que o levaria a ser um *homo turisticus*, e as condições de estruturação da globalidade dos meios de acolhimento no espaço turístico de destino. Nesse contexto, existiria uma virtual dissolução das fronteiras culturais e nacionais.

Para Gomes (2006, p. 171), na discussão sobre lugar turístico é possível entendê-lo como:

(...) o espaço de alteridade do Eu e do Outro posto face à natureza e à cultura. O turismo é, assim, uma prática pela qual o visitante e o visitado se observam, se comparam, identificam suas diferenças, criam opiniões sobre si mesmo e sobre o Outro. Em si o lugar turístico não existe. Ele é uma invenção para o turismo e pelo turismo, invenção que é feita no bojo de uma expectativa alimentada pela fantasia, pela busca de ação, nostalgia, exotismo e a busca de ação. O lugar deve corresponder, portanto, às imagens e ao imaginário daquele que é turista.

Como caracteriza criticamente Coriolano (1996, p. 05),

As comunidades devem ser preparadas para integrar-se à atividade turística, de forma que sintam orgulho e exaltem seus valores culturais, exigindo capacitação técnica e financeira para as atividades turísticas locais [...] E adotando atitude positiva face ao turismo, e isto significa preparar-se para participar.

A participação cidadã requer desde o fortalecimento dos fatores culturais até o estabelecimento de unidades de hospedagem e comércio. Ao discutir os interesses dos atores que compõem o cenário turístico, reporta-se diretamente à participação comunitária, esta que se configura como um dos principais agentes de desenvolvimento da atividade turística. É o que se pode sinalizar como planejamento participativo. O questionamento ganha novas vertentes quando se examina como será desenvolvido esse planejamento de participação popular, pois se iniciam as discussões sobre de que maneira essa participação se dará dentro da realidade do turismo (DIAS, 2003).

A participação cidadã deve estar balizada nas políticas públicas que primam pelo fortalecimento e desenvolvimento local, bem como do próprio turismo, tendo em vista que sem isso a participação será nula ou se apresentará como um indicador de mitigação e fracasso. Assim, na visão de Coriolano (1996), essa participação não substitui a implementação dessas políticas públicas, e sim se soma para o sucesso do desenvolvimento local e sustentável da atividade turística.

A participação popular não pode substituir um setor público opaco e desfalecente, socialmente ineficaz, administrativamente improdutivo, organicamente caótico, economicamente perdulário e politicamente burocratizado, que pelo contrário, uma administração justa e ativa, com programas ambiciosos destinados a melhorar o bem-estar dos cidadãos, são condições prévias ao desenvolvimento da participação. Sem esses investimentos políticos e econômicos os chamados a participar estão condenados ao fracasso (CORIOLANO, 1996, p. 15).

Em outras palavras, para ser efetiva a participação deve estar acompanhada de boa administração pública, preocupada com o bem-estar da comunidade, e envolvida em projetos e programas voltados para a qualidade de vida dos moradores da localidade. A participação precisa ser construída, dialogada e recriada constantemente.

Weschenfelder *et al.* (2007) defendem que um dos mecanismos de participação e interesse comunitário se reflete na formação do ecoturismo que se pretende gerir. O estudioso supracitado, em seu ensaio sobre “Ecoturismo e Desenvolvimento Regional”, afirma que este se torna um novo caminho para a promoção e elevação do nível econômico da população local, ampliando a qualidade de vida e diminuindo as diferenças sociais, os conflitos e a violência. Justifica com isso a participação da comunidade no processo do desenvolvimento sustentável de uma região, com a preocupação premente em gerar benefícios locais.

Em seu estudo sobre a “função do Ecoturismo”, Layrargues (2002) apresenta a afirmativa de que diante das condições sociais brasileiras, este segmento se sobressai como uma importante função social a cumprir, e pode ser um relevante instrumento de distribuição de renda, mais engajado do que as tímidas menções que se referem à geração de emprego e renda ou melhoria de qualidade de vida das populações envolvidas, com benefícios econômicos indiretos do ecoturismo. Desta forma, torna-se viável apresentar o ecoturismo dentro de uma base comunitária, sólida, participativa e inclusiva.

A comunidade local é a própria operadora do negócio ecoturístico, permitindo o desenvolvimento comunitário local, a emancipação política e favorecendo a distribuição de renda, onde esta permanece na comunidade local e é distribuída entre os trabalhadores da atividade. Há espaço para inclusão e inclusive ascensão social, já que a própria comunidade é responsável pela gestão da atividade. Além do pacote ecoturístico envolver múltiplas dimensões: natureza, história e cultura como variáveis indissociáveis, [...] o turista imerge na realidade local real, se impregna da vida cotidiana da coletividade, vivencia o envolvimento profundo e legítimo da rotina da comunidade local naquele espaço [...] o turista experimenta a alteridade de si com o outro como comunidade da natureza, bem como experimenta um contato direto com a realidade com pouca mediação do guia (LAYRARGUES, 2002, p. 43).

Esse quadro apresenta um novo olhar sobre a atividade ecoturística, principalmente com o cunho da participação popular, ou seja, da transformação dos fatores socioeconômicos em favor da mudança social.

Sugere-se que a comunidade seja composta de todas as pessoas que vivem numa destinação turística. No entanto, existem alguns pontos e discussões sobre o que seja comunidade local e quais as complexidades que a configuram. Segundo Swarbrooke (2000a), a comunidade local está no centro da discussão e sofre influência dos seguintes componentes: área geográfica; nativos *versus* imigrantes; comunidades majoritárias e minoritárias; residentes externos com interesses na comunidade; elite e seus sistemas demográficos; e população e muitos grupos de interesses diferentes. Pensar em comunidade vem logo à mente uma ideia de aconchego, conforto, na qual pessoas que vivem numa área compartilham de propósitos e identidade. Ela sugere estabilidade e consenso, um conceito atraente num mundo em que talvez a mudança e o conflito sejam muito mais comuns do que se pensa, porque são inerentes à condição humana.

O turismo sustentável enfoca como a comunidade pode influenciar os sistemas de controle do planejamento e do desenvolvimento turísticos pelo setor público. No entanto, se as comunidades locais realmente maximizarem os benefícios que ganham com o turismo, e minimizarem os seus custos, será necessária então uma abordagem mais radical.

Swarbrooke (2000a) confirma que enquanto o conceito de comunidade é assunto central na maioria dos debates sobre o turismo sustentável, a ideia de comunidade é mais um mito. O envolvimento da comunidade no turismo perpassa por vários tipos de planejamento, os quais devem ser usados e adotados de acordo com o perfil da localidade em análise, e que esteja disposta a conquistar influência e que assuma um papel ativo no mercado de turismo, por meio de diversos modos, em vez de tentar influenciar apenas e tão somente a política do setor público.

Em meio a tantas discussões, torna-se necessário falar sobre a identidade cultural no turismo sustentável. De acordo com o Stuart Hall (1999, p. 48), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação”. Pois sendo a nação construída, essa é composta por uma comunidade simbólica que gera sentimentos de identidade e de pertença, dos quais não necessariamente são impostos pelos limites geográficos dessa nação.

No entanto, a identidade cultural, ou seja, os traços específicos que definem quem pertence ou não a um determinado grupo, é formada pelas características próprias de uma

determinada comunidade e essas se diferenciam das demais. Os grupos culturais são diferenciados e definidos pelo uso de regras, representações, de linguagem e pelas “formas de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem” (CARDOSO, 2000, p. 6).

Hoje em dia, a diversidade cultural de um povo tem se tornado um dos principais objetos da atividade turística, são os novos atrativos turísticos de uma determinada localidade, que englobam um mito da essência do lugar e do povo. Alguns segmentos da atividade turística têm buscado respaldo nesse novo diferencial, como é o caso do turismo ecológico e do turismo cultural.

De acordo com Vicente e Guzmán (2004, p. 244),

cultura e turismo estão agora consagrados nas simbioses necessárias para o desenvolvimento econômico de determinadas áreas geográficas, permitindo a criação de emprego, estruturação da renda necessária para manter e/ou recuperar a herança que recebemos de qualquer um dos nossos antepassados. (...) o turismo cultural é um processo social como elemento de referência distinto para um conjunto de processos simbólicos que, de alguma forma, faz parte da cultura da comunidade onde ele está localizado.

Neste tipo de turismo deve-se ter a preocupação com a valorização do cotidiano das comunidades e não simplesmente produzir uma manifestação cultural para se mostrar ao turista, pois senão estaria fabricando um produto e perdendo assim a característica do mesmo. Seja como for, não tenha dúvida que o turismo é o setor econômico que mais cresce no mundo e pode ser explorado substancialmente (BATISTA, 2005).

2.3 Meio ambiente, percepção ambiental e psicologia ambiental

Conforme demonstrado anteriormente, apresenta-se uma discussão sobre o desenvolvimento, que possibilitou adentrar na perspectiva do desenvolvimento sustentável como uma espécie de fórmula básica para culminar nas construções ideológicas e práticas de política do meio ambiente, suas novas diretrizes e olhares. Neste contexto, tratar-se-á agora do “agente” homem dentro dessa engrenagem sistemática e interdependente que é o meio ambiente, traçando interseções entre a sua percepção como parte fundante do meio ambiente e seu entendimento comportamental.

2.3.1 Meio ambiente e percepção ambiental

Nunca em tempo algum da história humana se fez tão importante debater sobre o meio ambiente. Pode-se notar uma preocupação atual pelas causas sociais, e ao mesmo tempo são inúmeras as interpretações existentes na literatura a respeito do conceito de ambiente e meio ambiente. Trata-se aqui de reunir diferentes olhares de observadores e estudiosos sobre o tema em tela e fazer uma associação com a psicologia e a percepção.

De acordo com Gleissman (2000, p 37),

o ambiente de um organismo pode ser definido como a soma de todas as forças e fatores externos, tanto bióticos quanto abióticos, que afetam seu crescimento, sua estrutura, sua reprodução [...] o ambiente no qual o organismo ocorre precisa ser compreendido como um conjunto dinâmico, em constantes mudanças, de todos os fatores ambientais em interação, ou seja, como um complexo ambiental.

Na mesma perspectiva de Gleissman (2000), Lenoble (1996) também critica a posição da natureza como apenas restrita ao físico, mas sim como o resultado da visão do homem no tempo histórico e no espaço geográfico. Lenoble (1996) considera também que o meio ambiente pode ser constituído por relações dinâmicas entre elementos componentes, tanto vivos quanto não vivos, mostrando que meio ambiente não tem apenas sentido estático.

Como se pode observar, existe uma variedade enorme de conceitos de meio ambiente. Nas legislações estaduais e na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), as definições apresentadas por essas leis em geral são bastante abrangentes. No entanto, o conceito apresentado pelo PNMA, apesar de ser abrangente, determina com clareza os aspectos que compõem o meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente, nos seus artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 6.938/81, define-o como um “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas [...] O meio ambiente é um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”.

Nesta perspectiva, a temática ambiental tem sido uma preocupação do cotidiano, visto que o cuidado com a natureza é uma questão de sobrevivência de todas as espécies do planeta. A amplitude dos problemas sociais e ambientais do mundo atual desafia a humanidade a forjar uma nova relação do homem com a natureza e dos seres humanos entre

si, uma vez que essas relações têm provocado muitas vezes impactos devastadores ao meio ambiente.

Não menos atentos aos desequilíbrios provocados ao meio ambiente, Bitar e Ortega (1998) entendem que a definição de Impacto Ambiental está associada à alteração considerada significativa por meio da avaliação do projeto de um determinado empreendimento, podendo ser negativo ou positivo, ou seja, considera-se que um impacto foi positivo quando a ação ou atividade resulta na melhoria da qualidade de um fator ou parâmetro ambiental, e negativo quando a ação ou atividade resulta em um dano à qualidade de um fator ou parâmetro ambiental.

Segundo Steg e Vlek (2009), a solução para os problemas ambientais está na base do comportamento humano, com o propósito de fazer uma promoção de mudanças comportamentais. Na mesma sintonia de pensamento, Skinner (1983, p. 154) defende que “assim como o indivíduo se controla através da manipulação do mundo em que vive também a espécie humana constitui um ambiente em que os seus membros se comportam de uma forma extremamente eficaz”. O autor supracitado comunga da ideia de que a evolução de uma cultura é um exercício de autocontrole social e domínio territorial. Sob o prisma deste estudioso, o homem destrói o meio ambiente e sofre controle do ambiente destruído. Em síntese, em seu estudo sobre a importância do papel do meio ambiente no comportamento humano, Skinner (1983) ressalta que

[...] uma cultura não tem existência desvinculada do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas. É sempre um indivíduo que se comporta, atua sobre o meio ambiente e é modificado pelas consequências de sua ação, e que mantém as contingências sociais que constituem uma cultura (SKINNER, 1983, p. 156).

Quando estudiosos abordam sobre a inter-relação entre o homem e o meio ambiente, e como este homem percebe, responde e reage de formas distintas a ações sobre o ambiente em que vive, estão na verdade tratando de estudos da percepção ambiental, caracterizados pela compreensão das inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas em relação ao espaço em que está inserido (VASCO; ZAKRZEWSKI, 2010).

De acordo com o psicólogo Hochberg (1973, p. 11), “a percepção é um dos mais antigos temas de especulação e pesquisa no estudo do homem [...]. Estudamos a percepção numa tentativa de explicar nossas observações do mundo que nos rodeia”. O referido autor ressalta que o estudo da percepção teve início muito antes da existência da Psicologia,

enquanto conhecimento sistematizado, sendo que as primeiras pesquisas foram obras de fisiologistas e físicos. Observa-se, no entanto, que o foco dos estudos, nesse período, concentrava-se na compreensão dos mecanismos físicos que delineavam o mundo e fenômenos biológicos. Ainda assim, sentiam a necessidade de correção dos dados da percepção com o rigor da ciência, que, de acordo com estudioso do tema, “dá conta de explicar completamente o mundo e o que nele existe” (HOCHBERG, 1973, p. 12).

Vale ressaltar inicialmente que o indivíduo exerce uma tensão, uma dialética com o seu meio, percebe-se que ele não é um receptor passivo de estímulos e muito menos psicologicamente independente, já que se relaciona com ele, moldando o ambiente e sendo moldado por ele (ITTELSON *et al.*, 1974).

São muitas as correntes teóricas que procuram explicar a origem das percepções que o ser humano tem a respeito do espaço vivido. Uma destas correntes é a fenomenologia, que considera a intencionalidade da consciência humana e se preocupa em descrever, analisar e interpretar os fatos que acontecem, sugerindo a não dicotomia entre sujeito e objeto. O indivíduo interpreta e apoia suas ações a partir das experiências vividas e do seu conhecimento. Neste sentido, a relação entre o objeto e aquele que o percebe é essencial para explicar a percepção apresentada por um indivíduo (CHAUÍ, 1998).

Tuan (1980, p.15) ao abordar sobre percepção, atitudes e valores

prepara-nos primeiramente, a compreendermos a nós mesmos. Sem a auto compreensão não podemos esperar por soluções duradoras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam humanos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos.

Desta forma, Jung (1997 *apud* Milani; Rabinovich; Martins, 2008) entende que o indivíduo vive ou experimenta a realidade de forma pura percebendo as tensões entre o consciente e o inconsciente e a razão e a percepção. Assim, ao falar em percepção, pode-se também remeter à definição de fenomenologia citada por Jung (1997, p. 48 *apud* Milani; Rabinovich; Martins, 2008, p. 3), que é vista como

‘Experiência Pura’, ou seja, a maneira como o indivíduo experimenta a si mesmo e ao mundo anteriormente a qualquer teoria. O mundo externo tal como enxergamos está intimamente ligado à nossa percepção, à nossa presença nele como observadores conscientes. São necessários tanto o polo objetivo da realidade, comandado pela razão, quanto o polo subjetivo, expresso pela linguagem mítica da fantasia, dos sonhos e da imaginação.

Portanto, pode-se entender percepção ambiental como o “processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente cognitivos através da construção do valor da paisagem para cada indivíduo” (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999, p. 3). Deste modo, a ideia central das pesquisas em percepção ambiental sustenta-se na concepção de que cada pessoa, sociedade ou grupo social demonstra sua maneira de ver e sentir o ambiente que os cercam, assim como estabelece relações distintas com o seu ambiente natural e construído.

O despontar da percepção ambiental torna-se uma oportunidade de estudo da psicologia ambiental em colaborar para diferenciar as composições afetivas, cognitivas, socioculturais e econômicas com o intuito de fomentar projetos em planos e programas de educação ambiental e no amplo campo das políticas públicas.

2.3.2 Psicologia Ambiental: a relação pessoa-ambiente

A Psicologia é uma ciência que se interessa pelo estudo do comportamento e investiga os comportamentos através de processos mentais das pessoas, tais como: aprendizagem, sensação, emoção, inteligência e percepção. A etimologia da palavra psicologia é formada pelos termos “psique” (alma) e “logos” (conhecimento), confundindo-se com a filosofia, já que as duas buscavam as razões para o comportamento humano.

No final do século XIX, a psicologia foi distanciada da filosofia e da fisiologia, passando a ser conhecida como Psicologia Moderna. Desta forma, buscava-se obter o reconhecimento oficial da psicologia, utilizando-se do controle do comportamento humano através da investigação científica. Atualmente, estudiosos da psicologia podem se beneficiar de várias áreas do conhecimento proporcionando assim infinitas descobertas sobre o homem e suas relações entre si. Dentre estas áreas está a Psicologia Ambiental, considerada por alguns estudiosos como subárea de investigação do homem e do ambiente, priorizando a interação entre os mesmos, hoje foco de interesse.

Nesta perspectiva, as questões ambientais continuam instigando estudiosos em grandes discussões sobre o tema e tem uma importância significativa para a psicologia ambiental quando se trata de especulações da natureza humana atreladas ao desequilíbrio da natureza natural antropizada, visto que são problemas causados pelo homem em busca de um crescimento econômico desmedido, gerando assim uma crise das pessoas no ambiente e não uma crise ambiental (POL (1993); CORRALIZA (1997); PINHEIRO (1985); BOFF (2003)).

Os precursores da Psicologia Ambiental apontam os seguintes objetivos principais,

(i) estudar a relação pessoa ambiente no contexto natural, referindo-se a totalidade; (ii) abordar a relação pessoa-ambiente de maneira holística, indicando totalidade; (iii) incorporar diversas perspectivas teóricas em seu estudo, reconhecendo como metodologia; (iv) enfatizar a dimensão da relação humano ambiental; (v) estabelecer vínculos com outras disciplinas interessadas na dinâmica humano ambiental pode-se chamar interdisciplinaridade; (vi) aplicar os conhecimentos obtidos para melhorar a qualidade de vida ambiental dos usuários dos ambientes, referindo-se a pertinência social (WIESENFELD, 2005, p. 55).

Segundo Pinheiro (2003), torna-se necessário enxergar o homem como agente em interação dialética com o meio. Olhar para o homem, não como receptor passivo de estímulos, nem psicologicamente autônomo, mas como agente que modifica o ambiente e sendo modificado por ele. A psicologia ambiental surge como um desdobramento da psicologia social e as abordagens sobre as relações pessoa-ambiente envolvem a psicologia ambiental como área multi-interdisciplinar de conhecimento. Tem como foco entender a relação entre ambiente sócio-físico e os processos psicológicos com uma direção básica e aplicada para as questões ecológicas da atualidade.

Conforme Gunther (2004), a trajetória da psicologia ambiental procura compreender holisticamente as ações humanas, enxergando o homem em sua totalidade e o meio no qual está inserido e inclui os aspectos sociais, culturais e filosóficos.

Na visão de Marteleto e Oliveira e Silva (2004), os indivíduos vivem numa rede de interdependência, portanto é muito importante entender como essas relações influenciam o comportamento das pessoas nos grupos e como são difíceis de serem vencidas. Pode-se perceber a dificuldade em cumprir com as ações de proteção do meio ambiente, e muitas pessoas adotam por algum tempo essas ações como modismo, sem compromisso com a “causa” em si, muitos não têm coragem de dizer que acham exagero, e que não comungam com esse ecologismo (OJALA, 2008).

No entanto, a questão social na atualidade é largamente aceita e sabe-se que preservar o meio ambiente é fundamental para a sobrevivência das futuras gerações, o que caracteriza o anseio da sociedade. É através do processo de socialização que as normas se tornam realidade. Assim, a psicologia ambiental soma-se a outras áreas do conhecimento tais como: sociologia, psicologia social, arquitetura, geografia humana, antropologia urbana, ergonomia, desenho industrial, urbanismo, engenharia florestal. Estas áreas buscam

compreender os comportamentos que atentam para a falta de cuidado das pessoas com o meio ambiente (POL, 1993).

Nesta perspectiva, estudiosos envolvidos com esse tema afirmam que o que pode colaborar com as intervenções que promovam mudanças no comportamento humano, evitando assim a degradação do meio ambiente, são os estudos sobre comportamento relacionados às questões ambientais (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006).

Dentre as contribuições da Psicologia Ambiental, destacam-se as iniciativas para Gestão Ambiental. Estudiosos sinalizam que variáveis como o consumo sem medida em função do “ter” e do crescimento populacional, geram oposições de interesses desestabilizando os recursos do planeta e consequentemente os sistemas. Campos e Gurgel (2012) comentam que alguns estudos apontam que a única solução seria uma mudança radical nas tecnologias, padrões de consumo, valores e produção, abandonando produtos e processos não sustentáveis.

Pode-se constatar que tanto a Psicologia Ambiental quanto a Gestão Ambiental coincidem em sua interdisciplinaridade e aplicabilidade. No entanto, o papel do psicólogo ambiental está voltado para a relação do homem com o seu ambiente, buscando práticas ecologicamente corretas envolvendo gestores e trabalhadores, sensibilizando-os para a construção de um mundo melhor, sustentável, equilibrado e justo (CAMPOS; GURGEL, 2012).

Rivlin (2002) faz uma releitura quanto aos métodos de campo da psicologia ambiental, e afirma que esse tipo de pesquisa é muito mais que desenvolver estudos em laboratórios, não desvalorizando esse método. A psicologia ambiental utiliza frequentemente estratégias de campo, onde as pessoas são observadas e entrevistadas, inseridas no seu próprio meio, o que possibilita a validação ecológica do estudo, considerando a oportunidade do trabalho refletir a natureza do ambiente no qual as mesmas estão envolvidas.

Por fim, a psicologia ambiental, segundo Pinheiro, Elali e Fernandes (2008), contribui para a solução dos problemas ambientais atuais, tendo em vista o aspecto psicológico nos estudos das inter-relações entre pessoas e ambientes, através da análise dos comportamentos, percepções e atitudes das pessoas e comunidades tanto no aspecto físico quanto social.

2.4 Indicadores de qualidade de vida

2.4.1 A amplitude e complexidade dos indicadores

Os primeiros indicadores objetivaram a medição estritamente econômica. Eles propunham mensurar o desenvolvimento econômico dos países e foram definidos a partir de indicadores quantitativos. Os indicadores se tornaram decisivos a partir do momento em que a estatística passou a ser vista como ciência. Segundo Silva *et al.* (2002), os indicadores vieram integrar as estatísticas que no momento davam uma medida predominantemente econômica dos resultados. Contudo, uma inquietação se estabeleceu no que diz respeito à inserção dos indicadores para as questões inerentes à dinâmica social. Sendo assim, foram adotados os indicadores sociais, que abrangeram além dos domínios de estudo e aplicação, também as suas relações, incorporando uma dimensão qualitativa como estratégia de análise.

Segundo o *Internet Engineering Task Force* (IETF),

Um indicador fornece uma pista para uma matéria de amplo significado ou torna perceptível uma tendência ou fenômeno que não é imediatamente detectável. Um indicador é um sinal ou sintoma que torna algo conhecível com um razoável grau de certeza. Um indicador revela, dá evidência, e a sua significância estende-se para além do que é atualmente medido a um grande nível de interesse do fenômeno (IETF referido por EEA, 2005, p. 7)³.

Os indicadores ambientais integram-se aos indicadores econômicos e sociais no grupo de informações necessárias para análise do meio ambiente e da qualidade de vida das populações no século XXI. No entanto, já nos anos 60 e 70, do século XX, foi publicado pela primeira vez o índice de qualidade de vida.

Bossel (1999) define os indicadores como algo que faz parte do nosso cotidiano:

Os indicadores são a nossa ligação ao mundo. Eles condensam a sua enorme complexidade numa quantidade manejável de informação significativa, para um subgrupo de observações que informam as nossas decisões e direcionam as nossas ações [...]. Os indicadores representam informações valiosas. [...] Os indicadores, portanto, são também uma expressão de valores⁴ (BOSSEL, 1999, p. 09).

³http://ftp.igeo.pt/instituto/cegig/got/17_Planning/Files/indicadores/conceito_indicador.pdf

⁴Indicators are our link to the world. They condense its enormous complexity to a manageable amount of meaningful information, to a small subset of observations informing our decisions and directing our actions. Indicators represent valuable information. Indicators, therefore, are also an expression of values (BOSSEL, 1999, p. 09).

Nesta perspectiva, quando se aborda sobre a utilização de indicadores, de uma forma sintética, preserva-se o essencial dos dados originais e utilizam-se apenas as variáveis que melhor servem aos objetivos e não todas que podem ser medidas ou analisadas.

O que se pode observar diante das informações obtidas nas pesquisas sobre esse tema é que os indicadores são relativamente recentes e são abordados quantitativamente por instituições como IBGE, PNUD, dentre outras. No entanto, constata-se que existem as limitações dos indicadores exclusivamente econômicos. Organizações internacionais, como por exemplo, a Divisão de Estatística das Nações Unidas, UNESCO, OMS, OCDE, OIT, UNICEF, buscaram desenvolver conceitos e metodologias com vistas ao bem estar social e consequentemente ao desenvolvimento de ferramentas que fossem capazes de mensurá-las (SOLIGO, 2012).

Um marco importante no processo de desenvolvimento dos indicadores sociais foi o “Movimento de Indicadores Sociais”, desencadeado pela publicação dos livros *Toward a Social Report* (1966) e *Social Indicators* (1967), elaborados sob recomendação do governo dos Estados Unidos. Os indicadores sociais ou indicadores socioeconômicos são utilizados para mensurar os fenômenos sociais. Segundo Trzesniak (1998), o que torna os indicadores sociais limitados são as relações realizadas de forma aleatória, não garantindo nenhuma ligação entre causa e efeito, já que não possuem as características de exatidão dos indicadores econômicos.

Solego (2012) comenta que não é fácil mensurar, mesmo quando se trata de fatores evidentes. E quando se passa a tratar de aspectos como os impactos e inovação, conhecimento, cultura e qualidade, torna-se ainda mais complicado. “A estatística sempre depende de definições, sendo que um esforço maior é requerido, quanto mais subjetivo e intangível for o que se pretende medir. Definições são as bases para qualquer medida” (SOLEDO, 2012, p. 19).

De acordo com Minayo (2009, p. 85),

[...] A escolha de indicadores para avaliação deve ser feita em função dos aspectos que queremos analisar – por exemplo, se queremos medir ou acompanhar a eficiência, a eficácia, a efetividade ou o impacto a partir de determinada política organizacional. Eficiência diz respeito à boa utilização de recursos financeiros, materiais e humanos em relação às atividades e resultados alcançados. Eficácia se refere à relação entre as ações realizadas e os resultados obtidos. Efetividade é a observação da incorporação das mudanças geradas por determinado programa na realidade da população-

alvo. Impacto corresponde ao poder de influência e de irradiação de um projeto realizado.

Segundo Reis (1999), quando se trata de avaliação de projetos o tema é vasto, tratando-se de diversas abordagens, especificamente quando se refere aos projetos sociais. De forma implícita ou explícita realiza-se com frequência sobre o projeto algum tipo de avaliação ou necessariamente algum julgamento de valor. No entanto, o autor sugere que a avaliação seja utilizada para proporcionar melhorias aos projetos existentes, e quanto ao conhecimento, aprimorar a sua execução contribuindo com o planejamento futuro vislumbrando sua contribuição aos objetivos da organização.

Nos projetos sociais, os aspectos qualitativos tendem a prevalecer sobre os quantitativos e essa característica apresenta-se como uma dificuldade para determinar parâmetros adequados num campo que abarca temas vastos, tais como: qualidade de vida, conquistas de direito, formação de uma nova cultura, cidadania, e em última análise, equidade social.

Para Reis (2003), os indicadores podem parametrizar projetos de cunho social. Isto traz uma medida quantitativa do grau de alcance dos objetivos do projeto. Em geral, esta quantificação norteia de uma maneira mais palpável e mensurável os aspectos da realidade. Neste viés, eles são uma abstração da realidade, mas não expressam integralmente os fenômenos reais.

Assim, como se trata de uma espécie de abstração, os pesquisadores costumam encontrar três grandes obstáculos quando partem para a análise dos dados recolhidos no campo. O primeiro deles é a ilusão da transparência, ou seja, a ilusão do pesquisador em chegar às conclusões logo no início da coleta e pensar a realidade dos dados de forma facilmente reconhecível. O segundo é a prática de sucumbir à magia dos métodos e das técnicas e essa antecipação pode levar o pesquisador a conclusões equivocadas ou confusas. E o terceiro obstáculo caracteriza-se pela dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Adentrando nesta perspectiva, percebe-se que estudiosos têm se empenhado em melhorar a construção de indicadores qualitativos, com a finalidade de aumentar a validade dos parâmetros de análise, na tentativa de inserir os elementos subjetivos. Deste modo, a construção de indicadores qualitativos tem duas linhas de abordagem: indicadores qualitativos que derivam da lógica quantitativa e indicados na fundamentação da hermenêutica.

Outros autores contribuem com esta afirmativa sobre a potencialidade qualitativa dos indicadores, a saber: Patton (1980), Glazier e Powell (2011). Estes estudiosos indicam que os dados qualitativos são descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade e interações entre indivíduos, grupos e organizações. Semelhante perspectiva se tem na pesquisa qualitativa, de acordo com Godoy (1995a; 1995b), que não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Esta prática é bastante usada nas ciências sociais, onde é observada a necessidade de mensurar valores, opiniões, relações e vivências intersubjetivas na construção de indicadores qualitativos por estratégias quantitativas.

Diversas escalas de valoração têm sido criadas desde o início do século XX. Assis *et al.* (2010) abordam alguns dados escalares de valoração: (i) Thurstone, são escalas diferenciais, cuja posição foi verificada por algum tipo de ordenação ou avaliação realizada previamente, tendo em conta as medianas de atribuição do significado; (ii) Lickert, as escalas somatórias, os sujeitos respondem a cada item, indicando grau de acordo ou desacordo; (iii) escalogramas de Guttman, consideradas cumulativas onde os itens são relacionados entre si contanto que o indivíduo que responde favoravelmente a um necessariamente deve ter resposta no mesmo sentido a itens anteriores; (iv) proposta sociométrica de Moreno, ferramenta analítica utilizada para estudos de interação entre grupos.

Estes instrumentos foram elaborados entre os anos de 1920 e 1930. Às respostas sobre atitudes e comportamentos frente a situações reais ou hipotéticas, seus idealizadores atribuíram valores numéricos ou percentuais.

Minayo (2009, p.87) ressalta que,

[...] as escalas podem gerar um tipo de informação que está vinculado à filosofia que a fundamenta. [...] sua limitação precisa ser levada em conta por pesquisadores da área de psicologia, sociologia, da área de epistemologia e da avaliação que fazem rotineiro uso para enfatizar percentual, sentimentos e reações dos indivíduos a atributos pessoais, como autoestima, depressão, ou sociais como é a avaliação de qualidade de vida.

Vale ressaltar que a produção de indicadores deve ser originada da realidade empírica e concreta. Deve-se ter a compreensão que os “atores sociais” mantêm uma comunicação não só a respeito do seu cotidiano como também do mundo que os cercam, como percebem e julgam a partir de um acúmulo de informações tais como, etnia, grupo de

pertencimento, classe social, gênero, dentre outros. Portanto, deve-se buscar valorizar a relação entre o pesquisador e o pesquisado que participam do mesmo tempo histórico e estão identificados por vários aspectos sociais comuns.

2.4.2 Qualidade de vida: breve discussão

Tecer argumentações sobre “qualidade de vida” não é tarefa fácil, embora no senso comum pareça e existam segmentos de versões simplificadas e até incoerentes. É um tema muito discutido em jornais, televisão, dentre outros meios de comunicação e também no meio acadêmico. Herculano (1998) afirma que existe resistência em discutir sobre o tema, e considera que compreender qualidade de vida é algo adjetivo e relativo. Argumenta ainda que a questão da qualidade de vida pode ser entendida como desnecessária, não por não ser importante ou algo palpável, mas pela sua obviedade.

Diante de tanta complexidade e utilização por diversas áreas de estudo, o que chama a atenção é a falta de consenso conceitual. Os estudiosos adotam seus conceitos de acordo com áreas dos seus interesses, e frequentemente o conceito de qualidade de vida é adotado como sinônimo de saúde (MICHALOS; ZUMBO; HUBLEY, 2000). No tocante às condições de vida, pode-se apontar o estudo de Bus (2000) como referência para a pesquisa. Quanto à felicidade e satisfação pessoal, pode ser citado o trabalho de Renwick e Brown (1996) e quando se aborda estilo de vida, Nahas (2003) torna-se uma referência significativa no assunto.

As quatro abordagens gerais consideradas como principais sobre qualidade de vida foram classificadas pelos estudiosos Day e Jankey (1996) da seguinte forma: econômica, psicológica, biomédica e geral ou holística. Segundo a abordagem socioeconômica, os principais elementos são os indicadores sociais.

O termo qualidade de vida, que se difundiu quando o presidente dos Estados Unidos (EUA), Lyndon Johnson, utilizou-se do termo em um discurso, relacionava-se com o interesse das pessoas por uma “vida boa” ou “vida de qualidade”. Na época, o compromisso da sociedade em garantir às pessoas estruturas sociais mínimas, era abordado nos discursos em plataformas políticas. No entanto, perduram até os dias atuais informações de cunho social coletadas, interessando-se apenas pelos fatores externos, como instrução, renda e moradia (DAY; JANKEY, 1996).

Em contrapartida, pesquisadores da abordagem psicológica procuram indicadores que discutam as reações subjetivas de um indivíduo para as suas vivências, dependendo

inicialmente da experiência direta e da qualidade de vida da pessoa que se encontra sendo avaliada. Os indicadores apontam como essas pessoas percebem suas próprias vidas com relação à satisfação e felicidade. A principal limitação da abordagem psicológica é que essa linha de pensamento considera qualidade de vida exclusivamente enquanto um aspecto subjetivo, não levando em conta o contexto ambiental no qual a pessoa está envolvida (DAY; JANKEY, 1996). Sendo assim, Michalos, Zumbo e Hubley (2000) propõem que a qualidade de vida deveria ser analisada considerando a vida atual e um padrão a ser comparado.

Ainda de acordo com Day e Jankey (1996), esta abordagem ajustou aspectos de seis dimensões de análise: a primeira relaciona-se com as questões entre o que se tem e o que se quer ter, referindo-se a objetivo de realização; a segunda refere-se ao aspecto da teoria que analisa o que os povos realmente consideram como sendo seu ideal real de vida; enquanto que o terceiro aspecto envolve a relação percebida entre as circunstâncias atuais e o que se espera tornar; o quarto aspecto compreende a relação percebida entre a qualidade de vida atual e a melhor qualidade de vida que já se teve no passado; o quinto recomenda que uma questão significativa a ser analisada é o que é possuído por uma pessoa e pelo grupo de referência; a sexta dimensão de análise acha significativo procurar explicar o quanto é gratificante a adequação do indivíduo ao ambiente no qual está envolvido.

Historicamente, as teorias médicas de qualidade de vida têm por base a cura e sobrevivência das pessoas. Segundo Day e Jankey (1996), sob um ponto de vista estritamente médico, avaliações da qualidade de vida foram usadas para justificar ou refutar tratamentos, no entanto, estas avaliações acabaram por mostrar somente o óbvio, como, por exemplo, o fato de que uma cirurgia do coração pode realçar a qualidade de vida (ou a sobrevivência) de pacientes cardíacos. Para Minayo, Hartz e Buss (2000), as abordagens médicas tratam, principalmente, da questão de oferecer melhoria nas condições de vida dos enfermos.

De acordo com estes autores, as abordagens gerais ou holísticas abordam qualidade de vida como uma representação social designada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal) e também objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade.

Somando-se aos conceitos acima expostos, Gill e Feinstein (1994) abordam qualidade de vida não englobando somente fatores ligados à saúde, mas integrando-se a estes, o bem estar físico, funcional, emocional e mental, além de outros dados significativos da vida das pessoas envolvidas, como família, trabalho, amigos, dentre outras situações do dia a dia, levando em consideração que é muito importante a percepção de quem se pretende investigar.

De acordo com Tani (2002), o amor, a felicidade e a liberdade são sentimentos e valores difíceis de serem explicados, assim como é a qualidade de vida em sua definição, embora não se tenha dúvida da sua relevância. Atualmente, os conceitos mais aceitos de qualidade de vida procuram mostrar a variedade de dimensões debatidas nas chamadas abordagens gerais ou holísticas. Um modelo que pode ser citado é o conceito recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998), onde qualidade de vida contempla a percepção das pessoas sobre se suas necessidades estão sendo satisfeitas ou não, e se lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e autorealização independente do seu estado de saúde física ou das condições sociais e econômicas.

2.4.3 A questão da qualidade de vida para interpretação do meio ambiente

Os crescimentos desordenados dos países ricos e industrializados, como também dos que estão em desenvolvimento, vem causando comprometimento da qualidade socioambiental e, conseqüentemente da qualidade de vida de todos envolvidos nesse sistema.

Em suas argumentações sobre qualidade de vida, Ely (1988) direciona a uma bilateralidade entre melhorias sociais e o meio ambiente, ou seja, não há como melhorar a qualidade de vida sem que haja comprometimento de melhorias das causas socioambientais. A qualidade ambiental em muitos países tem sido prioridade nos seus planos de desenvolvimento econômico e social. No entanto, Guimarães (1984) afirma que a comunidade deve estar envolvida no movimento de promoção da qualidade ambiental, não devendo ser apenas uma preocupação dos cientistas, administradores e técnicos. Quando a ação do homem degrada o meio ambiente gera um problema de qualidade ambiental que só ele pode resolver. Para que o homem desenvolva-se integralmente torna-se necessário que o mesmo conviva num ambiente sadio. Com o intuito de promover a satisfação das necessidades coletivas deve-se envolver a comunidade no desenvolvimento de indicadores que garantam o exercício do controle direto sobre o destino dos recursos públicos.

Segundo Sen (1999), um fator fundamental é o acesso a uma renda digna. Só será possível falar de qualidade de vida, quando o poder de compra faz parte dos rendimentos do homem, caso contrário, não haverá desenvolvimento e conseqüentemente, não haverá liberdade, uma das principais aspirações do homem na modernidade. São também objetivos da qualidade de vida, o direito à moradia permanente e durável, água potável, saúde e educação. Deve-se somar a estes fatores da qualidade ambiental, a qualidade do ar e da água, e a existência de áreas verdes.

Coimbra (2002) define que qualidade de vida é a interação entre sociedade e ambiente, relação que designa o grau de satisfação que indivíduos ou populações alcançam na vida no que se refere às suas necessidades psíquicas e sociais inatas e/ou adquiridas, como também biológicas.

Sendo assim, Hernandez e Hidalgo (1998) *apud* Caixeta (2010), consideram que é a partir do conhecimento de como as pessoas percebem a sua relação com o meio ambiente ou, mais especificamente, suas atitudes para com o meio ambiente que se pode promover mudanças de atitudes favoráveis na percepção ambiental, traduzidos em comportamentos mais respeitosos.

Pato e Tamayo (2003) enfatiza o comportamento ecológico como um agir em favor do meio ambiente e que essa ação acontece através do cotidiano das pessoas, podendo elas ser conscientes e intencionais, internalizadas ou não. Sendo assim, Alves e Bassani (2008) definem comportamento ecológico como ações determinadas e eficazes que respondem às necessidades sociais e individuais resultantes da preservação do meio ambiente. Enfatiza também a importância da relação pessoa-ambiente numa perspectiva de muita influência, onde os seres humanos modificam os ambientes e são modificados por ele.

De acordo com Stern (2000), o comportamento ecológico é orientado pelo seu impacto no meio ambiente ou pela intenção e consciência da ação, sendo que existem diversos tipos de comportamentos ambientalmente responsáveis. Suas manifestações dependem da localização e extensão da sua visibilidade, como por exemplo, comportamentos originários das organizações a que um indivíduo pertence ou o ativismo ambiental que pode se manifestar na esfera pública. Por fim, Bassani (2004) enfatiza a necessidade de inclusão da dimensão ambiental na avaliação da qualidade de vida.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

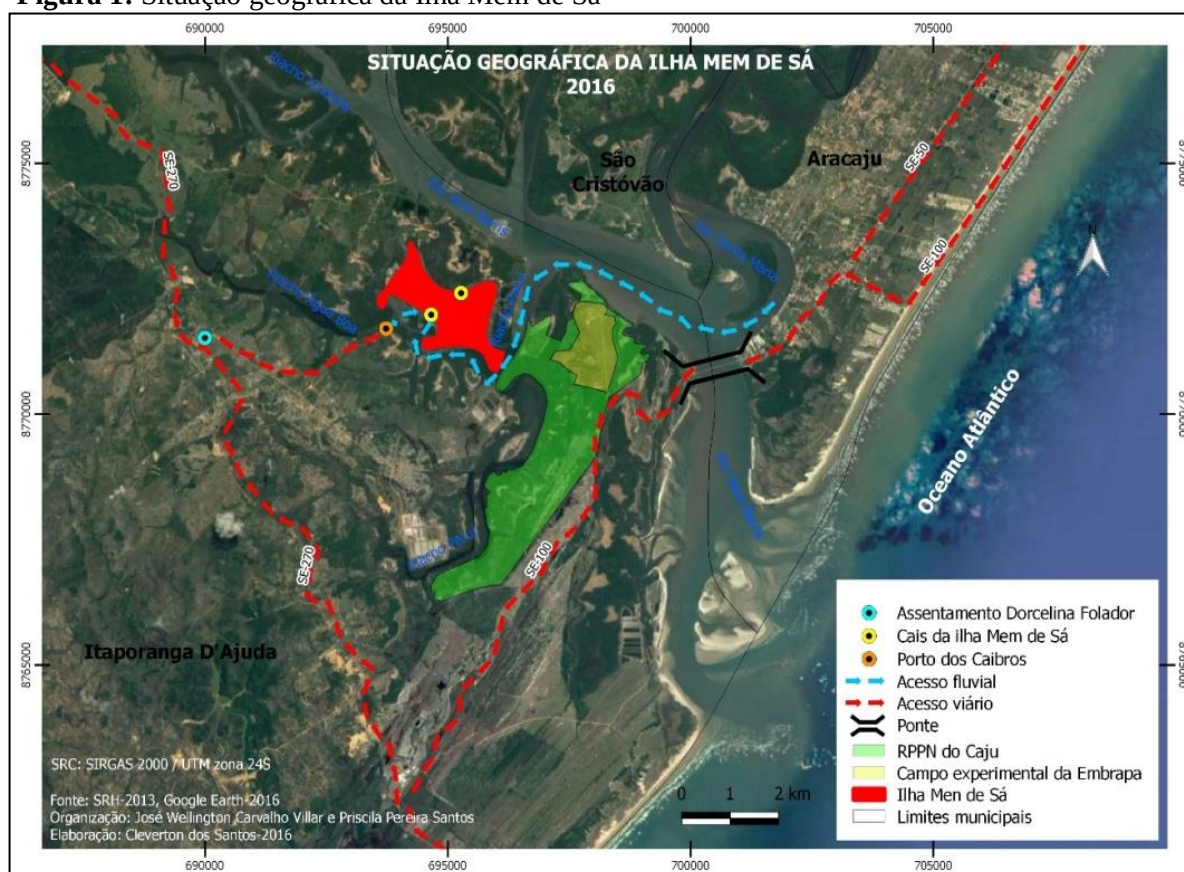
A Ilha Mem de Sá é margeada pelo rio Vaza Barris e por um extenso manguezal, ou seja, trata-se de uma região estuarina caracterizada por ecossistemas de baixada litorânea, a exemplo da mata atlântica e da restinga, e pela vegetação de mangue. Este ambiente natural é favorável ao cultivo de frutas típicas da planície costeira sergipana, a exemplo da mangaba, goiaba, caju, entre outras. Entretanto, o expoente desta Ilha é o povoado que nela se encontra, e que tem como atrativo a gastronomia, constituída do guaiamum, caranguejo, aratu e de uma variedade de peixes fluviais. Tudo isso corrobora como ambiente propício para a atividade turística, o que se reflete no universo de inserção dos projetos de extensão e ações desenvolvidas pelo IFS através do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.

A Ilha Mem de Sá está situada no município de Itaporanga D'Ajuda-SE, na região leste do estado de Sergipe, e este limita-se ao sul com o município de Estância, a oeste com os municípios de Salgado, Lagarto e Campo do Brito, ao norte com os municípios de Areia Branca e Laranjeiras e a leste com o município de São Cristóvão e o Oceano Atlântico. O município de Itaporanga D'Ajuda-SE ocupa uma área de 757,3km², e possui uma população estimada em 33.713 pessoas, com densidade demográfica de 41,11 (hab./ km²), de acordo com dados atualizados do IBGE (2016). Está inserido nas folhas SC.24-Z-B-IV (Aracaju) e SC.24-ZD-II (Estância), escala 1:100.000, das cartas topográficas da SUDENE. Segundo o PNUD (2013), o município de Itaporanga D'Ajuda apresenta um IDH de 0,638 ocupando o vigésimo sexto (26º) lugar entre os 75 municípios do estado Sergipe, o que corresponde a um índice muito baixo quando comparado com o da Capital, Aracaju, que apresenta um IDH de 0,770.

No que refere especificamente à Ilha Mem de Sá, são apresentados alguns aspectos geográficos e históricos, bem como a sua composição social. Assim, geograficamente, a área de estudo é uma ilha fluvial no estuário do rio Vaza Barris, distante apenas 23km da sede municipal e há 53km de Aracaju, capital do estado de Sergipe. O acesso a essa localidade pode ser realizado de duas formas: a primeira através da BR-101, que liga Aracaju a Itaporanga e dá acesso a SE-204, também denominada rodovia Humberto Mandarino, interligando a sede do município ao assentamento Darci Ribeiro onde é realizada a travessia fluvial no riacho Paruí; a segunda, através da ponte Joel Silveira, chegando a SE-

100, no povoado Caueira em Itaporanga D'Ajuda, seguindo pela SE-104, destinando-se ao assentamento, realizando a partir deste local a travessia fluvial, conforme demonstra a Figura 1. Todavia, quando o acesso é solicitado por intenção da promoção da atividade turística também se faz de outras duas formas: em geral, o acesso à Ilha Mem de Sá é feito por rodovias e pelos canais estuarinos. No primeiro caso, o acesso viário se dá pela rodovia SE-100 ou pela SE-270 até alcançar o Porto dos Caibros, no riacho Água Boa, para se realizar a travessia até o cais da Ilha, denominado localmente Porto da Areia. No caso da via estuarina, a partir do Mosqueiro, na Zona de Expansão de Aracaju, é possível chegar à Mem de Sá pelo rio Santa Maria, Vaza Barris e Riacho Paruí. São trajetos relativamente curtos e realizados sem dificuldade, embora não haja transporte regular, seja fluvial ou mesmo rodoviário (Figura 1).

Figura 1: Situação geográfica da Ilha Mem de Sá



Organização: José Wellington Carvalho Vilar

Elaboração: Cleverton dos Santos /2016

A composição histórica da Ilha foi obtida através dos diálogos e informações com os antigos moradores. Devido à inexistência e a inconsistência de informações publicadas sobre a sua história. Destaca-se aqui a participação do Sr. Júnior por ter sido o mais preciso

nas informações e ser um dos moradores mais antigos do povoado. Assim, somando-se as informações adquiridas junto ao Sr. Júnior com outras fornecidas pelos moradores do povoado durante a aplicação dos questionários e as entrevistas – principalmente por meio da história oral dos mais velhos, tem-se uma visão histórica inicial sobre a Ilha. Acredita-se que a Ilha teve o seu início de colonização através da compra de suas terras por dois irmãos, Tertuliano Nascimento e Júlio Grande. Estes irmãos adquiriram as terras do proprietário na época o Sr. Dominginhos, que tinha um criatório de caprinos e suínos para composição de uma fazenda dividida em duas partes: a parte alta destinada à criação de ovelhas e a parte baixa para a criação de suínos. As duas famílias se mudaram para a Ilha. E passaram a sustentar suas famílias com o plantio da mandioca, cultivada até quatro anos atrás, e da pesca de peixes e mariscos. Com o passar do tempo, os filhos cresceram e deram início a outras famílias com pessoas que moravam nos povoados vizinhos como também da sede, do município de Itaporanga D’Ajuda. Assim, teve início a população da Mem de Sá. Um fato que chama a atenção é que quase todos os moradores são parentes. Outra curiosidade é a reclamação dos jovens. Segundo estes, na Ilha não tem mulher para namorar deve-se procurar nas redondezas porque as jovens que ainda estão solteiras são parentes.

Turisticamente, a Ilha desponta quando os olhares são direcionados para as suas belezas paisagísticas. Privilégio este contemplado, principalmente, por visitantes interessados em calmaria e boa gastronomia, por empresários que observam o local como um novo atrativo turístico no município e para o Estado (Figura 2). Ademais, destaca-se o interesse dos estudiosos, que enxergam nesta Ilha potencialidades para pesquisas relacionadas ao turismo, a gastronomia, entre outras áreas do conhecimento. Assim, a Mem de Sá reúne ambientes aprazíveis e uma população acolhedora, composta de aproximadamente 75 famílias, aproximadamente 375 pessoas.

Na Ilha existe uma cultura ribeirinha, embora bem semelhante à de outros povoados sergipanos, como se observa na principal manifestação folclórica do local – o samba de coco; e de suas festividades comunitárias – a festa do caranguejo, festa de sua padroeira Santa Luzia, dentre outras. Várias gerações estabeleceram uma profunda interação com os ecossistemas locais, fazendo da pesca a principal atividade econômica.

Figura 2: Vista do atracadouro de chegada à Ilha Mem de Sá



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

3.2 Métodos e tipo de pesquisa

A pesquisa tem caráter exploratório de cunho qualitativo e quantitativo, que visa harmonizar uma visão geral de um determinado fato. Este tipo de pesquisa tem seu planejamento bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002).

Com isso, soma-se a abordagem qualitativa e quantitativa do estudo e define-se a necessidade de utilizar a pesquisa bibliográfica, como forma de construir uma teorização e diálogos sistêmicos entre teoria e prática. Na pesquisa bibliográfica estão inseridas as fontes primárias e secundárias de informações, como por exemplo, artigos científicos, relatórios técnicos, atas, dentre outros. Esta pesquisa de documentos descreve e compara usos, costumes, tendências e preferências (MARCONI; LAKATOS, 2008).

O método utilizado neste estudo foi o fenomenológico, porque atende ao propósito dessa pesquisa por tratar de desvendar o fenômeno para muito além da aparência, apegando-se somente aos fatos vividos da experiência, não de uma forma passiva, mas por uma reflexão que permita interpretar tais relatos, objetivando tornar explícitas as

características, as categorias, os sentidos menos aparentes e os mais fundamentais do fenômeno (COLTRO, 2000).

3.3 Coleta e Análise dos Dados

Os procedimentos utilizados para a composição deste trabalho, inicialmente deram-se através de visitas exploratórias e observacionais à sede do município de Itaporanga D'Ajuda para solicitar o Termo de Anuência (Apêndice A) dos órgãos oficiais do município. O contato foi inicialmente direcionado ao prefeito, mas ficou a cargo do Secretário de Obras a assinatura e permissão para realização da pesquisa exploratória na Ilha Mem de Sá.

Aproveitou-se deste primeiro contato para fazer a coleta de informações inerentes à própria realidade do município, como por exemplo, a infraestrutura, o acesso, a comunicação, os equipamentos de apoio, entre outros. Embora a pesquisa seja realizada na Ilha, a identificação e descrição do município tornaram-se importante em virtude da associação e dependência entre a Ilha e Itaporanga D'Ajuda. Esta primeira visita teve como objetivo conhecer e contatar as pessoas que outrora foram envolvidas nos Projetos de Extensão do IFS e assim permitir uma aproximação com essas lideranças locais, bem como apreender e perceber o cotidiano da Ilha.

Posteriormente, em reunião com a coordenação e professores que participaram dos projetos de extensão no IFS, buscou-se compreender as metodologias e os objetivos das ações de extensão e analisar as mudanças decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pelo IFS, buscando compreender sob o prisma da Psicologia Ambiental as relações que ali se estabeleceram com o olhar sobre o meio ambiente, a sustentabilidade e com análise dos indicadores de qualidade de vida.

Outras visitas exploratórias foram realizadas a partir do contato com algumas lideranças. Estas visitas aconteceram nos meses de maio/2016 e junho/2016, nas segundas pela manhã e quartas à tarde, oportunizando uma convivência com o universo pesquisado. Estrategicamente, o primeiro contato foi feito com a Presidente da Associação de Moradores da Ilha, tendo em vista que a mesma é reconhecida pela comunidade como uma liderança local, tanto na articulação, quanto na participação para as ações que são desenvolvidas na Mem de Sá. A líder comunitária é nascida e criada na Ilha, além de ter participado de todos os projetos desenvolvidos pelo IFS, contribuindo como um agente articulador para as propostas do IFS e também no desenvolvimento desta pesquisa. A partir daí, delineou-se a escolha da amostra desta pesquisa, tomando como investigados, os 24 (vinte e quatro) moradores que

participaram das ações e projetos do IFS, identificados pela própria líder comunitária. Diante dos passos acima mencionados, juntamente com os dados adquiridos, esta pesquisa apresenta uma amostra estratificada não proporcional, que está representada pelo universo de 24 pessoas de ambos os sexos, numa faixa etária entre 19 e 60 anos, que participaram dos projetos do IFS na Ilha de Mem de Sá.

Posteriormente, e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, foram marcadas as primeiras entrevistas com esses moradores, as quais se realizaram a sombra das árvores, nas residências de alguns destes moradores e na margem do manguezal. Nesta ocasião foram apresentados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A), aprovados pela Plataforma Brasil - Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal de Educação (CEP), responsável pela apreciação e aprovação dos questionários e entrevistas utilizados na pesquisa. Para a realização das entrevistas, os principais instrumentos utilizados em campo foram: observação participante, roteiro de entrevista (Apêndice B) e aplicação do questionário de análise *WHOQOL-Bref*. A observação participante e o roteiro de entrevistas respondem ao viés qualitativos da pesquisa e os questionários de análise *WHOQOL-Bref* correspondem às prerrogativas da análise quantitativa desta investigação.

Na observação participante, as entrevistas foram utilizadas como uma ferramenta para completar a coleta de dados, quando foram obtidas informações que possibilitaram perceber, além das palavras, também alguns aspectos da realidade, tais como: impactos e transformações no meio ambiente; mudança nos padrões de moradia; participação dos moradores na economia local; nível de satisfação; participação em atividades de lazer; relações interpessoais e intrapessoais.

Quanto ao roteiro de entrevista, foi construído a partir de perguntas objetivas e subjetivas, as quais buscaram orientar as indagações de pesquisa e centralizar a discussão com o pesquisado. Este roteiro de entrevista está formatado em um total de 51 (cinquenta e uma) questões abertas e fechadas, as quais são divididas em 04 (quatro) grupos: o Grupo 01 corresponde às questões sobre a caracterização geral do entrevistado, ou seja, um perfil social da comunidade entrevista; os grupos 02 e 03 correspondem à investigação em torno dos dados ambientais, de sustentabilidade e aspectos socioeconômicos da Ilha e dos seus moradores; o grupo 04 corresponde à pergunta sobre a percepção da comunidade acerca dos projetos e ações de extensão do IFS na comunidade.

Para apreensão dos dados referentes à percepção da comunidade local em relação às mudanças de qualidade de vida após a implementação dos projetos do IFS, utilizou-se o questionário de *WHOQOL-Bref* (Anexo B), que apresentou um balanço quantitativo e

qualitativo a respeito da análise da qualidade de vida. Por se tratar de questionário padrão, utilizado por vários estudiosos e adequado para o propósito dessa pesquisa, *WHOQOL-Bref* corresponde a um instrumento composto por 26 (vinte e seis) perguntas distribuídas da seguinte maneira: questões 01 e 02 referem-se à qualidade de vida geral, onde suas respostas seguem uma escala de *Likert*⁵ de 1 a 5, e quanto maior a pontuação melhor a qualidade de vida; questões objetivas compostas por 04 (quatro) domínios: Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente. A figura 3 sintetiza os domínios e as facetas do referido questionário.

Figura 3: Quadro explicativo do questionário de *WHOQOL-Bref*

DOMÍNIO	FACETAS
Domínio I - Domínio físico	1. Dor e desconforto
	2. Energia e fadiga
	3. Sono e repouso
	4. Mobilidade
	5. Atividades da vida cotidiana
	6. Dependência de medicação ou de tratamentos
	7. Capacidade de trabalho
Domínio II - Domínio psicológico	8. Sentimentos positivos
	9. Pensar, aprender, memória e concentração
	10. Autoestima
	11. Imagem corporal e aparência
	12. Sentimentos negativos
	13. Espiritualidade/religião/crenças pessoais
Domínio III - Relações sociais	14. Relações pessoais
	15. Suporte (Apoio) social
	16. Atividade sexual
Domínio IV- Meio-Ambiente	17. Segurança física e proteção
	18. Ambiente no lar
	19. Recursos financeiros
	20. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade
	21. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades
	22. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer
	23. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)
	24. Transporte

Fonte: The WHOQOL-Bref Group (1998) *apud* SIQUEIRA (2017, p. 33)

Os resultados neste tipo de ferramenta aparecem no intervalo de 1 a 5, por domínio e por faceta (como recomenda as instruções deste questionário). Ainda por recomendação do *WHOQOL-Bref*, foi recodificado o valor das questões 3, 4 e 26 (1= 05), (2= 04), (3=03), (4=02) e (5=01); quanto às perguntas 1 e 2, aparecem da seguinte forma: 1

⁵A escala de verificação de *Likert* consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014, p. 5).

percepção da qualidade de vida (resultado em média 1 a 5); 2 – satisfação com a saúde (resultado em média 1 a 5).

A soma dos questionários de WHOQOL-Bref⁶ (PEDROSO *et al.*, 2010), junto com as entrevistas e as observações feitas na Ilha, possibilitou construir 04 (quatro) indicadores, são eles: (i) indicador de sensibilidade ambiental; (ii) indicador de promoção da economia local; (iii) indicador de desenvolvimento local comunitário; (iv) indicador de pertencimento e dinâmica cultural, apresentados nesta pesquisa como respostas significativas a percepção da comunidade local, as quais foram elaborados de acordo com o que pode-se chamar de uma construção dialógica entre ‘ pesquisadora’ e a comunidade – de “desejos e necessidades” da comunidade da Ilha.

3.4 Categorias de Análise

As categorias de análise foram estabelecidas a partir dos elementos pesquisados e derivam de um único princípio de classificação formando os agrupamentos. Assim definidas, as referidas categorias estão ligadas diretamente às bases teórico-metodológicas, as quais visam responder sistematicamente às questões da pesquisa e aos objetivos específicos deste estudo.

As categorias de análise aqui interpretadas apresentam-se como a articulação das dimensões teórica e empírica. Deste modo, tipos e parâmetros para a composição dos indicadores de qualidade de vida foram elaborados. As categorias de análise são: meio ambiente; desenvolvimento sustentável (Anexo C); qualidade de vida e Instituto Federal de Sergipe (IFS), conforme o quadro 1.

⁶ <http://www.brunopedroso.com.br/whoqol-bref.html>

Quadro 1: Categorias de análise, tipos e parâmetros para a composição dos indicadores

CATEGORIAS	TIPOS	PARÂMETROS
MEIO AMBIENTE	Perfil do Município / Itaporanga D'Ajuda – Ilha Mem de Sá	- Ilha Mem de Sá: aspectos geofísicos e históricos
	Percepção e Psicologia Ambiental	- Comunidade local
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Atividades produtivas	-Emprego - Renda - Economia local - Formas de arranjos produtivos
	Condições Socioeconômicas	-Educação - Saúde -Segurança - Habitação - Infraestrutura (básica, de apoio e de acesso) - Equipamentos Turísticos
QUALIDADE DE VIDA	Condições de Bem-estar social	- Pertencimento - Autoestima - Solidariedade (coletivo) - Cultura (gastronomia, manifestações culturais e folclóricas, a estética do cotidiano) - o “Eu” identificado (autoimagem)
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS	Projetos de Extensão do IFS	- Modelo de Gestão do Ecoturismo; - Oficina de Capacitação; - Gastronomia e Ecoturismo;

Elaboração: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Para além dos muros do IFS: uma interpretação das ações e dos projetos de intervenção na Ilha Mem de Sá

Nos tópicos que se sucedem, apresenta-se um resumo das principais ações desenvolvidas pelo IFS, através do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, na Ilha Mem de Sá, relacionadas com o desenvolvimento local, com vistas à promoção do Turismo de Base Comunitária (TBC) e do fortalecimento econômico e cultural da população.

4.1.1 Breve histórico do Instituto Federal de Sergipe e do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

O processo de ‘ifetização’⁷ da Educação Tecnológica no Brasil seguiu uma sequência lógica de acordos, decretos e leis de apropriação e conjuntura do que outrora fora chamada de “Educação para o Trabalho”. Os Institutos Federais de ensino nascem numa nova conjuntura de políticas públicas para o desenvolvimento e apropriação da educação “por e para todos”. Embora a ‘ifetização’ seja recente, vale lembrar o processo de transformação da instituição desde as Escolas de Artífices até efetivamente sua consolidação como Institutos Federais.

Como aponta Santos Neto (2009), as Escolas de Aprendizes e Artífices tiveram início no Brasil no ano de 1909, através do Decreto número 7.566, de 13 de setembro, emitido pelo presidente Nilo Peçanha. Dois anos após o Decreto, mais especificamente em 1911, inaugura-se em Aracaju a Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe (EAA-SE). Dentre as 19 unidades da federação, à época Sergipe foi a última Escola a ser instalada, e essa demora deveu-se às dificuldades financeiras enfrentadas pelo governo do Estado. A primeira turma da escola diplomou-se em 1915 e os primeiros alunos foram contemplados com passagem para fazer cursos de Especialização nos Estados Unidos.

As Escolas de Aprendizes passaram a denominar-se Liceus em 1937. Mudou a nomenclatura para Liceu Industrial de Aracaju até 1942, com a edição da Lei Orgânica do Ensino Industrial. O sistema sofreu uma reforma curricular e conquistou a equivalência com o Ensino Médio em 1958, quando foi transformada em Autarquia Federal, adquirindo

⁷Chama-se de ‘ifetização’, o processo de transformação das antigas Escolas Técnicas Federais em Institutos Federais de Ensino.

autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. Foi baixada a Portaria número 239, para oficializar a criação da Escola Técnica Federal de Sergipe com base na Lei nº 4.795, de agosto de 1965. O governo lançou o plano de expansão do Ensino Técnico em 1986, quando implementa 200 novas Escolas no Brasil. No entanto, só em 1988, inicia-se a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto - UNED, que teve início em 1994, com os cursos de Edificações e Eletromecânica.

A Escola Técnica Federal de Sergipe passa a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE) no ano de 2002. Um marco importante para a educação profissional, como conta Santos Neto (2009, p. 37):

A partir de junho de 1995 até 2005 a Escola Técnica Federal de Sergipe passa a ser administrada pelo prof. Antônio Belarmino da Paixão, ex-aluno e docente da Escola. Neste mandato de dez anos, ocorreu mais uma importante transformação acadêmico-jurídica de Escola Técnica Federal de Sergipe para Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET- SE). Este processo de mudança foi iniciado em 1997, com base na Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. A consolidação da implantação do CEFET-SE se deu através do Decreto de 13 de novembro de 2002. A partir de então, implantaram-se os cursos de Educação Tecnológica de Nível Superior. Esta mudança também foi possível a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a qual, entre outras coisas, deu flexibilidade curricular, autonomia às instituições e contemplou capítulos especiais para a educação profissional.

Deste modo, o CEFET-SE passa a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, em 2003. Para implementar a expansão da Educação Profissional na instituição, ampliar e modernizar sua estrutura física, pedagógica e acadêmica, foi necessário executar o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), iniciado em 1998.

Essa mesma realidade foi observada no processo de construção do ideal e formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, ou simplesmente IFS, que passou por semelhante composição para a sua ifetização.

Segundo Santos Neto (2009, p. 3), o ano de 2005 foi marcado por dois fatos importantes na história da Educação Profissional.

O primeiro é o processo de ‘ifetização’ da educação tecnológica em todo Brasil. Os Centros Federais passaram a ser Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia. Uma rede de ensino profissional ampliada nacionalmente que deve oferecer diversas modalidades de cursos, do ensino básico ao doutorado em tecnologia. E o segundo evento em destaque nesta gestão é o ano de comemoração do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançado em setembro de 2008 e comemorado em 23 de

setembro de 2009. No lançamento do centenário, as instalações físicas da sede em Aracaju foram abraçadas por milhares de pessoas das comunidades interna e externa, dentre outras atividades comemorativas.

Vale ressaltar que a proposta de construir um breve histórico do IFS se dá numa perspectiva analítica dos seus entraves internos, ou seja, como os cursos vão surgindo e as propostas de sustentação no mercado acadêmico, científico e laboral. Contudo, existe ampla e significativa publicação direcionada ao tema, como por exemplo, os trabalhos de Santos Neto (2009) e Ferrete *et al.* (2012), que sinalizam o histórico de formação e transformação das escolas de artífices até a sua conversão em Institutos Federais. Picanço (2011) traz uma análise da Educação Profissional e tecnológica das ciências sociais aplicadas, ou seja, como se aplica uma ideia de tecnologia a uma realidade humana de ciência, como é caso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.

Ao mesmo tempo, associa-se a esse fato a própria história dos cursos tecnológicos que, em função da necessidade de tantos instrumentos legais para o seu funcionamento e pela imagem estigmatizada de cursos intermediários de Graduação, ainda não conseguiram a credibilidade da sociedade (BRAGHINI; PICANÇO, 2009).

O curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ganha respaldo nesta discussão histórica, pois pode voltar a visitar as teorias e conceitos amplamente discutidos ao longo dos capítulos, pois sua história se entrelaça com as ações de formatação do IFS. Foi o segundo curso a encabeçar a ideia e o ideal superior acadêmico trazido pelo IF à Sergipe. Assim, nasce, inicialmente em 2005, o Curso Superior de Ecoturismo, com uma roupagem totalmente voltada para a sustentabilidade e políticas de preservação e conservação do meio ambiente. Surge logo após a implementação do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, que foi o curso inicial da ideia de ifetização superior do antigo CEFET/SE.

As matrizes curriculares desses cursos primavam por uma ideia de sustentabilidade nos ‘moldes’ típicos de preservação ambiental, casando-se com as teorias de sustentabilidade, onde o desenvolvimento salta da esfera meramente empresarial para uma esfera de ecodesenvolvimento local, aqui congregando o homem, a natureza e a técnica (saber atribuído a uma determinada função).

Apesar da mudança do Curso para Tecnologia em Gestão de Turismo, se privilegiou uma perspectiva de manter a formatação pela via da sustentabilidade, ou seja, uma gestão do turismo alçada nos moldes do desenvolvimento local, onde o homem junto à natureza são agentes principais da formação desse modelo de gestão. O ecodesenvolvimento está relacionado a esse novo modelo de Gestão de Turismo que prima pela equidade social,

econômica, cultural e política, em que a balança do desenvolvimento e crescimento não pesa apenas para o lado da natureza e sim se equilibra nos esforços e entendimentos do homem globalizado “sustentável”.

4.1.2 Projetos de intervenção do IFS na Ilha Mem de Sá: ações do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Em comunhão com a beleza e os aspectos culturais ainda preservados na Ilha de Mem de Sá, o IFS, através dos professores e pesquisadores que compõem o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, vislumbraram a oportunidade de desenvolver o Turismo de Base Comunitária (TBC). O TBC tem como objetivo integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, planejados e geridos pela comunidade. De certa maneira, pode ser inserido no contexto do desenvolvimento sustentável local (IRVING, 2009).

De acordo com Honey (2008), o ecoturismo ajuda a educar o viajante; proporciona recursos para a conservação; beneficia diretamente o desenvolvimento econômico e o poder político das comunidades locais e estimula o respeito por comunidades diferentes e pelos direitos humanos.

Nesta perspectiva, 03 (três) iniciativas de extensão do IFS foram identificadas, são elas: (i) o Projeto intitulado “A Importância dos Espaços de Diálogos na Comunidade da Ilha Mem de Sá”; (ii) Oficina de Capacitação de Condutores Locais; e por último (iii) o Projeto “Sabores, Saberes e o Desenvolvimento do Ecoturismo na Comunidade Mem de Sá”. Estas ações de extensão norteiam o presente estudo na perspectiva da relação entre o meio ambiente e a sustentabilidade.

O primeiro projeto, “A importância dos espaços de diálogos na Ilha Mem de Sá”, segundo os pesquisadores, foi desencadeado pela parceria de caráter técnico e científico entre o IFS e a EMBRAPA, visando identificar o potencial de expansão do ecoturismo na Reserva do Caju. Logo após, surgiu o Macroprograma da EMBRAPA denominado “Desenvolvimento Participativo da Comunidade Mem de Sá”, que propôs o Ecoturismo como uma atividade para fortalecer a consciência ambiental individual e coletiva e o incremento da renda familiar (CURADO, 2008).

Por iniciativa do IFS, o *Projeto Re-conhecer Pedra Bonita*⁸, voltado para a comunidade da Ilha Mem de Sá, foi um dos primeiros diálogos apresentados na III Semana de Extensão do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS, tendo como finalidade:

[...] aproximar-se da comunidade da Ilha Mem de Sá, sem interferir ou confundir com ações da EMBRAPA, visto que a ação extensionista seria de curta duração e não estaria prevista no projeto de parceria. No entanto, discentes do curso mostrariam afinidade ao tipo de iniciativa e poderiam compor a equipe para a continuidade no projeto de parceria (SOUZA, BRAGHINI, ARAÚJO, 2010, p. 237).

Para que a proposta fosse levada a cabo, o Prof. Dr. Claudio Roberto Braghini e demais colaboradores escolheram uma atividade na comunidade da Ilha de Mem de Sá de forma que as discussões sobre a realidade local pudessem ter princípios participativos. O local escolhido para a realização dessas atividades foi a sede do município de Itaporanga D’ajuda. No entanto, precisava-se encontrar uma resposta para a questão desafiadora: como oferecer à comunidade um roteiro turístico na sede do município, uma vez que vivenciavam a cidade cotidianamente? Foi o desafio inicial do projeto de extensão ‘*Re-conhecer Pedra Bonita*’ que visava mostrar a importância dos espaços de diálogos na comunidade da Ilha Mem de Sá.

Para obter o sucesso esperado, o projeto de extensão seguiu um processo metodológico característico. Assim, descrevem-se abaixo os passos metodológicos, acompanhados de uma análise do processo de execução do projeto. Os envolvidos na pesquisa participaram de uma vivência turística dentro do município com 15 moradores que estavam envolvidos com o Projeto ‘*Re-conhecer Pedra Bonita*’.

Em seu desenvolvimento foram executadas três fases: a identificação dos possíveis atrativos, a execução de um roteiro e avaliação das etapas. Inicialmente os acadêmicos elaboraram um roteiro prévio a partir da catalogação de informações referentes aos aspectos geográficos e histórico-culturais da sede municipal e da Reserva do Caju, com base em referências bibliográficas, entrevistas aplicadas a moradores antigos da cidade e representantes do poder público, além da observação *in loco* (SOUZA, BRAGHINI, ARAÚJO, 2010, p. 240).

Concomitantemente, ocorreria um contato prévio entre acadêmicos do IFS e representantes da comunidade Mem de Sá, para esclarecer a proposta a um grupo de moradores da Ilha. Foi acordado um encontro com a equipe do Projeto de Extensão do IFS. Esta fase serviria como momento de esclarecimento e também de sensibilização e para tal,

⁸ Este é um sub-projeto desenvolvido dentro do Projeto “A Importância dos Diálogos na Comunidade da Ilha Mem de Sá”.

optou-se por realizar uma Oficina de Diagnóstico Rural Participativo (DRP). A referida Oficina é um procedimento metodológico que se utiliza de diagramas, que possuem o papel de “ferramentas de diálogo que favorecem a interpretação coletiva da realidade em suas várias dimensões” (FARIA; FERREIRA NETO, 2006, p. 12).

Segundo os pesquisadores do IFS, no momento do diálogo buscar-se-ia identificar a percepção dos moradores quanto à potencialidade turística da sede do município de Itaporanga D’Ajuda/SE.

As expressões de satisfação e surpresa dos participantes, pelo fato de perceberem que Itaporanga D’Ajuda pode se constituir um atrativo turístico, além da relação feita por alguns moradores entre a vivência e as possibilidades de aplicação na própria Ilha, mostraram que a ferramenta de DRP do mapa falado e a vivência do roteiro foram adequadas e permitiram aproximar a comunidade da equipe do IFS (BRAGHINI; PICANÇO, 2009, s/p.).

A proposta preocupou-se em desenvolver-se de maneira a respeitar a comunidade, desde a consulta prévia, durante o processo de sensibilização, e na avaliação da vivência, proporcionando espaços de diálogo. A atividade, apesar de curta, reforçou o valor dos espaços de diálogo como ferramentas de educação ambiental transformadora.

Foi observado pelos professores orientadores do IFS, mais especificamente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, que tanto a iniciativa extensionista quanto as ações junto à comunidade enriqueceram a formação dos acadêmicos, no entanto mostraram que é preciso planejar ações não só a curto, mas a médio e longo prazo. Portanto, percebeu-se que os espaços de discussões abertos na comunidade proporcionaram a ampliação da visão dos acadêmicos, da comunidade e do *trade* na Ilha, na Reserva do Caju e na cidade de Itaporanga D’Ajuda. Assim, a troca de informações foi fundamental para se observar esses ambientes com um olhar turístico (SOUZA; BRAGHINI; ARAÚJO, 2010).

O segundo estudo identificado foi a Oficina de Capacitação dos Condutores locais. De acordo com Braghini e Picanço (2009), trata-se de uma das ações do projeto “A Importância da Educação Profissional e Tecnológica para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Comunidades Locais”, o qual tem por objetivo habilitar os comunitários para a condução de grupos de turistas na localidade, fornecendo a esses futuros condutores os elementos necessários para uma reflexão crítica a cerca do turismo. Os resultados esperados giram em torno do processo desenvolvido considerando os aspectos de conservação e identidade local.

Para realização da Oficina de Capacitação de Condutores Locais foram selecionados pela Associação de Moradores da Comunidade da Ilha Mem de Sá, 09 mulheres e 06 homens, no total de 15 pessoas. Todos os moradores foram identificados como residentes da comunidade e apontados com o seguinte perfil sócio demográfico: faixa etária entre 19 e 30 anos, solteiros, ensino médio completo, desempregados e com renda familiar entre R\$ 622,00 e R\$ 1.244,00 (BRAGHINI; PICANÇO, 2009).

Dessa forma, a Oficina de Capacitação foi prevista para 80 horas de curso, dividida em duas partes com carga horária de 40 horas cada. A Parte I recebeu o título de *“Turismo, Patrimônio Cultural e Meio Ambiente”* e a Parte II passou a ser identificada como *“Roteirização e Operacionalização Turística”*. A concretização da primeira parte da Oficina de Capacitação de Condutores Locais aconteceu entre maio e junho de 2011 com enfoque em Turismo, Patrimônio Cultural e Meio Ambiente. A escolha das datas e dos 15 (quinze) participantes foram feitas junto com a comunidade. Outra decisão importante foi a escolha do local do curso, na própria Ilha Mem de Sá ou no Campo Experimental de Itaporanga, na Reserva do Caju da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros. Cada dia de curso deveria ter um relato e registro efetuado pelos discentes pesquisadores envolvidos no projeto e ao final, uma avaliação dos participantes e da equipe do IFS, responsável pelo projeto.

A parte I do curso de condutores, com duração de 40 (quarenta) horas, estava composto pelas seguintes disciplinas: Aspectos culturais; Condicionantes ambientais; Relações Interpessoais; Aspectos Conceituais e Legais do Turismo; Educação Ambiental; Ecossistemas e Biodiversidade Local, ministrados por docentes do IFS e pesquisadores da EMBRAPA. Dando prosseguimento ao projeto, a segunda parte da Oficina de Capacitação de Condutores Locais ocorreu entre julho e agosto de 2012, na Ilha Mem de Sá, cujo tema foi Roteirização e Operacionalização Turística composta pelas seguintes disciplinas: Aspectos Mercadológicos do Turismo; Operacionalização Turística; Técnicas de Orientação em Campo; Técnicas de Condução de Grupos; Roteirização Turística e Segurança e Primeiros Socorros.

No término dos dois módulos foi obtido um *feedback* da comunidade envolvida e foi possível registrar a satisfação dos alunos através de suas falas e o interesse na aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos.

Os autores e idealizadores do projeto concluem que, desta discussão, evidencia-se a importância da Educação Tecnológica, tendo em vista sua proposta de favorecer a formação de um indivíduo mais crítico e consciente, que contribua com a transformação da sociedade,

além de possibilitar a inclusão dos jovens em situação de vulnerabilidade social, oferecendo a oportunidade de um futuro melhor.

Ressalta-se ainda que a realização desse projeto reforça o compromisso dos Institutos Federais em proporcionar o desenvolvimento do indivíduo, através da prática interativa, produzindo conhecimento fundamentado na realidade local, elevando o saber fazer e difundindo o conhecimento técnico-científico.

Para a comunidade, o projeto possibilitou o empoderamento dos conhecimentos científicos, estabelecendo um suporte para os jovens que estão sendo capacitados, dando subsídios para que eles atuem como protagonistas da vida pessoal, profissional e também da comunidade na qual estão inseridos, com perspectiva de desenvolvimento local, evitando o êxodo rural e sinalizando uma melhoria coletiva através do turismo.

A aplicação de metodologias desenvolvidas na interação dos saberes populares com os conhecimentos técnico-científicos, especificamente as tecnologias sociais, sinalizam soluções efetivas de transformação social, construindo novos paradigmas e fortalecendo os atores e autores sociais. No entanto, Braghini e Picanço (2009) apontam que esta é apenas a concretização de uma fase do processo que deve ser contínuo, autônomo e coletivo.

O terceiro projeto do IFS identificado neste estudo intitula-se “Sabores, Saberes e o Desenvolvimento do Ecoturismo na Comunidade Mem de Sá”. Trata-se da gastronomia da Ilha Mem de Sá, incluindo os aspectos históricos. O objetivo geral do projeto foi identificar conexões entre gastronomia, identidade cultural e o ecoturismo na comunidade Mem de Sá. Em termos específicos, este estudo buscou: levantar os elementos de identidade cultural da Ilha Mem de Sá através de sua gastronomia; e relacionar gastronomia e turismo na comunidade como elementos importantes para o desenvolvimento local.

Na fase do diagnóstico, o IFS propõe identificar o patrimônio natural, histórico e cultural da Ilha Mem de Sá para auxiliar na consolidação de um plano de desenvolvimento do ecoturismo local. Na Ilha Mem de Sá não há infraestrutura ou operação turística consolidada. Por tratar-se de uma ilha fluvial, há uma comunidade que busca melhores condições de vida, que convive e que depende dos recursos locais dos rios e manguezais no entorno.

As ações de pesquisa e extensão promovidas pelo IFS em parceria com a EMBRAPA Tabuleiros Costeiros desenvolvem-se desde 2009, na perspectiva de planejamento participativo para o desenvolvimento do ecoturismo como possibilidade complementar de renda para a comunidade. “O ecoturismo no projeto Sabores, Saberes e o Desenvolvimento na Ilha Mem de Sá tem o perfil do turismo de base comunitária na medida em que propõe a comunidade Mem de Sá como autogestão e empreendedora coletiva das

ações ecoturísticas e que atue de forma responsável no sentido da conservação ambiental” (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI, 2014, p. 411).

Segundo os referidos autores, “Sabores, Saberes e o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá” é um estudo que tem caráter prospectivo, constitui-se nesse contexto de um projeto mais abrangente, quando se propõe investigar as possibilidades da gastronomia como patrimônio cultural da comunidade e as possíveis ligações com o ecoturismo. Com a possibilidade de desenvolvimento do turismo na comunidade local e a probabilidade de desenvolver projetos com vistas à sustentabilidade, dão margem a questionamentos, tais como: (i) Quais os produtos gastronômicos considerados típicos na localidade e que elementos são importantes para a identidade cultural da comunidade?; (ii) Desse patrimônio cultural gastronômico, que relações podem ser estabelecidas com o ecoturismo e que produtos eco turísticos poderiam ser apresentados aos turistas de maneira a valorizar a identidade local? (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI, 2014).

De acordo os autores, a metodologia utilizada no projeto “Sabores, saberes e o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha Mem de Sá” está baseada no diálogo com líderes comunitários para identificação das lideranças mais antigas estabelecendo rede de relações e sensibilização realizada na comunidade e executada pelo grupo de Pesquisa, Educação e Ecoturismo do IFS.

A pesquisa de campo evoluiu a partir de entrevistas com roteiro estruturado e aberto, objetivando coletar informações sobre aspectos socioculturais e econômicos da Ilha Mem de Sá, relacionados à gastronomia. A própria comunidade presente no encontro elencou nomes de algumas moradoras identificadas como “boas cozinheiras” e conhecedoras das tradições locais.

Para composição de um produto turístico, promoveu-se a identificação de iguarias típicas, de interesse ou com potencial para a composição de um produto turístico. Para tanto, foi utilizada a metodologia de inventário turístico, elaborado a partir do preenchimento de um formulário denominado Inventário do Patrimônio Imaterial – Gastronomia, que consta de informação, descrição, caracterização e relevância da oferta turística, baseada em Beni (2006). Foram utilizados também os seguintes documentos: Manual do Pesquisador; Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa/Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) e Inventário Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (2010) (RIBEIRO, ANDRADE; BRAGHINI, 2014).

Segundo os estudiosos supracitados, pode-se então constatar a integração entre gastronomia, patrimônio cultural imaterial, identidade cultural local e a possibilidade para o

Ecoturismo na localidade, diante das ações do IFS e da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros. As receitas dos pratos foram preservadas e pretende-se criar posteriormente uma publicação em coautoria com as cozinheiras da Ilha (RIBEIRO; ANDRADE; BRAGHINI 2014).

4.1.3 As transformações advindas da execução dos Projetos na Ilha

O que se observa por meio das pesquisas levantadas é que existe uma discordância de objetivos entre as perspectivas a respeito dos moradores da Ilha e as propostas elencadas nas ações desenvolvidas pelos projetos desenvolvidos pelo IFS. Talvez seja uma discordância analítica de possibilidades, visto que os participantes dos projetos acreditam que após a intervenção do IFS as mudanças seriam significativas em curto prazo. Entretanto, estas não são as prioridades que os projetos estabelecem, mas sim, a criação a longo e médio prazo de ações afirmativas que futuramente culminem em índices significativos de equidade social, sustentabilidade e desenvolvimento local. Isto posto, coloca-se em questão se as metodologias aplicadas estão em discordância com os interesses da comunidade ou é a comunidade que não entendeu as possibilidades advindas com as propostas de ações desses projetos do IFS.

Seja como for, o que não se percebe é que o objetivo latente de todas as ações dos projetos desenvolvidos pelo IFS é ampliar as sensibilidades empreendedoras e a valoração do pertencimento ambiental e patrimonial desta localidade. Quando assim posto, favorece a luta por políticas públicas de sustentabilidade e desenvolvimento, num tripé de articulação que prima pela cooperação e sinergia entre comunidade, governantes e desenvolvimento econômico, por via do empreendedorismo comunitário.

Este empreendedorismo comunitário pode e deve ser entendido como um aporte e “munição” para a comunidade, em vias de lutar por melhorias sociais significativas, que se refletem nos indicadores de qualidade de vida. Pois, quando se questiona o entendimento da comunidade quanto à implementação destes projetos, é unânime apreender que a comunidade percebe melhorias de interesse acadêmico e “alguns olhares” da gestão pública para a qualidade cidadã, como afirma a entrevistada 16 *“a partir do IFS é a que a Prefeitura de Itaporanga começa a perceber as potencialidades da Ilha e começa a crescer o olho para a Ilha... [...] Nós era aqui tudo abandonado... [sic]”*. Como se pode observar, este relato demonstra que os projetos do IFS são e foram importantes para a promoção da articulação comunitária, mas também é preciso uma sensibilização e promoção de educação empreendedora, tanto dos moradores da Ilha, que devem se articular para as inquietações de

suas mazelas locais, quanto para a gestão pública municipal que passa a perceber a Ilha como uma nova possibilidade econômica.

Olhares diversos ocorrem quando passa-se a observar as propostas de desenvolvimento do turismo no local. É fácil perceber a apropriação de locais de entretenimento por estrangeiros, como é o caso da implementação de um futuro “restaurante português” na Ilha. Existem, ao mesmo tempo, dúvidas e motivação, e reportando-se à motivação se percebe a dinâmica social e o crescimento econômico florescer, ocasionando divisas, oportunidade de atrativos, promoção local, entre outros. Quando se pensa na esfera das dúvidas, é questionável quanto é viável a implementação de um atrativo turístico que não dialogue com a realidade da comunidade, tanto na esfera social quanto cultural, pois este pode destoar dos traços culinários locais.

Quase que por unanimidade, os entrevistados da Ilha são categóricos em afirmar que a autoestima elevou-se depois da implementação dos cursos de extensão e capacitação oferecidos pelo IFS. Entretanto, a fala da minoria é reveladora, se não sinalizadora, pois eles apontam uma distorção de entendimento de sua autoestima, desviando-se da sua ideia central de uma busca por pertencimento, um novo olhar para si mesmo, uma nova forma de se perceber como cidadão. Os entrevistados apontam para um direcionamento de ação, ou seja, uma efetiva mudança da realidade social, como se no seu entendimento, mudança social é sinônimo de autoestima.

Contudo, quando questionados sobre o aprendizado adquirido com os projetos do IFS, os entrevistados são positivos em afirmar a valoração do seu lugar e o orgulho de pertencer àquele município, de contemplar as belezas locais.

Os projetos são vistos ora como “anjos de salvação”, ora como “inocentes culpados”. Ao usar esta dicotomia se pretende falar dos projetos pelo entendimento da comunidade, pois eles apontam visões diferentes destes projetos. Alguns entrevistados apontam que esses projetos são significativos e importantes, outros apresentam como apenas “poeiras” levantadas ao vento. No entendimento percebido, é que os sujeitos da pesquisa esperavam uma articulação e promoção direta das ações do projeto em sua vida material. A proposta de uma sistematização de conhecimento e estímulos a iniciativas de geração de lideranças comunitárias ressoam como apenas promessas ilegítimas, pois o que buscam de fato na participação desses projetos é reconhecimento de habilidades e competências para o trabalho, material e lucrativo.

Com a execução dos projetos de extensão promovidos pelo IFS na Ilha Mem de Sá, se pode construir uma análise das principais transformações econômicas, sociais, culturais e perceber, através dos 24 participantes dos projetos e ações de extensão desenvolvidas pelo Curso em Gestão de Turismo, as principais melhorias nos aspectos de qualidade de vida da comunidade desta localidade. Centrado num período analítico de 2009 a 2016 – período este que compreende a implementação e desenvolvimento dos projetos e a proposta e execução da presente pesquisa - apresenta-se aqui os dados quantitativos e qualitativos, numa perspectiva de traçar um “perfil” deste lugar pela própria comunidade e relacionar com os dados fornecidos pelos organismos oficiais.

O desenvolvimento da Ilha Mem de Sá é aqui considerado pela ótica da sustentabilidade, sendo assim, compreende-se a sua dinâmica sociocultural e produtiva na esfera da participação comunitária, retomando os arcabouços teóricos defendidos e revalidados pelas experiências empíricas adquiridas por meio das entrevistas e visitas *in loco*. Em síntese, se reporta à construção de uma intercessão entre teoria e prática. As análises que seguem são construídas tomando por base o roteiro de entrevista utilizado nas pesquisas exploradoras desenvolvidas ao longo do desenvolvimento do trabalho.

4.2 A Ilha por seus moradores

4.2.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

Para iniciar este trabalho apresenta-se o perfil dos entrevistados. Todos os moradores entrevistados são naturais do município de Itaporanga D’Ajuda, em sua grande maioria são pertencentes a uma mesma família. Os enlaces matrimoniais consanguíneos são fortes, o que desencadeou ao longo dos anos a presença de índices significativos de doentes mentais e outras patologias provenientes da linhagem consanguínea.

Do universo total dos entrevistados, pode-se constatar que a grande maioria reside na Ilha há aproximadamente 40 anos. Destes, 15(quinze) são do sexo feminino e 09 (nove) do sexo masculino. Com relação à faixa etária, 72% dos entrevistados apresentam entre 20 e 35 anos. A religião predominante é católica. Dos entrevistados, 96% recebem menos que um salário mínimo em consequência da informalidade das suas atividades laborais e da falta de oportunidade na localidade.

Pode-se identificar que 58% dos entrevistados têm o Ensino Médio completo. Na Ilha o acesso à educação é precário. Foi registrada somente uma sala de aula com séries

variadas e uma professora para todos os alunos matriculados. Jovens e adultos que queiram avançar nos estudos têm que se deslocar até outras cidades próximas. Quando distribuídos por sexo, o universo feminino da amostragem apresenta um percentual de 53% com o Ensino Médio, 34% com o Ensino Fundamental incompleto e 13% possuem Ensino Superior. Do sexo masculino, 33% possuem o fundamental incompleto e 67% terminaram o Ensino Médio. Na amostra, do universo masculino, nenhum homem possui Ensino Superior, o que demonstra um aspecto sintomático da pobreza na Ilha, já que existe uma relação positiva entre quantidade de anos estudados, ou seja, escolaridade, e as condições de vida.

Como se trata de 75 famílias residentes, com aproximadamente 350 pessoas, o quantitativo de crianças que frequentam a escola é baixo, de acordo com a Secretaria de Educação do Município de Itaporanga D'Ajuda. Este dado é representado pela pequena quantidade de crianças em idade escolar para frequentar as aulas. Inicialmente, a idade mínima para frequentar a escola local era a partir de 04 anos, mas em virtude deste pequeno número de alunos, será diminuída para os 03 anos, para que possa manter a escola aberta, pois senão a escola da Ilha iria fechar (Figura 4).

Figura 4: Escola Pública Municipal na Ilha Mem de Sá



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

Quando se fala da questão da renda, quase não há diferenciações, principalmente quando esta condição está relacionada à falta de acesso à educação e outras formas de capacitação e/ou novas perspectivas de emprego e renda. Em consequência da afirmação apresentada, os entrevistados relatam que recebem menos que um salário mínimo. Apenas dois dos respondentes relatam que recebem entre 01 e 02 salários mínimos, que são uma professora (Funcionária Pública Estadual) e um agente de saúde (Funcionário Público Municipal).

Assim, as condições de emprego e renda são precárias. De acordo com a pesquisa, percebeu-se que 71% dos moradores entrevistados tem um trabalho informal e recebem menos que um salário mínimo e 29% não têm uma ocupação remunerada. Este perfil de renda e emprego reflete-se nas condições de vida e nas formas de habitação.

Os entrevistados afirmam que a grande maioria mora em casa própria, um percentual de 88%, e 8% mora em residências cedidas por parentes e ou amigos residentes na Ilha. Uma característica significativa dessa comunidade é a forma solidária em que vivem as famílias. Apenas 4% vivem em casas alugadas. Pode-se constatar que para 46% dos entrevistados a família é composta por 2 a 3 pessoas e são provedores de suas casas.

4.2.2 Trabalho, cooperação comunitária e infraestrutura básica

Para compreender a Ilha Mem de Sá em sua complexidade e entender a percepção da qualidade de vida local a partir das ações de extensão do IFS, é fundamental discutir as condições de trabalho, as iniciativas comunitárias, as quais privilegiam uma organização social respaldada em princípios de compartilhamento. Estes princípios são desenvolvidos intrinsecamente pela própria comunidade, a exemplo da coleta seletiva do lixo, da distribuição compartilhada de água, da forma artesanal da pesca e da infraestrutura básica. Parte-se do pressuposto que estes três elementos são fundamentados sob o olhar da percepção ambiental.

Nesta caminhada em busca de elementos que possam contribuir com o entendimento da percepção da qualidade de vida, os seguintes aspectos foram trabalhados: economia local, emprego, arranjos produtivos, segurança, infraestrutura, saneamento básico e assistência médica.

■ **Economia local:** A principal fonte econômica da Ilha advém da atividade pesqueira, o que reflete diretamente na promoção da gastronomia local e, via de regra, no complemento da renda familiar dos moradores (Figuras 5, 6 e 7). A figura 7 retrata os pontos de pesca de Caranguejo e Aratu mais utilizados pelos nativos. Vale ressaltar que devido à

pesca inadequada, o caranguejo nos dias atuais é encontrado em menor quantidade. Por meio das observações e das entrevistas, percebe-se que a atividade extrativista da pesca supre a maioria das necessidades desses moradores, pois essa é uma forma de subsistência dessas famílias através da venda dos produtos em feiras livres nos povoados vizinhos, assim como, da venda direta aos atravessadores, que comprem a um baixo preço dos moradores locais e revendem no comércio de Aracaju com valores bem superiores. Segundo a entrevistada 05, “*a gente vende o caranguejo e o peixe bem baratinho ao dono de bar (pausa). Mas na Croa do Goré... Dando um exemplo, um caranguejo custa R\$9,00. É mole? [sic]*”.

Figura 5: Canoas utilizadas na pesca



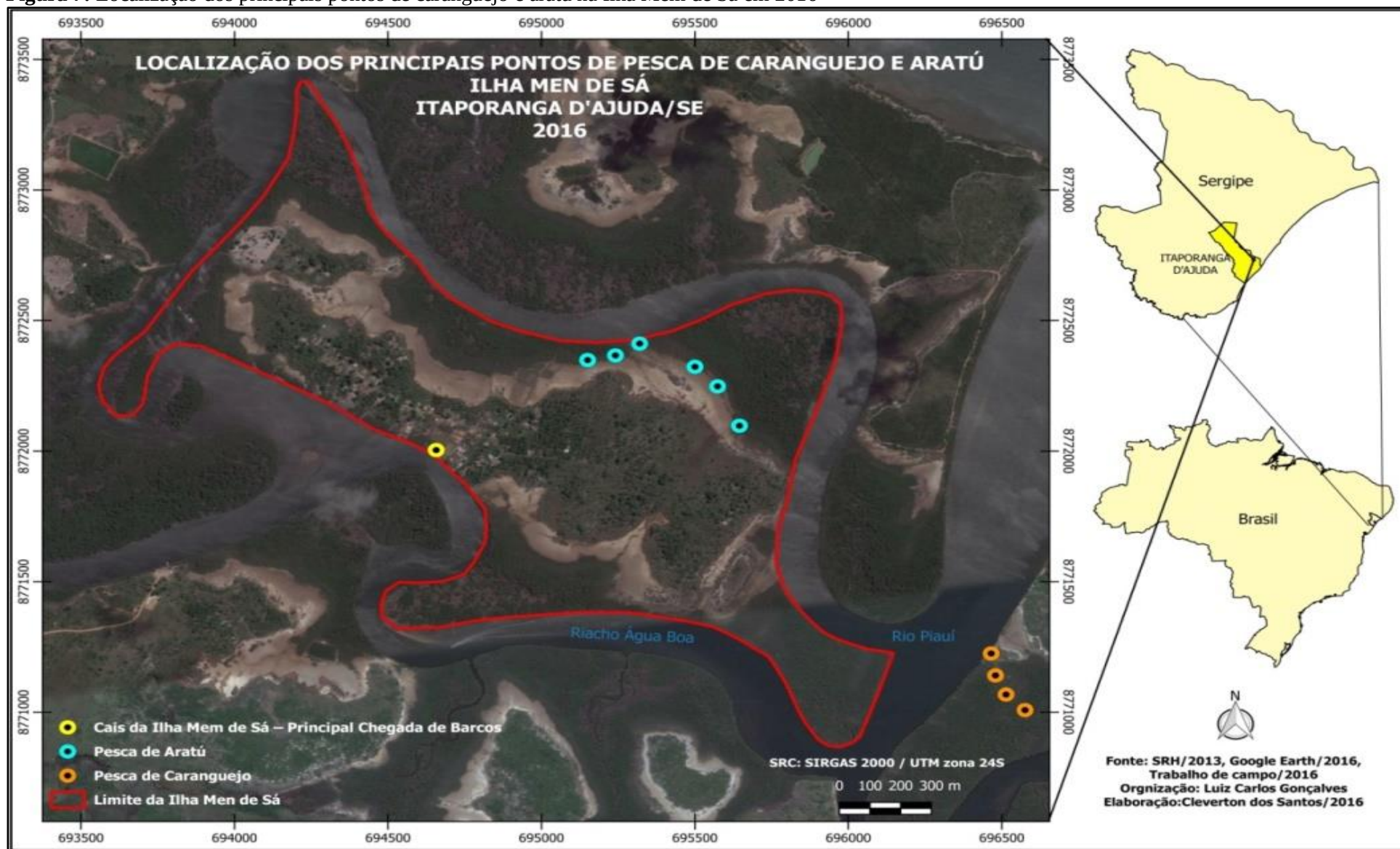
Fonte: Celia Maria Cardoso de Resende Limeira, 2016

Figura 6: Pescadores em atividade



Fonte: Celia Maria Cardoso de Resende Limeira, 2016

Figura 7: Localização dos principais pontos de caranguejo e aratu na Ilha Mem de Sá em 2016



Organização: Luiz Carlos Gonçalves, 2017

Elaboração: Cleverton Santos

■ **Emprego:** A grande maioria da população, segundo os entrevistados que participaram dos projetos do IFS, não possui emprego fixo, são autônomos, e vivem da atividade pesqueira, tendo que complementar a renda da família com o que aparecer, ou seja, empregos informais, os famosos “bicos”. Efetivamente, os moradores da Ilha que participaram da pesquisa e que adquiriram as habilidades e competências para desenvolver atividades relacionadas ao turismo local estão muitas das vezes trabalhando em funções completamente desvinculadas da sua “capacitação”. Ou seja, trabalham como vendedoras e repositores dos pequenos empreendimentos comerciais da Ilha – as “velhas” e tradicionais “bodegas” (Figura 8).

Figura 8: Empreendimentos locais: armazéns na Ilha Mem de Sá - As “bodegas”



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

No entanto, os entrevistados se sentem preparados para exercer novas atividades, por exemplo, para a condução dos visitantes. Entretanto, o dia a dia da atividade turística no povoado não é satisfatório, pois quase não aparecem visitantes. Conforme sinaliza a entrevistada 01 “... de vez em quando aparece alguns grupos, aí nós ganha um dinheirinho. (pausa). Outro dia ganhei 50 reais, (pausa) se tivesse sempre. É que esse trabalho está muito acanhado, de vez em quando nós ganha um extra eu e um dois colega, mas estamos preparados [sic]”. A explanação acima referenciada remonta a uma realidade significativa destes moradores e apresenta uma questão: como fomentar a atividade turística nessa localidade?

■ **Arranjos produtivos:** Na Ilha novas formas de arranjos produtivos ganharam espaço a partir da implementação dos projetos do IFS, como por exemplo, a construção de uma pousada, depois que a comunidade passou a acreditar nas potencialidades turística da Ilha. Segundo o entrevistado 02, “... antes das aulas eu nem pensava nesse assunto. Depois

me empolguei e construir uma pousada com 04 quartos. Hoje já cresci, já estou com 08 quartos todos com ar condicionado [...] É barato a diária, tou cobrando 100 reais e cabe até quatro pessoas num quarto [sic]". Isto posto, demonstra-se que a iniciativa de defender as potencialidades turísticas da Ilha foram reconvertidas em ações efetivas de busca de melhoria na qualidade de vida, aqui representadas pela aquisição de bens e ou empreendimentos, nesse caso, a pousada local.

Outras formas de mobilização para a promoção de novos arranjos produtivos são exemplificados através da implementação de um bar, como descreve a entrevistada 03 (professora da comunidade), que relatou nunca ter pensado em instalar um bar, *"nunca tinha pensado que um bar na Ilha daria dinheiro, sempre gostei de cozinhar. Depois do IFS, resolvi investir mais [...] na verdade levar a sério [...] Coloquei até uma pequena venda na Ilha e hoje eu tenho uma funcionária na venda. No bar, quando tem movimento, as cozinheiras da Ilha trabalham comigo na cozinha e outra como garçõete[sic]"*.

Um dos aspectos mais fortalecidos através dos projetos foi a implementação dos condutores locais. Hoje existem na Ilha 05 (cinco) condutores em atuação, entretanto, apenas 01 (um) tem devotado significativa atenção para a atividade como uma fonte de renda primordial para o sustento familiar. O entrevistado articula os passeios na Ilha com a atividade de corretor local, intermediando o aluguel das casas de veraneio. Aqui se observa uma nova forma de promoção de renda no povoado. Inicialmente, os projetos não constatarem a existência da possibilidade de promoção da atividade turística através do aluguel de casas para longas temporadas, como também de venda de terrenos. Aspectos referenciados através da fala do entrevistado 12: *"Depois do IFS eu decidi que iria viver de ser condutor, vendi um terreno comprei um barco maior e está dando certo, trabalho com turismo, sou condutor. Decidi que não ia fazer como os jovens daqui que vão tudo trabalhar fora. Eu não, vou ganhar dinheiro na minha Ilha e tá dando certo viu[sic]"*.

Outra atividade que ganhou melhor adequação, tanto para as atividades fins de pescaria e condução de pessoas nas travessias do rio, foi a dos barqueiros (Figura 9), os quais, além desta fonte de renda, somam as suas atividades como caseiros das casas de veraneio arrendadas aos visitantes de outras localidades, principalmente, de Aracaju e dos povoados vizinhos à Itaporanga D'Ajuda. Mas vale ressaltar que ocasionalmente existe a procura por estrangeiros e turistas de outras localidades do Brasil.

Figura 9: Barqueiro na condução de visitantes



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

Quanto à organização social, a Ilha apresenta apenas uma Associação de Moradores, denominada “Associação Comunitária do Povoado Ilha Mem de Sá”, que funciona como uma espécie de gabinete de discussão, onde se decide as funções e diretrizes a serem tomadas pela comunidade, desde a divisão de água até a coleta de lixo. Um dado importante que deve ser considerado: no início da pesquisa, a Ilha só registrava água na parte baixa da Ilha e os nativos dividiam a água harmoniosamente. No final de 2017, a comunidade construiu mais um poço artesiano, o que possibilitou o suprimento de água em todo povoado.

■ **Segurança:** De acordo com os entrevistados, na Ilha há uma sensação de segurança e somente quando existe alguma festividade, há necessidade de policiamento, através de 05 a 10 policiais. Segundo os moradores, esta segurança se dá em virtude da Ilha ter a “*tradição de ser tranquila*”. Faz-se a alusão de que tanto segurança pública quanto segurança de apoio às festividades ganham a mesma notabilidade para a população local. Em pesquisa local, na própria Delegacia do Município de Itaporanga D’Ajuda, o delegado afirmou que não existem índices significativos ou de importância criminal na Ilha Mem de Sá,

o que comprova a informação dos moradores, ou seja, a Ilha é bastante calma e tranquila, sendo mais visitada durante o período das festas locais.

■ **Infraestrutura básica, de apoio e de acesso:** A Ilha não apresenta nenhuma rua com asfalto, tampouco via de acesso rodoviário entre a sede do município e a Ilha (Figura 10). O único modo de acesso é o hidroviário, através do rio, por meio de um barco que comporta aproximadamente 10 pessoas. Verificou-se a inexistência de Posto de Saúde e/ou clínica de atendimento a atenção médico-hospitalar. Lojas e/ou estabelecimentos comerciais de médio ou grande porte, a exemplo de supermercado, peixaria, entre outros, não há. Tudo que se adquire para o consumo diário é trazido tanto da sede do município como dos municípios vizinhos e da própria capital, Aracaju. Observa-se a existência de energia elétrica nas residências e nos acessos há iluminação pública. As casas possuem água encanada em apenas uma parte da Ilha, na região mais próxima do rio Vaza Barris.

Figura 10: Caminhos de acesso às casas



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

■ **Saneamento Ambiental:** Quando indagados sobre o acesso à água encanada, os residentes na Ilha foram unânimes em responder que todas as casas têm disponibilidade de estrutura (toda encanação está pronta), mas nem todos tem acesso, devido à água potável vir de um poço. A água encanada chega às torneiras em dias alternados e sem “força” para alcançar a parte mais elevada da Ilha. Na área da Ilha onde os moradores não têm acesso, utiliza-se a água das casas de parentes e/ou amigos.

Quanto aos resíduos sólidos produzidos na Ilha, os próprios moradores os levam em barcos ou canoas até o outro lado do rio e a Prefeitura Municipal de Itaporanga D’Ajuda providencia o seu recolhimento, que não é regular. Quando demora, a presidente da Associação telefona para a prefeitura solicitando a coleta desse lixo de forma adequada. Segundo informações dos entrevistados, os detritos são recolhidos aos domingos e às terças-feiras.

Com relação à pavimentação, todos solicitam melhorias, pois nos dias de chuva existe dificuldade de locomoção. Um dado significativo é que mesmo apresentando uma infraestrutura deficiente, obteve-se a informação de que todas as casas da Ilha possuem fossas sépticas.

■ **Assistência Médica:** O acesso a cuidados de saúde dos moradores da Ilha é oferecido uma vez por mês, por uma médica contratada pelo município, que fica responsável pelo atendimento básico. Pela inexistência de um posto e/ou uma clínica de saúde da família no povoado, o atendimento feito pela médica se dá na escola pública do povoado, numa sala improvisada para o atendimento geral. Nos dias chuvosos, a médica fica impossibilitada de ir até a Ilha por causa da lama. Segundo os entrevistados, a Prefeitura de Itaporanga comprou um terreno e construiu uma casa com o objetivo inicial de reativar a antiga casa de farinha na localidade, fonte de renda significativa no início da povoação na Ilha, no entanto a população de forma articulada tem se reunido sistematicamente para decidir o que será melhor para a comunidade, se a construção de uma nova casa de farinha ou a adequação deste espaço para a instalação de um posto de saúde. Até o presente momento, a comunidade não definiu qual a destinação que dará a esta propriedade, mas continuam sinalizando a importância e a carência de ambos os serviços na localidade.

4.2.3 Atividades culturais, lazer, pertencimento e bem-estar social

■ **Manifestações folclóricas:** A manifestação folclórica que se destaca é o samba de coco, que é tradicional na localidade. É uma manifestação folclórica significativa no estado de Sergipe, e na Ilha é admirado por todos os moradores, chamado “Samba de Coco da Ilha” (Figura 11).

Figura 11: Manifestações folclóricas na Ilha Mem de Sá – Samba de Coco



Fonte: <http://canalr5blog.blogspot.com.br/2010/07/samba-de-coco.html>

■ **Atividades artísticas e culturais:** A Festa do Caranguejo é a principal manifestação cultural celebrada na Ilha, que teve início a partir da Festa da Padroeira Santa Luzia, onde os pescadores iam para o mangue e catavam aproximadamente 100 cordas de caranguejos e distribuíam na comunidade para festejarem, juntos, numa espécie de festa profana do povoado.

Hoje a festa é caracterizada pela divulgação das variedades gastronômicas do lugar, principalmente feitas a partir do uso do caranguejo. É uma festa que tem um forte impulso para a promoção gastronômica e turística (Figura 12).

Figura 12: Festas artísticas e culturais na Ilha Mem de Sá



Fonte: www.facebook.com/pg/pmitaporanga/photos/?tab=album&album_id=600287653449841

■ **Festas religiosas:** A principal festa religiosa do povoado é dedicada à Santa Luzia, padroeira do povoado (Figura 13).

Figura 13: Igreja Católica, dedicada a Santa Luzia na Ilha Mem de Sá



Fonte: <http://canalr5blog.blogspot.com.br/2010/07/igrejasantaluzia.html>

■ **Bem-estar e Pertencimento:** A pesquisa apontou a presença de bem-estar, afeição e sentimento nos moradores da Ilha envolvidos nos projetos e ações do IFS, a partir do momento em que eles passam a reconhecer o manguezal, o rio e a mata de restinga como ambientes naturais da Ilha. Os projetos e ações desenvolvidos pelo IFS na comunidade local têm contribuído decisivamente para as mudanças de comportamento e trouxeram um novo olhar para a população envolvida, sobre a natureza e a identidade territorial. Neste sentido, se proporciona razoável nível de conhecimento e sensibilização aos nativos.

O sentimento de pertencimento foi melhor demonstrado através de dados que foram obtidos nas entrevistas, nas observações e na vivência de campo. Segundo os entrevistados, os envolvidos na pesquisa declararam se sentir como parte da Ilha compartilhando os mesmos valores, medos e aspirações. Todos afirmaram que se sentem pertencentes à Ilha e a Ilha pertence a eles: “[...] *minha Ilha é linda [...] meu povo é simples mais é o melhor povo que pode ter, mexeu com um mexeu com todos [...] o samba de coco da gente é lindo de se vê [sic]*” (Entrevistado 06).

Quanto ao resgate da autoestima, pode-se perceber que os projetos e ações do IFS tiveram uma parcela significativa. Em seus relatos, os entrevistados afirmam que não tem mais vergonha de dizer que moram na Ilha, “[...] *agora tenho orgulho de dizer que moro na Ilha, e é um lugar melhor que muitos lugares que não tem a beleza e as coisas que a Ilha tem, mim sinto muito bem na minha Ilha [...] me sinto muito importante de bem comigo mesmo [sic]*” (Entrevistado 18).

Quanto aos relacionamentos positivos, pode-se observar na partilha da água potável entre os moradores da parte onde a água consegue chegar às torneiras. Outro exemplo de solidariedade se registra, quando adoece algum morador ou se passa por alguma dificuldade: “[...] *aqui todo mundo se conhece e se ajuda, se alguém adoce a gente corre para chamar a ambulância, ajuda a carregar a pessoa, se demorar, a gente chama um táxi, só que é caro [sic]*” (Entrevistado 05); “[...] *e quando tem curso, como do IFS, a gente sai no boca a boca [sic]*” (Entrevistado 24). Quando se reporta diretamente à questão de reconhecimento familiar, são unânimes em afirmar a união por um único vínculo de parentela, numa espécie de parentesco, uma família extensa, “[...] *aqui é todo mundo família e se gosta como família [sic]*” (Entrevistado 04).

4.3 Turismo e meio ambiente: novas perspectivas para os moradores da Ilha

■ **Equipamentos turísticos:** De acordo com as entrevistas, os moradores sinalizaram um avanço no tocante ao desenvolvimento da atividade turística promovida na Ilha, principalmente, depois da implementação e execução dos cursos oferecidos pelo IFS. Destaca-se hoje um investimento significativo, tanto de moradores como de empreendedores. Existe uma pousada com 04 quartos para 02 pessoas em cada quarto (Figura 14), além de um novo restaurante às margens do rio, que comporta aproximadamente 20 pessoas. Uma afirmativa dos moradores é que essa infraestrutura não permite atender uma boa quantidade de turistas.

Figura 14: Empreendimento turístico: Pousada Local na Ilha Mem de Sá



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

■ **Meio Ambiente e sustentabilidade:** O meio ambiente tem sido o principal estímulo para a promoção do Turismo com Base Comunitária na Ilha Mem de Sá. Nesta perspectiva é que se desenvolveram todos os projetos do IFS, principalmente, traçando interfaces entre turismo e sustentabilidade, tanto ambiental quanto social. Assim, a partir dessa perspectiva e na tentativa de mostrar as belezas naturais aos visitantes, foi aberto um

“caminho” com um percurso de 100m no manguezal para que os barcos tivessem acesso ao mangue e assim possibilitassem a melhor observação das belezas naturais (Figura 15). Quando questionados se esse caminho degrada a natureza eles disseram que não, porque todos têm cuidado quando fazem esse percurso com os turistas. Pode-se observar, neste momento, que apesar de já terem conhecimento sobre a degradação do meio ambiente, não conseguem perceber que ações deste tipo desorganizam o hábitat dos organismos que compõem o manguezal. Outro momento da entrevista que reforça essa observação corresponde ao momento de uma das falas do condutor: “[...] *os aratus parecem pragas boa, isso não acaba nunca professora. No entanto, todos falam que já houve muito peixe e de várias qualidades e hoje, poucas espécies sobrevivem aqui no rio [sic]*”.

Com relação aos recursos hídricos, especificamente a respeito do vínculo com o rio, apenas um único entrevistado se refere ao rio como um aporte de lazer e não o percebe como o elemento para a promoção de renda. Os demais entrevistados se reportam aos corpos hídricos somente como meio de transporte.

Figura 15: Manguezais e Catadoras de Marisco na Ilha Mem de Sá



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

O desmatamento que a população entrevistada percebe é levada a cabo nos terrenos que estão sendo vendidos a terceiros (numa perspectiva de fazer alusão àqueles que não são moradores da Ilha), visto que nesse processo, retira-se a vegetação nativa para a construção de casas, como sinaliza entrevistado 23: “[...] *o povo daqui tem a boca grande para falar dos outros mais eles mesmos plantam nas casas dos forasteiros grama e ainda*

molham duas vezes por dia, sei não viu, numa Ilha que só te agua numa parte, depois falam, arrancam a planta da gente e planta o que não é daqui [sic]''.

■ **Gastronomia:** A gastronomia é principalmente derivada da atividade pesqueira. Destacam-se, o caranguejo, ostra, pirão de guaiamu, e uma ampla variedade de peixes de água doce, além de doces típicos, como a mangaba, caju, cocadas e sucos de frutas. Com relação às práticas das marisqueiras, vale ressaltar o estudo de Gonçalves (2017), intitulado “O Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá, Itaporanga D’Ajudá, Sergipe, através da Gastronomia,” que teve como objetivo contribuir para o Projeto de Turismo de Base Comunitária desenvolvido na Ilha. O estudo foi realizado com grupos de catadoras e marisqueiras das espécies caranguejo-uçá e do aratu vermelho (Figura 16). Foram realizadas oficinas sobre educação ambiental, boas práticas de manuseio de alimentos e transferência de técnicas de preparação de linguça em restaurantes de mariscos utilizando fichas técnicas.

Figura 16: Aratu



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

Segundo Gonçalves (2017), as oficinas forneceram novos conhecimentos sobre o meio ambiente e a correta gestão durante a pesca de crustáceos para conservação do mangue. Também possibilitaram a percepção positiva relacionada a produtos inovadores e de valor agregado, utilizando os crustáceos locais como principal matéria prima. As transferências de técnicas para produção de linguça foram prontamente assimiladas pelas marisqueiras, aumentando o potencial de negócios de novos produtos alimentícios, o que poderá promover o fortalecimento da gestão do Turismo de Base Comunitária através da Gastronomia.

■ **Atrativos turísticos:** Destaca-se o passeio de barco no rio Vaza Barris, onde se adentra ao manguezal (aproximadamente 100m) para sua apreciação, e o passeio também fluvial a uma espécie de “croá,” um banco de areia que surge no rio, durante a maré baixa, como uma forma de praia em meio ao rio Vaza Barris. Somam-se a isso as belezas paisagísticas da própria Ilha, que segundo os moradores entrevistados, é o grande potencial do lugar, como o rio e o manguezal (Figura 17).

Figura 17: Passeio fluvial na Ilha Mem de Sá



Fonte: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

4.4 Desejos e necessidades na percepção da comunidade

Buscou-se avaliar como a comunidade local percebe a qualidade de vida, ou seja, o que os moradores acreditam ser importante para a sua sobrevivência e para a sustentabilidade. De maneira sintética, e de forma preliminar, aqui se discute os aspectos elencados nas entrevistas e nas visitas *in loco* com os moradores que participaram dos projetos do IFS.

Assim, segue o Quadro 2, numa perspectiva de “desejos e necessidades” sinalizados pelos próprios moradores, transcritos em sua própria leitura de perceber-se como cidadão insular, numa ilha fluvial, estuarina e litorânea.

Quadro 2: Qualidade de vida na comunidade da Ilha Mem de Sá

DESEJOS	NECESSIDADES
- Lazer - Um ponto de turismo - Capacitação - Ser reconhecido pelas pessoas fora da Ilha (reconhece autonomia, valorização da Ilha) - Que o rico não chegue para tomar o lugar dos pobres	- Atracadouro para as embarcações - Estrutura para as refeições (só existe um bar) - Lugar para hospedagem - Escola com sala de aula para mais de uma série - Organização das pessoas - Casa de farinha - Posto médico - Transporte educacional (fluvial)

Organização: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

Elaboração: Célia Maria C. Rezende Limeira, 2016

Como se percebe analisando estes “desejos e necessidades”, grande parte do que é sinalizado já fora atendido pela própria força de articulação da comunidade. Analisando por partes, quando se fala dos “desejos”, em virtude do lazer, não se percebem as festas típicas como um ponto de favorecimento de seu lazer, bem como a própria potencialidade paisagística do povoado. A questão do ‘ponto de turismo’ se refere à estruturação física, ou seja, a construção de uma orla e ou praça que seja dotada de significação turística. Quando mencionam esse “ponto de turismo” os sujeitos fazem comparação com a Orla de Atalaia, ou seja, algo para o fomento e difusão do turismo, não só da Ilha, como também do Estado.

No tocante ao “reconhecimento”, os moradores reportam-se à Ilha com significativa autonomia, mas uma autonomia de importância para o município e para o estado de Sergipe. Percebem que mesmo sendo uma pequena Ilha, com aproximadamente 375 habitantes, está dotada de potencialidades paisagísticas e que apresenta culinária típica. Segundo um dos entrevistados *“um lugar bonito e bom de se morar [sic]”* (Entrevistado 20). Por isso, algumas pessoas da Ilha rejeitam novos moradores de outros lugares, que chegam à Ilha motivados pela especulação imobiliária e limitam os próprios moradores locais. Em contrapartida, é considerada a possibilidade de venda dos terrenos como um atrativo para obtenção de melhores condições de vida.

As novas “necessidades” correspondem às mudanças mais significativas observadas a partir da articulação promovida pelos projetos de intervenção do IFS, como por exemplo, o surgimento de uma pousada e a construção do atracadouro, que ganhou força através da Associação de Moradores. Vale ressaltar a promoção de ações de sensibilização e empreendimento fornecido pelo IFS e a necessidade do transporte público municipal para a promoção da locomoção dos estudantes da Ilha para a sede de Itaporanga D’Ajuda. Quanto ao posto médico e à casa de farinha, foi adquirida uma casa através da Prefeitura Municipal que está em fase de conclusão e estão decidindo a sua funcionalidade. A existência de um único restaurante está respaldado tanto pela falta de capacidade de carga da Ilha, como também de condições socioeconômicas para a implementação dessa estrutura de gestão de alimentos e bebidas.

Duas grandes necessidades que continuam latentes no povoado é a construção de uma escola pública de maior dimensão, para que possa acomodar adequadamente todos os estudantes do Ensino Fundamental e a organização da própria comunidade como um bem único para todos. A única forma de congregação de todos está exemplificada através da Associação de Moradores da Ilha Mem de Sá, não existindo cooperativas e/ou sindicatos destinados a fortalecer as políticas e estruturação de categorias profissionais, como é o caso dos pescadores.

Os “desejos e as necessidades” desses moradores estão ainda fluindo em meio à própria organização social da Ilha como um povoado que não se percebe ainda dotado de maiores potencialidades, tanto de infraestrutura, como culturais e gastronômicas. Isso fica implícito, tanto nos dizeres como na própria forma tímida de ser perceberem como “senhores desse lugar”, sabedores e formadores de conhecimento nato.

4.5 Indicadores qualitativos de qualidade de vida

Para efeito deste quesito, serão apresentadas as interpretações dos 04 (quatro) indicadores de qualidade de vida, extraídos dos discursos dos sujeitos da Ilha, somados aos questionários e à observação participante. Os indicadores são: (i) indicador de sensibilidade ambiental, (ii) indicador de promoção da economia local, (iii) indicador de desenvolvimento local comunitário, (iv) indicador de pertencimento e dinâmica cultural.

(i) Indicador de sensibilidade ambiental: pode-se constatar que os moradores da Ilha envolvidos na pesquisa passam a ter um novo olhar sobre os recursos naturais da Ilha, identificando-os como findáveis e que necessitam de cuidados para que as próximas gerações possam também usufruí-los. Vale ressaltar a contribuição significativa do IFS para com os entrevistados, porque neste item, todos foram unânimes em reconhecer que os projetos e ações do IFS proporcionaram mudança de comportamento para com a Ilha no que diz respeito à sustentabilidade. Eles afirmam que passaram a cuidar melhor do ambiente como um todo, ou seja, cuidados com a destinação do lixo, com a extinção das espécies nativas (caranguejos peixes, etc...), e passaram a admirar e valorizar a cultura local. Portanto, se sentem mais sensibilizados com a causa ambiental.

(ii) Indicador de Promoção da Economia Local: este Indicador está relacionado aos aspectos de promoção da economia local (emprego, renda, novas formas de arranjos produtivos). Através dos cursos do IFS, buscou-se proporcionar a melhoria da população da Ilha com relação à renda, bem como para a busca de possibilidades diversas em meio à soma das potencialidades paisagísticas e das melhorias de trabalho. Em outras palavras, os moradores sentiram-se estimulados a buscarem novas formas de arranjos produtivos e/ou a aprimorar as formas de trabalho que já desenvolviam, como forma de sustento ou complementação de renda básica, a exemplo da construção da pousada da Ilha, o bar e armazém da Ângela, os condutores e a implementação da gastronomia.

(iii) Indicador de desenvolvimento local-comunitário: Neste indicador, estão sintetizadas as informações inerentes à educação, saúde, segurança, habitação, infraestrutura básica e de apoio, juntamente com a composição dos equipamentos turísticos. Em outros termos, é um indicador que se compromete em apresentar as transformações ocasionadas na Ilha por meio dos serviços públicos e comuns a toda comunidade. Como por exemplo, o nível de escolaridade dessa comunidade, a divisão por gênero que equivale a uma análise pontual e que demonstram diferenciações entre as formações e estruturas sociais da comunidade. A saúde dos entrevistados encontra-se em boas condições. Pode-se citar outro exemplo com relação a segurança e habitação, que a maioria dos nativos possui casa própria, todas em alvenaria. Como a Ilha é considerada um lugar tranquilo, não utilizam grades de proteção nas residências.

(iv) Indicador de Pertencimento e Dinâmica Cultural: Neste indicador, são apresentados os componentes referentes à força de pertencimento desses moradores. Esse indicador busca ser a transcrição das necessidades e dos desejos dessa comunidade, primando

significativamente pela releitura dos discursos silenciados ou velados durante a estruturação desse povoado. Ficou perceptível a visão dos entrevistados sobre os projetos de extensão e das ações desenvolvidas pelo IFS como um “palanque” para “soltar a voz”, reconstruir a autoestima e fortalecer a sua identidade cidadã e comunitária. Um aspecto valioso neste indicador é a cultura, no seu amplo sentido, envolvendo os aspectos relacionados à gastronomia – forte indício de pertencimento e valorização local; às manifestações folclóricas que são os reflexos das suas tradições religiosas e festivas; além da própria decodificação e recodificação da estética cotidiana da Ilha. Tudo isso está reunido na identificação, autoimagem, desses moradores, o que se chama de o “EU” identificado, noutras palavras, como a comunidade se apresenta e se representa.

4.6 A percepção de qualidade de vida segundo o questionário de *WHOQOL-Bref*

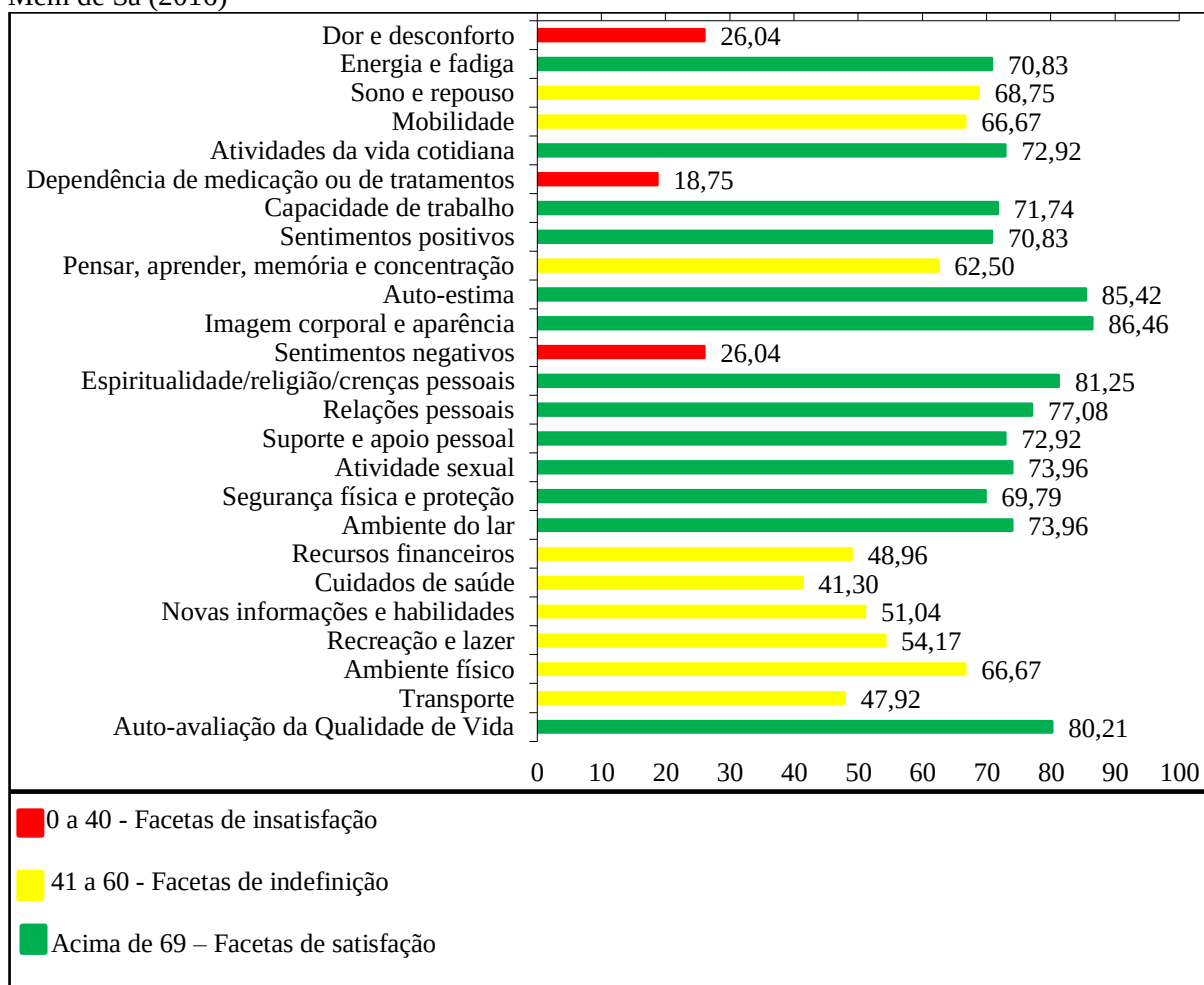
A aplicação dos questionários de análise *WHOQOL-Bref* apresentou-se como um instrumento de coleta de informações singular no que diz respeito à apreensão da percepção da comunidade local, do que esses definem como qualidade de vida.

Através de um questionário, o qual é composto pela matriz do próprio *WHOQOL-Bref*, explicada na metodologia, adaptado para os 24 (vinte e quatro) participantes dos projetos e ações desenvolvidas pelo IFS na Ilha pelo Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo. Os resultados representados foram consolidados em 24 (vinte e quatro) respostas analisadas na perspectiva de quanto maior a percentagem, mais próximo a 100%, melhor a qualidade de vida, sendo essa escala categorizada da seguinte forma: valores entre 0 e 40 são considerados insatisfação (vermelho); de 41 a 60 correspondem à indefinição (amarelo); e, acima de 69, como tendo atingido a satisfação (verde).

Por se tratar de dados quantitativos, a transformação em dados qualitativos demonstra realidades “subjetivas” desses moradores. Ou seja, embora sistematicamente a “qualidade de vida” seja principalmente extraída por dados engessados, a aplicação de *WHOQOL-Bref* direciona aos aspectos subjetivos e individuais desses moradores.

Assim, com base no Gráfico 1, apresenta-se um perfil desses moradores de acordo com a percepção de Qualidade de Vida, tomando por base os próprios moradores, singularmente relacionadas às análises de *WHOQOL-Bref*.

Gráfico 1: Consolidado de facetas do *WHOQOL-Bref*, aplicada à amostra da população da Ilha de Mem de Sá (2016)



Fonte: Trabalho de Campo, extraído através da aplicação dos questionários de *WHOQOL-Bref* (2016)

Quando analisados os percentuais demonstrados pós-aplicação do questionário, pode-se verificar uma percepção de insatisfação nas facetas: dor e desconforto; dependência de medicação ou tratamento e sentimentos negativos. Vale ressaltar que as facetas grifadas em vermelho aparecem com um percentual abaixo do percentual apontado como positivo, no entanto, esta discrepância torna-se positiva, porque se reporta a percentuais baixos quando se refere aos aspectos que não são saudáveis para os seres humanos.

Com relação aos aspectos do lar, segurança física e proteção, suporte e apoio pessoal, relações pessoais, espiritualidade/religião/crenças pessoais, autoestima, sentimentos positivos, capacidade de trabalho e atividade da vida cotidiana, os dados reforçam os resultados obtidos nas entrevistas analisadas sobre a percepção da qualidade de vida dos sujeitos desta pesquisa.

Por outro lado, constata-se a percepção de alguns aspectos sobre a indefinição com o percentual bem próximo da insatisfação. Os aspectos de indefinição supracitados são:

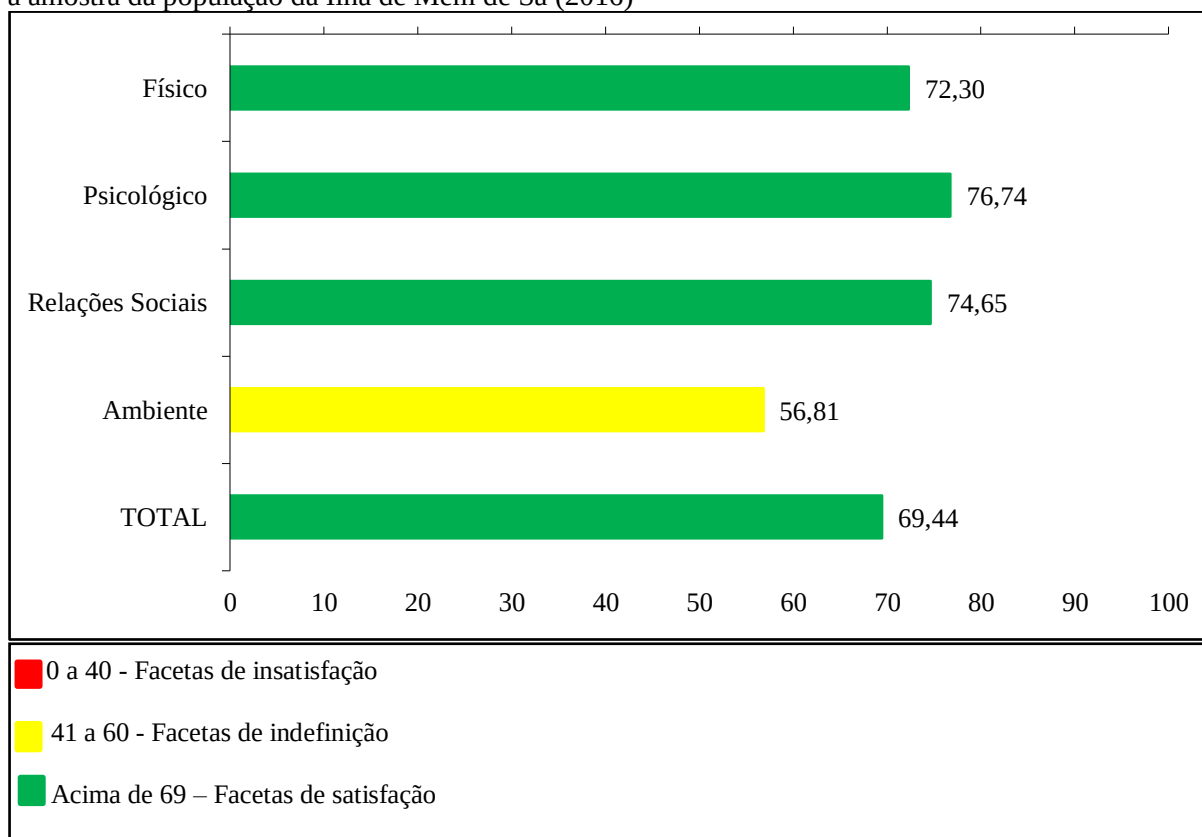
cuidados com a saúde, recursos financeiros, recreação e lazer. Os demais aspectos, como sono e repouso, mobilidade, pensar, aprender, memória, concentração e ambiente físico, que também representam a indefinição, estão com um percentual bem próximo da satisfação.

Quanto ao transporte, nas análises das entrevistas, os entrevistados falam que melhorou depois do IFS, mas ainda deixa muito a desejar, principalmente, quando se reportam aos aspectos sobre assistência médica e transporte.

Com relação aos recursos financeiros, constata-se que a maioria dos moradores respondentes recebe menos que um salário mínimo. Falta de oportunidade e investimento de políticas públicas contribuem para o quadro de desemprego ou de trabalhos informais na comunidade. Quanto à recreação e lazer, muitos dos entrevistados, por não terem renda satisfatória, se divertem na própria Ilha.

Observa-se, no Gráfico 2, uma similaridade dos resultados obtidos nas dimensões física, psicológica e relações sociais, e uma tendência à percepção de satisfação, considerando que quanto maior a porcentagem, mais próximo a 100%, melhor a percepção de qualidade de vida. Também verifica-se que a percepção de satisfação da população em relação à dimensão ambiental foi significativamente menor que o resultado obtido nas demais dimensões. Ou seja, os resultados demonstram que a população da Ilha não está satisfeita com a maioria dos aspectos que compõem esta dimensão. Esta percepção da população relaciona-se diretamente com os resultados supracitados, que elencaram problemas ambientais na Ilha, nas seguintes áreas: água potável, saneamento básico, coleta de lixo, etc.

Gráfico 2: Resultados baseado na estrutura de domínios da Qualidade de vida WHOQL-Bref aplicada à amostra da população da Ilha de Mem de Sá (2016)



Fonte: Trabalho de Campos, extraído através da aplicação dos questionários de WHOQL-Bref (2017)

Quanto aos domínios de qualidade de vida relacionados aos aspectos clima, barulho, poluição, foi identificado também nas entrevistas quando em suas falas comprovam os dados obtidos na coleta. Para a maioria dos participantes da pesquisa a Ilha é o lugar mais tranquilo para se viver; não existe poluição, barulho, falta de segurança e clima muito agradável. No tocante às relações sociais, os entrevistados afirmam quão satisfeitos estão no que se refere às amizades, entre parentes conhecidos e colegas, e o apoio que recebem dessas pessoas com quem se relacionam. No tocante ao domínio psicológico, foi constatado um equilíbrio nos resultados, o que vem reforçar os dados coletados nas entrevistas, onde os participantes da pesquisa, quando questionados, abordam as relações sociais positivas, o bem estar físico e emocional em equilíbrio.

As informações obtidas nos resultados sobre a percepção dos moradores da Ilha sobre qualidade de vida nesse estudo remetem ao que afirma Minayo, Hartz e Buss (2000) a respeito do tema qualidade de vida, que engloba não somente fatores ligados à saúde, mas integrando-se a estes, o bem estar físico, funcional, emocional e mental, além de outros dados

significativos da vida das pessoas envolvidas, como família, trabalho, amigos, dentre outras situações do cotidiano.

Por fim, pode-se constatar que os resultados obtidos nas entrevistas, no questionário *WHOQOL-Bref* e na observação participante, encontram-se em equilíbrio, e confirmam a hipótese de que os projetos e ações do IFS contribuíram de forma positiva na qualidade de vida da população envolvida na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de avaliar a percepção das mudanças na qualidade de vida da comunidade da Ilha Mem de Sá a partir das ações de extensão do IFS, teve-se uma melhor compreensão sobre a dinâmica social deste povoado.

O termo qualidade de vida dotou-se de significados objetivos quando analisado apenas para obtenção de dados relativos ao desenvolvimento e crescimento dos processos estruturais da sociedade. Neste sentido, existe uma singularidade quando se apreende esse termo para se obter uma melhor interpretação e racionalidade do meio ambiente em sua amplitude – abrangendo não só o meio natural, como prioritariamente a ação do homem em relação ao meio e para com os seus iguais. Perceber as principais mudanças socioeconômicas e ambientais pelos moradores da Ilha Mem de Sá, quanto à qualidade de vida, tomando como referência os 24 (vinte e quatro) moradores que participaram dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IFS através do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, foi um dos propósitos, para sentir como os nativos consideram “qualidade de vida” e de fato a sua percepção subjetiva dessas melhorias de fato em suas vidas.

Em meio a essa construção analítica, são apresentadas as seguintes conclusões advindas com a execução desta pesquisa, embora, como toda pesquisa científica, as conclusões aqui são filtros acadêmicos da pesquisadora, que em meio a gama de informações coletadas ao longo da pesquisa, seja por meio das entrevistas, observações diretas e das aplicações dos questionários, apresentam argumentações, entendimentos, ‘indignações e/ou aspirações’ da comunidade na Ilha Mem de Sá:

➤ Os projetos de extensão e as ações desenvolvidas pelo IFS não passaram despercebidos pela população pesquisada, principalmente para aqueles que obtiveram mudanças financeiras, principalmente através do impulso na perspectiva de novos investimentos, como se pode perceber nos resultados e discussões acima apresentados;

➤ Tomando por base as afirmações de Minayo (2009), qualidade de vida é inerente ao ser humano que se aproxima do grau de satisfação vivenciado na vida amorosa, familiar, social e na própria estética humana. Portanto, constatou-se a satisfação dos nativos com relação ao pertencimento familiar, amoroso, ambiental e social. As contribuições foram significativas, porque ficou claro que os entrevistados foram unânimes em reconhecer que

passaram a ver a Ilha com outros olhos, ou seja, assimilaram as informações sobre os cuidados com o meio ambiente e se sensibilizaram quanto à preservação dos recursos naturais da Ilha, o que passa a ser um despertar para o desenvolvimento sustentável e comunitário que é a proposta do Ecoturismo;

➤ Os projetos possibilitaram aos nativos novas alternativas de atividades econômicas a serem desenvolvidas na Ilha, dentre as quais, podem ser citadas: a condução dos visitantes pelos próprios moradores como fonte de renda na localidade (embora poucos tenham investido nessa área de atuação por não terem recursos financeiros para investir na compra de barcos); a construção do restaurante da Ilha, conhecido como o “bar da Ângela”. O qual, segundo a dona do restaurante, ela foi motivada pelo IFS, o que se somou as novas informações de que a Ilha tinha potencial para o Turismo de Base Comunitária, refletindo em outros empreendimentos, como por exemplo, a abertura de uma pequena mercearia/armazém que hoje emprega moradores da Ilha, tanto no armazém quanto no restaurante;

➤ Outro investimento proveniente das ações do IFS foi a construção da pousada local, que inicialmente tinha apenas 04 (quatro) quartos, e hoje conta com 08 (oito) quartos, dotados das seguintes facilidades: ar condicionado, camas de casal, camas de solteiro, além de incluir em suas facilidades para o hóspede a opção de passeios fluviais com direito a banhos, como também disponibilizam café da manhã típico da região. Estas facilidades foram acrescentadas como uma espécie de “algo a mais” já que outrora não existia um empreendimento destinado aos meios de hospedagem na localidade. Segundo o proprietário e a própria comunidade, de certa maneira, a Ilha se beneficiou com a implementação desta pousada, pois possibilita uma nova opção de acesso ao mundo do trabalho. Entender a localidade como novo destino turístico, tanto para a comunidade como para os executores das ações e projetos do IFS, é um mérito identificado exclusivamente em virtude das ações do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS.

➤ A respeito das condições de emprego e geração de renda, destaca-se a atividade pesqueira como principal ponto de renda da comunidade. Em meio às entrevistas, percebeu-se nos moradores um novo sentimento de apropriação dessa atividade como significativa para a subsistência local. Isso fica fortemente evidenciado quando relatam as disparidades existentes na forma de mercado que se trava entre os pescadores e marisqueiras com os atravessadores, pois segundo eles, quando vendidos nos bares da localidade, nas feiras livres dos povoados vizinhos, esse marisco e os peixes possuem um preço mais acessível, diferente da condição de venda quando estes peixes são vendidos pelos atravessadores que compram o produto barato e

vendem aos comerciantes da capital por preços mais altos. Ou seja, as contribuições do IFS permitiram um melhor entendimento de lógica de mercado e de estruturação e fortalecimento da economia local;

➤ Pode-se notar claramente que a população pesquisada passou a perceber e reconhecer o potencial tanto paisagístico como cultural da Ilha a partir dos projetos e ações do IFS. O índice de satisfação dos moradores com a realização dos projetos na Ilha, expressa a melhoria da autoestima e a participação dos cursos e oficinas realizadas pelo IFS, assim passando a valorizar mais a cultura local, os modos e costumes característicos da localidade, como também a valoração das formas de trabalho disponíveis na localidade;

➤ Os resultados do questionário *WHOQOL-Bref* reforçaram os resultados das entrevistas e da observação participante, e demonstram cientificamente que houve mudanças positivas na qualidade de vida dos envolvidos, principalmente para aqueles que tiveram estrutura financeira para investir. Portanto, constatou-se a satisfação dos nativos com relação aos aspectos de pertencimento familiar, amoroso, ambiental e social.

Questiona-se a amplitude de implementação dos projetos e ações do IFS quanto à realidade econômica desenvolvida na Ilha, ou seja, até que ponto não seria necessário articular princípios de valoração, empreendedorismo e instalação do modelo de gestão do turismo de base local, o qual é o pilar dos projetos do IFS para a efetivação não somente da própria atividade turística em si, mas envolvendo todas as suas redes de relações – social, culturais, econômicas e ambientais. O levantamento desta questão, entretanto, não desvaloriza ou desacredita as propostas levantadas por esses projetos, mas aponta para novos horizontes ocultos na elaboração e na aplicação destes. Também se questiona até que ponto seria importante perceber a pesca como um atrativo local na Ilha, ou que os projetos fossem interdisciplinares e percebessem a importância de articular novas práticas de empreendedorismo.

O pensar a qualidade de vida através dos projetos e ações desenvolvidas pelo IFS, inicialmente, demonstrou-se apenas uma pesquisa direcional e objetiva. O desejo era perceber até que ponto essas ações interferiram na construção ou contribuíram para a construção de uma “nova” qualidade de vida pelos moradores. Contudo, ao longo da pesquisa, pode-se perceber – a pesquisadora e a própria comunidade estudada – que entender essa qualidade de vida estava muito aquém de meros indicadores e ou resultados apenas significativos de propostas de intervenção. Foi constatado que envolvia algo mais amplo, mais dinâmico e

muito mais agregador, envolvia sentimento de representatividade e construção cidadã. Não a mera construção cidadã respaldada em direitos civis, políticos e sociais, mas sim numa dignidade cidadã.

Uma lógica cidadã de pertencimento, onde denuncia, confronta e acalenta saberes e normas, que perpassa por lógicas de solidariedade, fraternidade e completitude demonstradas ao longo dos capítulos dessa pesquisa. Buscou-se demonstrar, na verdade, que sua grandiosidade não se encerra em capítulos científicos, mas em práticas comuns, como esta comunidade demonstra. É o que se observa na partilha da água, no cuidado com as margens dos rios, no trato homem-meio natural no labor da pesca, nas modificações prejudiciais, contudo, necessárias ao desenvolvimento local, os quais são aqui observados como concretudes de um novo lugar. Um novo lugar não diferenciado do construído pelos seus comuns (aqui no sentido de comuns aos moradores) e tanto quanto estudado e enxergado diferente por nós, estrangeiros a esse lugar.

O IFS foi um estrangeiro, que ao definir a Ilha como sua área de extensão, pensou antes, de forma acertada e academicamente direcionada, novas possibilidades para aquele lugar. Entretanto, em meio a esta pesquisa, pode se perceber que a própria comunidade já guardava – mitigada, envergonhada, ainda incipiente – o desejo de mostrar-se e tornar público o quanto esse local era mais amplo e significativo. Com a comunidade pode-se aprender e apreender um meio ambiente plural e abrangente, aquém das racionais lógicas acadêmicas sobre meio ambiente, desenvolvimento, crescimento, turismo, ecoturismo, etc..., mas sim, uma lógica multifacetada, plural e significativa de perceber e compreender o outro, identificadas nas cotidianas relações do ser, o sentido de ser e obter qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.; BASSANI, M. A Psicologia Ambiental como área de investigação da interrelação pessoa-ambiente. In: **IX ENCONTRO DE PESQUISADORES E II CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-FACEF**, 2008, Franca. Anais. Franca: Uni-FACEF, 2008.

ASSIS, M. M. A. *et al.* **Produção do cuidado no Programa Saúde da Família: olhares analisadores em diferentes cenários**. Salvador: EDUFBA, 2010

BASSANI, M. A. Psicologia ambiental: contribuições para a educação ambiental. In: HAMMES, V. S. (Org.). **Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. Proposta metodológica de macroeducação**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

BATISTA, C. M. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005.

BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BITAR, O. Y.; ORTEGA, R. D. Gestão Ambiental. In: OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. (Eds.). **Geologia de Engenharia**. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano. Compaixão pela Terra**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOSSEL, H. **Indictors for sustainable development: theory, method, applications**. Canadá: International Institute for Sustainable Development, 1999.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S (Orientadores). **Projeto: re-conhecer Pedra Bonita**. IFS, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 6.938/81. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 9.795/1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **“Manual do pesquisador”. Inventário da oferta turística: instrumento de pesquisa**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CAIXETA, D. M. **Atitudes e comportamentos ambientais**: um estudo comparativo entre servidores de instituições públicas federais. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

CAMPOS, C. B. de; GURGEL, F. F. Psicologia ambiental e gestão ambiental: reflexões teóricas para compreender a possível integração entre áreas. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 1, n.1, p. 89-98, 2012.

CARDOSO, J. **O resgate da identidade como estratégia de sobrevivência entre os índios Pataxó**. Dissertação (Mestrado Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

CHAUÍ, M. Janelas da alma, espelhos do mundo. In: NOVAES, A. (Org.). **O olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, J. A. P. de M.; GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L. Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 199-207, 2006.

COIMBRA, Á. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002.

COLTRO, A. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, nº11, 1º trim. 2000.

CORIOLO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLO, L. N. M. T. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

CORIOLO, L. N. M. T. Planejamento integrado do turismo: necessidade e tendência. **Revista Ciência Geográfica**, AGB-Seção Bauru, n. 5, p. 4-6, 1996.

CORRALIZA, J. A. La psicología ambiental y los problemas medioambientales. Papeles del psicólogo. **Revista del Colegio Oficial de Psicólogos**, España, n. 67, p. 26-30, 1997.

CURADO, F. F. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda –SE**. Macroprograma 6. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

DAY, H.; JANKEY, S.G. Lessons from the literature: toward a holistic model of quality of life. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003

ELY, A. **Economia do meio ambiente**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

FARIA, A. A. da C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas do diálogo: qualificando o uso das técnicas do DRP**. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FARQUHAR, M. **Definition of quality of life: a taxonomy**. J. Adv. Nurs., v. 22, 1995.

FEARNSIDE, P. M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, C. de V. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRETE, R. B *et al.* Recorte Histórico da Educação Especial do IFS. In: **VII CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO**, 2012, Palmas-TO. **VII CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO**. Palmas-TO: IFTO, 2012.

FIGUEIRA, A.; FERREIRA, M. B. R. Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável mundial: perspectivas para a sobrevivência. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, ano III, n. 7, p. 82-91, 2006.

FRANCO, A. **A revolução do local. Globalização, glocalização, localização**. 2003 Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/0B-YLV8egGwSuelBsRk5pODRyQkU>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2017.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, T. M.; FEINSTEIN, A. R. A critical appraisal of the quality of quality-of-life measurements. **Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 272, n. 8, p.619-626, 1994.

GLAZIER, J. D.; POWELL, R. R. **Qualitative research in information management**. Englewood: Libraries Unlimited, 2011.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, 57-63, 1995a.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, 65-71, 1995b.

GOMES, R. de C. C. G. O turismo e a requalificação das pequenas cidades no litoral norte do Rio Grande do Norte. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume: Anpege, 2006.

GONÇALVES, L. C. **Fortalecimento do turismo de base comunitária na Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda/SE através da gastronomia**. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente). Centro de Ciências Exatas e da Natureza. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

GUIMARÃES, R. P. **Ecopolítica em áreas urbanas**: a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

GÜNTHER, H. **Reflexões sobre a sustentabilidade da psicologia ambiental no Brasil**. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2004. (Série: Textos de Psicologia Ambiental, N° 09).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente & Sociedade**, Nepam, ano. 1, n. 2, p. 77-99, 1998.

HOCHBERG, J. E. Percepção e Comunicação Social. In: HOCHBERG, J. E. **Percepção**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development**: who owns paradise? Washington: Island Press, 2008.

IFS. Missão, Visão e Princípios Norteadores. Disponível em: < <http://www.ifs.edu.br/a-instituicao/missao-visao-e-principios-norteadores> > Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ITTELSON, W. H. *et al.* **Homem ambiental**. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 1974. Série: Textos de Psicologia Ambiental, n. 14

LAYRARGUES, P. P. **O cinismo da reciclagem em educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

LEFF, E. Decrecimiento o desconstrucción de la economía: hacia un mundo sustentable. **Revista de la Universidad Bolivariana**, ano 7, n. 21, p. 81-90, 2008.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTELETO, R. M.; OLIVEIRA E SILVA, A. B. de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista de Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p.41-49, 2004.

MEADOWS, D. H. **Limites do crescimento**. Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MICHALOS, A. C.; ZUMBO, B. D.; HUBLEY, A. Saúde e qualidade de vida: pesquisa de indicadores sociais. **Prince George**, v. 51, n. 3, p. 245-286, 2000.

MILANI, E. H.; RABINOVICH, N. R.; MARTINS, S. C. C. S. Percepções e desconstruções na cidade do “Robocop”. In: **XIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE**, São Paulo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, ano 33, p. 83-91, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.

MOSER, G. Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a psicologia ambiental. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 8, n. 2, p. 331-333, 2003.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

OJALA, R. **Projetos de futuro de jovens universitários no distrito federal: um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília, junho de 2008.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, L. D. de. **A construção do desenvolvimento sustentável na cidade de Volta Redonda**: um estudo sobre reestruturação do território e ideologia. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

OMS. **Catalogue of health indicators**. Genebra: OMS, 1996.

OMS. **Promoción de la salud**: glosario. Genebra: OMS, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **“Inventário Cultural”**. 2010. Disponível em: <<http://www.prdagente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2017.

PATO, C.; TAMAYO, A. A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudos de Psicologia**, vol. 3, n. 11, p.289-296, 2006.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills: Sage, 1980.

PEDROSO, B. *et al.* Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 31-36, jan./jun. 2010.

PICANÇO, C. S. **Desafios da educação profissional e tecnológica**: a experiência do curso superior de tecnologia em gestão de turismo no IFS. Dissertação (Mestrado em Educação). Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2011.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia ambiental brasileira no início do século XXI: sustentável? In: YAMAMOTO, O. H.; GOUVEIA, V. V. (Eds.). **Construindo a psicologia brasileira**: desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental no Brasil: uma experiência de ensino e pesquisa. In: **XX CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA**, Caracas, Venezuela, 1985.

PINHEIRO, J. Q., ELALI, G. A.; FERNANDES, O. S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (Eds.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 03 de março de 2016.

POL, E. **Environmental psychology in Europe**: from architectural psychology to green psychology. Aldershot, England: Avebury, 1993.

REIS, A. C. F. **Marketing cultural e financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

REIS, L. da C. **Avaliação de projetos como instrumento de gestão**. Rio de Janeiro: Rits, 1999.

RENWICK, R.; BROWN, I. The center for health promotion's conceptual approach to quality of life. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**. Thousand: 1996.

RIBEIRO, J. N.; ANDRADE, T. S.; BRAGHINI, C. R. Sabores, saberes e o desenvolvimento do ecoturismo na comunidade Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 12, n. 2, p. 409-424, 2014.

RIBEIRO, W. C. *et al.*. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? **Terra Livre**, São Paulo, n.11/12, p.91-101, 1996.

RIVLIM, L. G. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as interrelações pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 215-220, 2003.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUSCHMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS NETO, A. C. dos. Da Escola de Aprendizes ao Instituto Federal de Sergipe: 1909 – 2009. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 25-39, 2009.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA JÚNIOR, S. D.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de likert e phrase completion. **PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia São Paulo**, v. 15, p. 1-16, 2014.

SILVA, V. G. *et al.* Environmental assessment of buildings: towards an appropriate approach to Brazilian environmental Agenda. In: **Sustainable Building 2002. Proceedings...** Biggforsk: Oslo, Norway, 2002.

SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. 3 ed. São Paulo: Summus, 1983.

SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012.

SOUZA, C. S.; BRAGHINI, C. R.; ARAÚJO, L. F. de. Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda (SE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.235-248, 2010.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

STEG, L.; VLEK, C. Encouraging pro-environmental behaviour: an integrative review and research agenda. **Journal of Environmental Psychology**, v. 29, p. 309-317, 2009.

STERN, P. C. Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. **Journal of Social Issues**, v. 56, p. 407-424, 2000.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**, v.1. São Paulo: Aleph, 2000a.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**, v.2. São Paulo: Aleph, 2000b.

TANI, G. Esporte, educação e qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Orgs.). **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. **Revista de Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 159-164, 1998.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Diefel, 1980.

VASCO, A. P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **Revista PERSPECTIVA**, v. 34, n. 125, p. 17-28, 2010.

VICENTE, F.; GUZMÁN, T. El turismo como motor de desarrollo económico en Patrimonio. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 2, n. 2, p. 243-256, 2004.

WIESENFELD, E. A psicologia ambiental e as diversas realidades humanas. **Psicologia USP**, v. 16, p. 53-69, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

"Declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e que minha decisão foi motivada. A equipe condutora da pesquisa me garantiu que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Estou ciente dos riscos que estou exposto(a) na pesquisa e também estou ciente que minha participação é voluntária. Sendo assim, declaro que concordo em participar desta pesquisa e autorizo a equipe de pesquisa a utilizar os dados coletados, na forma em que me foram informados neste termo."

(X)	Sim, autorizo o pesquisador a fazer uso da minha imagem, mediante a utilização de fotos e/ou filmagens, de modo restrito a esta pesquisa.
()	Não autorizo o pesquisador a fazer uso da minha imagem, mediante a utilização de fotos e/ou filmagens, de modo restrito a esta pesquisa.

Nome completo _____

Assinatura _____

Pesquisador _____

Assinatura _____

Igor Garcez Sobral
Engenheiro Civil
CREA Nº 2701926823

Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda, Sergipe, 15 / 03 / 2016



APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE- MINTER UFPB

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS com os moradores da ILHA MEM DE SÁ,
ITAPORANGA D'AJUDA – SE, que participaram das pesquisas e atividades do IFS a partir
de 2009.

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____ Entrevistador: Célia Maria Cardoso de Rezende

As questões descritas abaixo estão divididas por grupos os quais abordar-se-ão perguntas pertinentes aos projetos desenvolvidos pelo IFS na ilha de Mem de Sá com relação às condições de saneamento e infraestrutura, meio ambiente e sustentabilidade e socioeconômicas e seus reflexos na qualidade de vida da população local.

GRUPO 1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Qual a sua naturalidade? _____

2. Há quanto tempo você reside na ilha Mem de Sá? _____

3. Qual seu gênero?

() Feminino () Masculino

4. Qual a sua faixa etária?

() até 19 anos () de 20 a 35 anos () de 36 a 60 anos () + de 60 anos

5. Qual o seu estado civil?

() Casada(o) () Solteira(o) () Divorciada(o) () Viúva(o)
() Outros

6. Qual o seu nível de escolaridade?

- () Não estudou () 1º grau completo () 1º grau incompleto
() 2º grau completo () 2º grau incompleto () Nível superior

7. Qual a sua renda familiar?

- () até 1 salário mínimo () de 2 a 4 salários mínimos
() de 5 a 7 salários mínimos () de 8 a 10 salários mínimos

8. Quantas pessoas moram em sua residência? _____

9. Você é o provedor da casa? () Sim () Não

10. A casa que você mora é: () financiada () alugada () cedida () própria

11. Você pratica e/ ou pertence a alguma religião? Qual _____

**GRUPO 2 E 3 – DADOS AMBIENTAIS, DE
SUSTENTABILIDADE E SOCIOECONÔMICOS**

12. Você trabalha na ilha? () sim () Não

13. Qual a atividade que traz o seu sustento? _____

14. Você acha a ilha bonita, atrativa? () sim () não

15. Você tem vontade de ir morar na cidade? () sim () não

16. Quando você precisa de alguma coisa as pessoas te ajudam? () sim () não

17. Como você aproveita a vida? () sim () não

18. Você se sente segura aqui na ilha? () sim () não

19. Você acha que a vida na ilha é boa? () sim () não

Por quê? _____

20. Quando você quer se divertir, o que você faz? () sim () não

21. Você se sente querida pelos moradores da ilha? () sim () não

22. Você acha o espaço físico da ilha é agradável? () sim () não

23. Você tem o reconhecimento que deseja das pessoas? () sim () não

24. Você se sente segura com relação a violência na ilha?(☐ sim ☐ não
25. Você faz parte das festividades da ilha?(☐ sim ☐ não
26. Você consegue perceber o que te faz bem na ilha e o que não te faz bem?(☐ sim ☐ não
27. Você acha que os projetos devem continuar a ser desenvolvidos aqui na ilha?
(☐ sim ☐ não
28. Hoje você trabalha só como condutor para os turistas na ilha?(☐ sim ☐ não
29. A atividade de pescada na ilha é o único meio de trabalho?(☐ sim ☐ não
30. Essa atividade atrai os turistas, através de sua gastronomia?(☐ sim ☐ não
32. O cotidiano do trabalho de pescada na ilha é supervisionado por algum órgão governamental?(☐ sim ☐ não

GRUPO4 – PERCEPÇÕES A PARTIR DO IFS

33. Você participou dos projetos ou ações implantadas pelo IFS aqui na ilha?
(☐ sim ☐ não
34. Quais projetos/ações você participou?
-
-
35. Você participou do curso que o IFS ofertou para condutores na ilha? (☐ sim ☐ não
36. Você acha que sua vida mudou para melhor depois dos projetos desenvolvidos na ilha?
(☐ sim ☐ não Em caso afirmativo, quais melhorias você percebeu?
-
-
37. Você participou de aulas sobre preservação do meio ambiente? (☐ sim ☐ não
- 38.Caso tenha participado, depois de assistir as aulas você passou a vê a ilha de forma diferente? (☐ sim Não (☐ não
- 39.Você sabe o que é ecoturismo de base comunitária? (☐ sim (☐ não

40. Você vê no turismo de base comunitária mais oportunidade de trabalho na comunidade local? () sim () não

41. Em caso afirmativo, qual a primeira vez que ouviu falar? _____

42. Você acha que a ilha tem potencial turístico? () sim () não

43. Você acha que o turismo só traz coisas boas para a ilha? () sim () não

Por quê _____

44 O que você aprendeu com os projetos do IFS?

45. Os projetos desenvolvidos pelo IFS na ilha despertaram em você o cuidado para não extinguir as espécies nativas? () sim () não

46. Você acha que o turista tem cuidado com o meio ambiente da ilha? () sim () não

47. Você foi orientado para informar aos visitantes sobre os cuidados para conservação, do manguezal, rios e da vegetação? () sim () não

48. Você acha que ocorreram mudanças significativas na forma de sua comunidade com a participação dos projetos do IFS no que se refere à cultura, sua vida profissional, pessoal?

() sim () não

Qual(is)

49. Você acha que sua participação nos projetos do IFS proporcionou um resgate a autoestima? () sim () não

50. Como você se sente hoje com relação a sua vida pessoal?

51. Você se sentiu acolhida pelos pesquisadores do IFS quando eles desenvolveram as pesquisas e as atividades com a comunidade da ilha? () sim () não

Obrigada!!!

ANEXOS

ANEXO A - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE

Este termo foi elaborado de acordo com as Normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Meio Ambiente e sustentabilidade: Análise de Indicadores de Qualidade de Vida na Ilha Mem de Sá em Itaporanga D’Ajuda/SE”, a qual será conduzida pela acadêmica de mestrado Célia Maria Cardoso De Rezende Limeira e terá coordenação da prof. Eduardo Vieira Lima. O objetivo deste trabalho é analisar os indicadores de qualidade de vida dos moradores envolvidos nos projetos implementados pelo Instituto Federal de Sergipe na ilha de Mem de Sá, na perspectiva socioambiental e da sustentabilidade. Esta pesquisa faz parte de um projeto de Mestrado da Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e tem envolvimento de duas instituições: Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Esta pesquisa é relevante porque através dela serão analisados os resultados e consequências das ações implementadas e desenvolvida pelo IFS para a população da ilha Mem de Sá, permitindo ter uma visão holística do processo, bem como possibilitará maior credibilidade aos pesquisadores, proporcionando sentido e significância no envolvimento dos projetos por parte da população pesquisada.

Para a execução da pesquisa a equipe executora visitará o ambiente da Ilha Mem de Sá e fará uma entrevista individual usando um questionário com perguntas pré-elaboradas. Sua participação será de forma direta e se dará da seguinte forma: caso aceite participar dessa pesquisa o local será indicado por você para que se sinta bem à vontade. O pesquisador utilizará um roteiro de entrevista e a cada pergunta que ele fizer você deverá responder. Todas as respostas dadas por você serão anotadas e os dados ficarão sob sigilo da equipe de pesquisa. As entrevistas poderão ser gravadas mediante a utilização de um gravador e logo depois serão digitalizadas. Toda a entrevista será guardada junto à equipe executora e ficará disponível para você a qualquer momento, num período máximo de cinco anos. As perguntas envolverão aspectos pessoais, socioculturais, profissionais, ambientais e de saúde. Também poderão ser realizadas fotos e/ou filmagens suas. Porém, isso só ocorrerá se não lhe trouxer constrangimento e se você autorizar a equipe de pesquisa. As fotos e/ou filmagens permitirão à equipe ter uma maior compreensão do ambiente em que você vive e poderão ser divulgadas, apenas se assim você me permitir. Caso você não me permita utilizar as fotos e/ou filmagens sem identificá-la, quando da assinatura desse documento você poderá

registrar essa recusa e, neste caso, suas fotos e/ou filmagens não serão divulgadas. Seu nome não será divulgado, sendo usado para identificação da entrevista um outro nome ou código

Para esta pesquisa não serão coletados sangue, fezes, urina ou qualquer outro material biológico e também não será dado nenhum medicamento para você, não trazendo riscos de cunho físico e/ou biológico à sua saúde e nem à saúde da sua comunidade. O risco que pode vir a ocorrer é o risco de constrangimento e desconforto pelo tempo exigido. Uma vez que pode ficar subentendido que o meio ambiente no qual você vive sofreu alteração com o passar do tempo. Caso isso aconteça, poderemos nos reunir com você e sua comunidade não só para nos conhecermos melhor, mas também para explicar e tirar qualquer dúvida da comunidade. Caso você se sinta desconfortável com minha presença, sinta-se à vontade para falar comigo a qualquer momento e caso essa sensação persista, podemos conversar sobre outra forma para que a pesquisa seja conduzida sem causar constrangimento a você. É importante que você saiba que a presença da equipe de pesquisa no local é fundamental, para que possamos alcançar nosso objetivo.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária e você terá liberdade para: participar desta pesquisa seguindo estritamente as recomendações deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento; ou recusar-se a participar; ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que caso o voluntário aceite participar dessa pesquisa o local será indicado pelo entrevistado para que o mesmo sinta-se bem à vontade. Os dados coletados serão utilizados somente para os fins desta pesquisa e serão tratados com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os resultados obtidos serão divulgados para você e outros entrevistados, em reunião na comunidade e logo após, na universidade e em revistas que trabalham com esse tema. Informamos que sua participação é completamente voluntária e você não será remunerado por responder ao questionário. Teremos disponibilidade para esclarecer todas as dúvidas sobre o projeto antes e durante o tempo da pesquisa. Caso você tenha dúvidas ou necessite de algum esclarecimento você poderá entrar em contato com a pesquisadora Célia Maria Cardoso De Rezende Limeira, cujas informações estão dispostas no quadro abaixo:

Pesquisador	Célia Maria Cardoso de Rezende limeira
Lotação	Coordenadoria de Saúde e Segurança no Trabalho Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Horário de	Terça-feira e quinta-feira, de 14h00min às 18h00min

Atendimento	
Telefone	(79) 3711-3147
E-mail	celiamlimeira@yahoo.com.br

Você também poderá esclarecer qualquer dúvida com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Sergipe, cujos dados estão dispostos no quadro abaixo:

Coordenador	José Espínola da Silva Júnior
	Coordenadoria da PROPEX
Lotação	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Horário de	Segunda-feira à sexta-feira, de 07h00min às 22h00min
Telefone	(79) 3711-1437
E-mail	joseespinolajr@uol.com.br; cep@ifs.edu.br

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ RG/CPF _____ / _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como informante, disponibilizando informações de interesse da pesquisa como relatos e fotografias, desde que não me exponha perante a comunidade. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência.

Nome do voluntário: _____ Idade: _____ anos

R.G. _____

Local e data: _____

Assinatura do(a) participante: _____



Polegar Direito

ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE WHOQOL-BREF

Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida The World Health Organization Quality of Life – WHOQOL-Bref

Instruções

Este questionário é sobre como você se sente a respeito de sua qualidade de vida, saúde e outras áreas de sua vida. Por favor responda a todas as questões. Se você não tem certeza sobre que resposta dar em uma questão, por favor, escolha entre as alternativas a que lhe parece mais apropriada.

Esta, muitas vezes, poderá ser sua primeira escolha. Por favor, tenha em mente seus valores, aspirações, prazeres e preocupações. Nós estamos perguntando o que você acha de sua vida, tomando como referência as duas últimas semanas. Por exemplo, pensando nas últimas duas semanas, uma questão poderia ser:

	Nada	Muito Pouco	Médio	Muito	Completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número que melhor corresponde ao quanto você recebe dos outros o apoio de que necessita nestas últimas duas semanas. Portanto, você deve circular o número 4 se você recebeu “muito” apoio.

	Nada	Muito Pouco	Médio	Muito	Completamente
Você recebe dos outros o apoio de que necessita?	1	2	3	4	5

Você deve circular o número 1 se você não recebeu “nada” de apoio. Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		Muito Ruim	Ruim	Nem ruim Nem Boa	Boa	Muito Boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5
		Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre **o quanto** você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão completamente** você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre **quão bem ou satisfeito** você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		Muito ruim	Ruim	Nem ruim Nem bom	Bom	Muito bom
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5
		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5

18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a **com que frequência** você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente	Sempre
26	Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?

Você tem algum comentário sobre o questionário?

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO C – OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

- Objetivo 1.** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2.** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3.** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4.** Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6.** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- Objetivo 7.** Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
- Objetivo 8.** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9.** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10.** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12.** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13.** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos (*);
- Objetivo 14.** Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15.** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17.** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento Sustentável.

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.